



ATOS E DESPACHOS DO PRESIDENTE

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, CONSELHEIRO OTÁVIO LESSA DE GERALDO SANTOS, ASSINOU OS SEGUINTE ATOS:

ATO Nº 198/2015

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS no uso de suas atribuições outorgadas pelo artigo 66, inciso III, da Lei nº 5.604, de 20/01/94, considerando o que consta do processo nº TC-870/2015,

RESOLVE

Conceder Aposentadoria Voluntária, por tempo de contribuição, a servidora SANDRA MARIA DE JESUS BARROS, matrícula nº 05.333-3, ocupante do cargo de Auxiliar de Contas, Classe 08B, Nível 13, com proventos integrais e paridade total, de acordo com o Art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005, observando-se o sistema remuneratório sob a forma de subsídio, conforme Lei nº 7.204, de 26 de outubro de 2010.

Edifício Guilherme Palmeira, em Maceió, 29 de abril de 2015.

Conselheiro OTÁVIO LESSA DE
GERALDO SANTOS
Presidente

PORTARIA Nº 185/2015

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, RESOLVE:

Revogar a Portaria nº 083/2013, publicada no DO Eletrônico do TCE/AL, em 14/03/2013. Edifício Guilherme Palmeira, em Maceió, 04 de maio de 2015.

Conselheiro OTÁVIO LESSA DE
GERALDO SANTOS
Presidente

PORTARIA Nº 186/2015

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, RESOLVE:
Designar o servidor EDVALDO MOREIRA LEITE, matrícula nº 43.117-6, CPF nº 068.237.424-53, para exercer a Função Gratificada de Assistente de Conselheiro, símbolo FGAS-1, da estrutura do Gabinete do Conselheiro Fernando Ribeiro Toledo. Edifício Guilherme Palmeira, em Maceió, 04 de maio de 2015.

Conselheiro OTÁVIO LESSA DE
GERALDO SANTOS
Presidente

Robleusa Passos de Oliveira Vanderlei
Responsável pela Resenha

A CONSELHEIRA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS DRA. ROSA MARIA RIBEIRO DE ALBUQUERQUE, RELATOU EM SESSÃO PLENÁRIA DE 30/04/2015, OS SEGUINTE ATOS:

PROCESSO Nº. TC-856/2013 (ANEXO: TC-12683/2013).

ACÓRDÃO Nº 137/15.

DESCUMPRIMENTO À LEGISLAÇÃO EM VIGOR. CONCESSÃO DE PRAZO PARA JUSTIFICATIVA. DEFESA INSUBSISTENTE. NÃO ACOLHIMENTO. APLICAÇÃO DE MULTA.

Versam os autos sobre o descumprimento de obrigação inerente aos gestores públicos, especificamente ao Gestor da Companhia de Água e Esgoto Sanitário de Pilar, Sr. Rui Nunes da Silva, CPF nº 647.287.144-20, por descumprimento a legislação em vigor, em especial a Resolução Normativa nº 002/2003 ó Calendário das Obrigações dos Gestores Públicos ó pelo não envio do documento abaixo:

ó 5ª remessa do SICAP, que corresponde às obrigações referentes aos meses de setembro e outubro/2012.

Em cumprimento ao estabelecido no Art.2º, da Resolução Normativa nº 010/2011, o gestor foi notificado, conforme o constante no Ofício nº 1127/20136 FUNCONTAS, para que no prazo de 05 (cinco) dias, improrrogáveis, se manifestasse quanto ao não envio do documento acima informado.

Consta nos autos o Aviso de Recebimento ó AR, onde se verifica que a notificação expedida através do ofício acima referenciado foi recebida naquele órgão, em data de 20/08/13. Portanto, a resposta apresentada pelo gestor é intempestiva, tendo em vista a data do recebimento da notificação e a data da apresentação daquela.

Por sua vez, em resposta ao Ofício, o gestor solicitou um prazo extra de 20 (vinte) dias, a partir desta data, para a apresentação da justificativa, porém, não enviando-a mesmo após 09 (nove) meses de tempo decorrido.

Em Parecer nº 1336/2014/4ºPC/GS, o Douto Ministério Público Especial junto a esta Corte de Contas, opinou pela insubsistência da defesa e consequente aplicação da sanção pecuniária.

Em síntese, é o Relatório.

Em analisando os autos, percebe-se que as alegações da defesa não justificam o descumprimento da obrigação do envio dos documentos exigidos pela Resolução nº 002/2003, e, consequentemente, não possuem o condão de afastar a sanção dela decorrente. Ante o exposto, diante do PLENO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições a mim concedidas, VOTO:

a) Pelo não acolhimento da defesa prévia apresentada, haja vista sua insubsistência, bem como pela aplicação de multa de 100 (cem) UPFAL'S, equivalente a R\$ 2.059,00 (dois mil e cinquenta e nove reais), ao Sr. Rui Nunes da Silva, CPF nº 647.287.144-20, Gestor da Companhia de Água e Esgoto Sanitário de Pilar, em conformidade com o que dispõe o Art. 3º, inciso II, da Resolução Normativa nº 001/2003 c/c o Art.48, inciso II, da Lei nº 5604/1994 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas), para que recolha o valor da multa imposta dentro do prazo de 15 (quinze) dias após o trânsito em julgado do presente Acórdão;

b) Pela ciência ao gestor acima mencionado da presente deliberação;

c) Pela remessa dos autos à Diretoria do Funcontas, para ciência e cumprimento da deliberação contida no item ãoã, e, posteriormente promover a juntada do presente processo aos autos da Prestação de Contas do respectivo órgão;

d) Alertar ao gestor que o não pagamento da multa, ora aplicada, no prazo fixado, implicará em comunicação à Procuradoria Geral do Estado, para ajuizamento da competente Ação de Execução.

Sala das Sessões do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, em Maceió, 30 de abril de 2015.

Conselheira ROSA MARIA RIBEIRO DE ALBUQUERQUE ó Relatora.
Conselheiro OTÁVIO LESSA DE GERALDO SANTOS ó Presidente
Tomaram parte na votação:

Conselheiro Decano LUIZ EUSTÁQUIO TOLEDO

Conselheiro CÍCERO AMÉLIO DA SILVA
Conselheira MARIA CLEIDE COSTA BESERRA

Conselheiro ANSELMO ROBERTO DE ALMEIDA BRITO

Conselheiro FERNANDO RIBEIRO TOLEDO

Procurador Geral do Ministério Público Especial junto ao Tribunal de Contas RAFAEL RODRIGUES DE ALCÂNTARA ó Fui presente.

Auditor ANA RAQUEL RIBEIRO SAMPAIO - Fui presente.

PROCESSO Nº. TC-6848/2014 (ANEXO: TC-8536/2014).

ACÓRDÃO Nº 138/15.

DESCUMPRIMENTO À LEGISLAÇÃO EM VIGOR. CONCESSÃO DE PRAZO PARA JUSTIFICATIVA. DEFESA INSUBSISTENTE. NÃO ACOLHIMENTO.

APLICAÇÃO DE MULTA.

Versam os autos sobre o descumprimento de obrigação inerente aos gestores públicos, especificamente ao Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Cacimbinhas, Sr. Josivaldo Pereira Nascimento, CPF nº 447.058.754-00, por não observar a legislação em vigor, em especial a Resolução Normativa nº 002/2003 ó Calendário das Obrigações dos Gestores Públicos ó pelo não envio do documento abaixo:

ó 2ª remessa do SICAP, que corresponde às obrigações referentes aos meses de março e abril/2013.

Em cumprimento ao estabelecido no Art.2º, da Resolução Normativa nº 010/2011, o gestor foi notificado, conforme o constante no ofício nº 924/20146 FUNCONTAS, para que no prazo de 05 (cinco) dias, improrrogáveis, se manifestasse quanto ao não envio do documento acima informado.

Por sua vez, através do Ofício SMS nº164/2014, o gestor justificou que não teria responsabilidade pela remessa por ter assumido o cargo de Secretário de Saúde apenas em 08/05/2014, conforme Portaria nº211/2013, em anexo.

Em Parecer nº 1712/2014/1ºPC/RS, o Douto Ministério Público junto a esta Corte de Contas, manifestou-se que a defesa não merece ser acolhida, tendo em vista que o prazo final para o envio da 2ª remessa do SICAP findou no dia 30/05/2013. Dessarte, o gestor era o responsável pelo envio das informações devidas à época do término do prazo.

Em síntese, é o Relatório.

Em analisando os autos, percebe-se que as alegações da defesa não justificam o descumprimento da obrigação do envio dos documentos exigidos pela Resolução nº 002/2003, e, consequentemente, não possuem o condão de afastar a sanção dela decorrente.

Ante o exposto, diante do PLENO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições a mim concedidas, VOTO:

a) Pelo não acolhimento da defesa prévia apresentada, haja vista sua insubsistência, bem como pela aplicação de multa de 100 (cem) UPFAL'S, equivalente a R\$ 2.059,00 (dois mil e cinquenta e nove reais) ao Sr. Josivaldo Pereira Nascimento, CPF nº 447.058.754-00, Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Cacimbinhas, em conformidade com o que dispõe o Art. 3º, inciso II, da Resolução Normativa nº 001/2003 c/c o Art.48, inciso II, da Lei nº 5604/1994 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas), para que recolha o valor da multa imposta dentro do prazo de 15 (quinze) dias após o trânsito em julgado do presente Acórdão;

b) Pela ciência ao gestor acima mencionado da presente deliberação;

c) Pela remessa dos autos à Diretoria do Funcontas, para ciência e cumprimento da deliberação contida no item ãoã, e, posteriormente promover a juntada do presente processo aos autos da Prestação de Contas do respectivo órgão;

d) Alertar ao gestor que o não pagamento da multa, ora aplicada, no prazo fixado, implicará em comunicação à Procuradoria Geral do Estado, para ajuizamento da competente Ação de Execução.

Sala das Sessões do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, em

Maceió, 30 de abril de 2015.

Conselheira ROSA MARIA RIBEIRO DE ALBUQUERQUE ó Relatora.

Conselheiro OTÁVIO LESSA DE GERALDO SANTOS ó Presidente
Tomaram parte na votação:

Conselheiro Decano LUIZ EUSTÁQUIO TOLEDO

Conselheiro CÍCERO AMÉLIO DA SILVA

Conselheira MARIA CLEIDE COSTA BESERRA

Conselheiro ANSELMO ROBERTO DE ALMEIDA BRITO

Conselheiro FERNANDO RIBEIRO TOLÊDO

Procurador Geral do Ministério Público Especial junto ao Tribunal de Contas RAFAEL RODRIGUES DE ALCÂNTARA ó Fui presente.

Auditor ANA RAQUEL RIBEIRO SAMPAIO - Fui presente.

PROCESSO Nº TC-13278/2014 (ANEXO: TC-909/2015).

ACÓRDÃO Nº 139/15.

DESCUMPRIMENTO À LEGISLAÇÃO EM VIGOR. CONCESSÃO DE PRAZO PARA JUSTIFICATIVA. DEFESA INSUBSISTENTE. NÃO ACOLHIMENTO. APLICAÇÃO DE MULTA.

Versam os autos sobre o descumprimento de obrigação inerente aos gestores públicos, especificamente ao Gestor da Prefeitura Municipal de Girau do Ponciano, Sr. Fábio Rangel Nunes de Oliveira, CPF nº 038.424.354-10, por não observar a legislação em vigor, em especial a Resolução Normativa nº 002/2003 ó Calendário das Obrigações dos Gestores Públicos ó pelo não envio do documento abaixo:

ó 5ª remessa do SICAP, que corresponde às obrigações referentes aos meses de setembro e outubro/2013.

Em cumprimento ao estabelecido no Art.2º, da Resolução Normativa nº 010/2011, o gestor foi notificado, conforme o constante no Ofício nº 1867/20146 FUNCONTAS, para que no prazo de 05 (cinco) dias, improrrogáveis, se manifestasse quanto ao não envio do documento acima informado.

Consta nos autos o Aviso de Recebimento ó AR, onde se verifica que a notificação expedida através do ofício acima referenciado foi recebida naquele órgão, em data de 05/01/2015. Portanto, a resposta apresentada pelo gestor é intempestiva, tendo em vista a data do recebimento da notificação e a data da apresentação daquela.

Em sua manifestação, através do Ofício GP nº001/2015, o Gestor reconheceu o envio intempestivo da remessa, sem apresentar qualquer justificativa.

Em Parecer nº 719/2015/5ºPC/SM, o Douto Ministério Público Especial junto a esta Corte de Contas, opina pelo não acolhimento da defesa prévia apresentada, com a consequente aplicação da sanção pecuniária.

Em síntese, é o Relatório.

Em analisando os autos, percebe-se que as alegações apresentadas pela defesa não justificam a ausência de fundamentos que justifiquem o descumprimento da obrigação do envio dos documentos exigidos pela Resolução 002/2003, e, consequentemente, não possuem o condão de afastar a sanção dela decorrente.

Ante o exposto, diante do PLENO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições a mim concedidas, VOTO:

a) Pelo não acolhimento da defesa prévia apresentada, haja vista sua insubsistência, bem como pela aplicação de multa de 100 (cem) UPFAL'S, equivalente a R\$ 2.509,00 (dois

mil e cinquenta e nove reais), ao Sr. Fábio Rangel Nunes de Oliveira, CPF nº 038.424.354-10, Gestor da Prefeitura Municipal de Craibas, em conformidade com o que dispõe o Art. 3º, inciso II, da Resolução Normativa nº 001/2003 c/c o Art.48, inciso II, da Lei nº 5604/1994 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas), para que recolha o valor da multa imposta dentro do prazo de 15 (quinze) dias após o trânsito em julgado do presente Acórdão;

b) Pela ciência ao gestor acima mencionado da presente deliberação;

c) Pela remessa dos autos à Diretoria do Funcontas, para ciência e cumprimento da deliberação contida no item ãoã, e, posteriormente promover a juntada do presente processo aos autos da Prestação de Contas do respectivo órgão;

d) Alertar ao gestor que o não pagamento da multa, ora aplicada, no prazo fixado, implicará em comunicação à Procuradoria Geral do Estado, para ajuizamento da competente Ação de Execução.

Sala das Sessões do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, em Maceió, 30 de abril de 2015.

Conselheira ROSA MARIA RIBEIRO DE ALBUQUERQUE ó Relatora.

Conselheiro OTÁVIO LESSA DE GERALDO SANTOS ó Presidente
Tomaram parte na votação:

Conselheiro Decano LUIZ EUSTÁQUIO TOLEDO

Conselheiro CÍCERO AMÉLIO DA SILVA

Conselheira MARIA CLEIDE COSTA BESERRA

Conselheiro ANSELMO ROBERTO DE ALMEIDA BRITO

Conselheiro FERNANDO RIBEIRO TOLÊDO

Procurador Geral do Ministério Público Especial junto ao Tribunal de Contas RAFAEL RODRIGUES DE ALCÂNTARA ó Fui presente.

Auditor ANA RAQUEL RIBEIRO SAMPAIO - Fui presente.

PROCESSO Nº TC-13442/2014 (ANEXO: TC-16038/2014).

ACÓRDÃO Nº 140/15.

DESCUMPRIMENTO À LEGISLAÇÃO EM VIGOR. CONCESSÃO DE PRAZO PARA JUSTIFICATIVA. DEFESA INSUBSISTENTE. NÃO ACOLHIMENTO. APLICAÇÃO DE MULTA.

Versam os autos sobre o descumprimento de obrigação inerente aos gestores públicos, especificamente a gestora do Fundo Municipal de Assistência Social de Olivença, Sra. Maria Janafna Silva Menezes, CPF nº086.562.524-70, por não observar a legislação em vigor, em especial a Resolução Normativa nº 002/2003 ó Calendário das Obrigações dos Gestores Públicos ó pelo não envio do documento abaixo:

ó 6ª remessa do SICAP, que corresponde às obrigações referentes aos meses de novembro e dezembro/2013.

Em cumprimento ao estabelecido no Art.2º, da Resolução Normativa nº 010/2011, a gestora foi notificada, conforme o constante no Ofício nº 1714/20146 FUNCONTAS, para que no prazo de 05 (cinco) dias, improrrogáveis, se manifestasse quanto ao não envio do documento acima informado.

Consta nos autos o Aviso de Recebimento ó AR, onde se verifica que a notificação expedida através do ofício acima referenciado foi recebida naquele órgão, em data de 14/11/2014. Portanto, a resposta apresentada pela gestora é intempestiva, tendo em vista a data do recebimento da notificação e a data da

apresentação daquela.

Em sua defesa, a gestora do Fundo Municipal de Assistência Social de Olivença, informou que a remessa em pauta não foi enviada no prazo legal, devido a problemas de inconsistências gerado no sistema da rede de internet.

Em Parecer nº 0621/2015/5ºPC/SM, o Douto Ministério Público Especial junto a esta Corte de Contas, opina pelo não acolhimento da defesa prévia apresentada, com a consequente aplicação da sanção pecuniária.

Em síntese, é o Relatório.

Em analisando os autos, percebe-se que as alegações da defesa não justificam o descumprimento da obrigação do envio dos documentos exigidos pela Resolução nº 002/2003, e, consequentemente, não possuem o condão de afastar a sanção dela decorrente.

Ante o exposto, diante do PLENO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições a mim concedidas, VOTO:

a) Pelo não acolhimento da defesa prévia apresentada, haja vista sua insubsistência, bem como pela aplicação de multa de 100 (cem) UPFAL'S, equivalente a R\$ 2.059,00 (dois mil e cinquenta e nove reais), a Sra. Maria Janafna Silva Menezes, CPF nº086.562.524-70, gestora do Fundo Municipal de Assistência Social de Olivença, em conformidade com o que dispõe o Art. 3º, inciso II, da Resolução Normativa nº 001/2003 c/c o Art.48, inciso II, da Lei nº 5604/1994 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas), para que recolha o valor da multa imposta dentro do prazo de 15 (quinze) dias após o trânsito em julgado do presente Acórdão;

b) Pela ciência a gestora acima mencionada da presente deliberação;

c) Pela remessa dos autos à Diretoria do Funcontas, para ciência e cumprimento da deliberação contida no item ãoã, e, posteriormente promover a juntada do presente processo aos autos da Prestação de Contas do respectivo órgão;

d) Alertar a gestora que o não pagamento da multa, ora aplicada, no prazo fixado, implicará em comunicação à Procuradoria Geral do Estado, para ajuizamento da competente Ação de Execução.

Sala das Sessões do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, em Maceió, 30 de abril de 2015.

Conselheira ROSA MARIA RIBEIRO DE ALBUQUERQUE ó Relatora.

Conselheiro OTÁVIO LESSA DE GERALDO SANTOS ó Presidente
Tomaram parte na votação:

Conselheiro Decano LUIZ EUSTÁQUIO TOLEDO

Conselheiro CÍCERO AMÉLIO DA SILVA

Conselheira MARIA CLEIDE COSTA BESERRA

Conselheiro ANSELMO ROBERTO DE ALMEIDA BRITO

Conselheiro FERNANDO RIBEIRO TOLÊDO

Procurador Geral do Ministério Público Especial junto ao Tribunal de Contas RAFAEL RODRIGUES DE ALCÂNTARA ó Fui presente.

Auditor ANA RAQUEL RIBEIRO SAMPAIO - Fui presente.

PROCESSO Nº TC-15146/2012 (ANEXO: TC-10817/2013).

ACÓRDÃO Nº 141/15.

DESCUMPRIMENTO À LEGISLAÇÃO EM VIGOR. CONCESSÃO DE PRAZO PARA JUSTIFICATIVA. DEFESA INSUBSISTENTE. NÃO ACOLHIMENTO.

APLICAÇÃO DE MULTA.

Versam os autos sobre descumprimento de obrigação inerente aos gestores públicos, especificamente ao Diretor Presidente do Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de União dos Palmares, Sr. Marcos Antônio Carrilho Pedrosa, CPF nº 520.714.644-00, por descumprimento a legislação em vigor, em especial a Resolução Normativa nº 002/2003 ó Calendário das Obrigações dos Gestores Públicos ó pelo não envio do documento abaixo:

ó 3ª remessa do SICAP, que corresponde às obrigações referentes aos meses de maio e junho/2012.

Em cumprimento ao estabelecido no Art.2º, da Resolução Normativa nº 010/2011, o gestor foi notificado, conforme o constante no Ofício nº 1878/2012 ó FUNCONTAS, para que no prazo de 05 (cinco) dias, improrrogáveis, se manifestasse quanto ao não envio do documento acima informado.

Consta nos autos o Aviso de Recebimento ó AR, onde se verifica que a notificação expedida através do ofício acima referenciado foi recebida naquele órgão, em data de 26/07/2013. Portanto, a resposta apresentada pelo gestor é tempestiva, tendo em vista a data do recebimento da notificação e a data da apresentação daquela.

Por sua vez, através do Ofício S.A.A.E. Nº 114/2013, o Diretor Presidente do Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de União dos Palmares afirmou ter remetido as informações ao SICAP, fazendo constar cópia da referida remessa, onde foi verificado pela data do recebimento em 01.08.2012 que estava fora do prazo regulamentar. Em Parecer nº 1304/2014/5ºPC/SM, o Douto Ministério Público Especial junto a esta Corte de Contas, opinou pela insubsistência da defesa e consequente aplicação da sanção pecuniária.

Em síntese, é o Relatório.

Em analisando os autos, percebe-se que as alegações da defesa não justificam o descumprimento da obrigação do envio dos documentos exigidos pela Resolução nº 002/2003, e, consequentemente, não possuem o condão de afastar a sanção dela decorrente.

Ante o exposto, diante do PLENO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições a mim concedidas, VOTO:

a) Pelo não acolhimento da defesa prévia apresentada, haja vista sua insubsistência, bem como pela aplicação de multa de 100 (cem) UPFAL'S, equivalente a R\$ 2.059,00 (Dois mil e cinquenta e nove reais), ao Sr. Marcos Antônio Carrilho Pedrosa, CPF nº 520.714.644-00, Diretor Presidente do Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de União dos Palmares, em conformidade com o que dispõe o Art. 3º, inciso II, da Resolução Normativa nº 001/2003 c/c o Art.48, inciso II, da Lei nº 5604/1994 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas), para que recolha o valor da multa imposta dentro do prazo de 15 (quinze) dias após o trânsito em julgado do presente Acórdão;

b) Pela ciência ao gestor acima mencionado da presente deliberação;

c) Pela remessa dos autos à Diretoria do Funcontas, para ciência e cumprimento da deliberação contida no item ãoã, e, posteriormente promover a juntada do presente processo aos autos da Prestação de Contas do respectivo órgão;

d) Alertar ao gestor que o não pagamento da multa, ora aplicada, no prazo fixado, implicará em comunicação à Procuradoria Geral do Estado, para ajuizamento da competente Ação de Execução.

Sala das Sessões do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, em

Maceió, 30 de abril de 2015.

Conselheira ROSA MARIA RIBEIRO DE ALBUQUERQUE ó Relatora.

Conselheiro OTÁVIO LESSA DE GERALDO SANTOS ó Presidente

Tomaram parte na votação:

Conselheiro Decano LUIZ EUSTÁQUIO TOLEDO

Conselheiro CÍCERO AMÉLIO DA SILVA

Conselheira MARIA CLEIDE COSTA BESERRA

Conselheiro ANSELMO ROBERTO DE ALMEIDA BRITO

Conselheiro FERNANDO RIBEIRO TOLÊDO

Procurador Geral do Ministério Público Especial junto ao Tribunal de Contas RAFAEL RODRIGUES DE ALCÂNTARA ó Fui presente.

Auditor ANA RAQUEL RIBEIRO SAMPAIO - Fui presente.

PROCESSO Nº TC-13444/2014 (ANEXO: TC-16357/2014).

ACÓRDÃO Nº 142/15.

DESCUMPRIMENTO À LEGISLAÇÃO EM VIGOR. CONCESSÃO DE PRAZO PARA JUSTIFICATIVA. DEFESA INSUBSISTENTE. NÃO ACOLHIMENTO. APLICAÇÃO DE MULTA.

Versam os autos sobre o descumprimento de obrigação inerente aos gestores públicos, especificamente ao gestor da Prefeitura Municipal de Olivença, Sr. Jorginaldo Vieira de Menezes, CPF nº 758.611.354-87, por não observar a legislação em vigor, em especial a Resolução Normativa nº 002/2003 ó Calendário das Obrigações dos Gestores Públicos ó pelo não envio do documento abaixo:

ó 6ª remessa do SICAP, que corresponde às obrigações referentes aos meses de novembro e dezembro/2013.

Em cumprimento ao estabelecido no Art.2º, da Resolução Normativa nº 010/2011, o gestor foi notificado, conforme o constante no Ofício nº 1715/20146 FUNCONTAS, para que no prazo de 05 (cinco) dias, improrrogáveis, se manifestasse quanto ao não envio do documento acima informado.

Consta nos autos o Aviso de Recebimento ó AR, onde se verifica que a notificação expedida através do ofício acima referenciado foi recebida naquele órgão, em data de 17/11/2014. Portanto, a resposta apresentada pelo gestor é intempestiva, tendo em vista a data do recebimento da notificação e a data da apresentação daquela.

Em sua defesa, o gestor da Prefeitura Municipal de Olivença, informou que a remessa em pauta não foi enviada devido a problemas de constantes quedas de energia e com sinal de internet.

Em Parecer nº 0620/2015/5ºPC/SM, o Douto Ministério Público Especial junto a esta Corte de Contas, opina pelo não acolhimento da defesa prévia apresentada, com a consequente aplicação da sanção pecuniária.

Em síntese, é o Relatório.

Em analisando os autos, percebe-se que as alegações da defesa não justificam o descumprimento da obrigação do envio dos documentos exigidos pela Resolução nº 002/2003, e, consequentemente, não possuem o condão de afastar a sanção dela decorrente. Ante o exposto, diante do PLENO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições a mim concedidas, VOTO:

a) Pelo não acolhimento da defesa prévia apresentada, haja vista sua insubsistência, bem como pela aplicação de multa de 100 (cem) UPFAL'S, equivalente a R\$ 2.059,00 (dois mil e cinquenta e nove reais), ao Sr. Jorginaldo

Vieira de Menezes, CPF nº 758.611.354-87, gestor da Prefeitura Municipal de Olivença, em conformidade com o que dispõe o Art. 3º, inciso II, da Resolução Normativa nº 001/2003 c/c o Art.48, inciso II, da Lei nº 5604/1994 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas), para que recolha o valor da multa imposta dentro do prazo de 15 (quinze) dias após o trânsito em julgado do presente Acórdão;

b) Pela ciência ao gestor acima mencionado da presente deliberação;

c) Pela remessa dos autos à Diretoria do Funcontas, para ciência e cumprimento da deliberação contida no item ãoã, e, posteriormente promover a juntada do presente processo aos autos da Prestação de Contas do respectivo órgão;

d) Alertar ao gestor que o não pagamento da multa, ora aplicada, no prazo fixado, implicará em comunicação à Procuradoria Geral do Estado, para ajuizamento da competente Ação de Execução.

Sala das Sessões do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, em Maceió, 30 de abril de 2015.

Conselheira ROSA MARIA RIBEIRO DE ALBUQUERQUE ó Relatora.

Conselheiro OTÁVIO LESSA DE GERALDO SANTOS ó Presidente

Tomaram parte na votação:

Conselheiro Decano LUIZ EUSTÁQUIO TOLEDO

Conselheiro CÍCERO AMÉLIO DA SILVA

Conselheira MARIA CLEIDE COSTA BESERRA

Conselheiro ANSELMO ROBERTO DE ALMEIDA BRITO

Conselheiro FERNANDO RIBEIRO TOLÊDO

Procurador Geral do Ministério Público Especial junto ao Tribunal de Contas RAFAEL RODRIGUES DE ALCÂNTARA ó Fui presente.

Auditor ANA RAQUEL RIBEIRO SAMPAIO - Fui presente.

PROCESSO Nº TC-4565/2014 (ANEXO: TC-8140/2014).

ACÓRDÃO Nº 143/15.

OMISSÃO DO DEVER DE ENVIAR, NO PRAZO REGULAMENTAR, DOCUMENTOS EXIGIDOS PELA RESOLUÇÃO Nº 002/2003. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA VERDADE MATERIAL. ACOLHIMENTO DE DEFESA. NÃO APLICAÇÃO DE MULTA.

Versam os autos sobre o descumprimento da obrigação inerente aos gestores públicos, especificamente a ex-Prefeita do Município de Major Izidoro, Sra. Maria Santana Mariano Silva Campos, CPF nº 533.837.964-34, por descumprimento a legislação em vigor, em especial a Resolução Normativa nº 002/2003 ó Calendário das Obrigações dos Gestores Públicos ó pelo não envio do documento abaixo:

ó 2ª remessa do SICAP, que corresponde às obrigações referentes aos meses de março e abril/2013.

Em cumprimento ao estabelecido no Art.2º, da Resolução Normativa nº 010/2011, a ex-gestora foi notificada, conforme o constante no Ofício nº 773/20146 FUNCONTAS, para que no prazo de 05 (cinco) dias, improrrogáveis, se manifestasse quanto ao não envio do documento acima informado.

Consta nos autos o Aviso de Recebimento ó AR, onde se verifica que a notificação expedida através do ofício acima referenciado foi recebida naquele órgão, em data de 04/06/2014.

Por sua vez, através da sua defesa, a ex-Prefeita do Município de Major Izidoro, informou que a referida remessa foi enviada a esta Corte um dia após o término do prazo, em razão de problemas no Sistema de Assinaturas SICAP ó contábil.

Em Parecer nº 1510/2014/2ºPC/RA, o Douto Ministério Público Especial junto a esta Corte de Contas, salientou que a defesa apresentada pela ex-gestora tem o condão de afastar a sanção decorrente das omissões apontadas, tendo em vista que, o atraso de um dia no envio da 2ª remessa do SICAP não acarretou significativa lesão ou dano ao interesse público. Diante do exposto opina pelo acolhimento da defesa apresentada e consequente afastamento da sanção pecuniária.

Em síntese, é o Relatório.

Face as circunstancias acima expostas, entendemos que a ex-gestora acima mencionada cumpriu com as normas legais vigentes.

Nestas condições, ACORDA o PLENO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições:

a) Pelo acolhimento da defesa prévia apresentada, tendo em vista a ex-gestora ter enviado o documento solicitado, cumprindo o determinado na Resolução Normativa nº 002/2003;

b) Pela ciência a ex-gestora acima mencionada da presente deliberação;

c) Pela remessa dos autos à Diretoria do Funcontas, para ciência da deliberação contida no item ãoã, e, posteriormente promover seu arquivamento.

Sala das Sessões do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, em Maceió, 30 de abril de 2015.

Conselheira ROSA MARIA RIBEIRO DE ALBUQUERQUE ó Relatora.

Conselheiro OTÁVIO LESSA DE GERALDO SANTOS ó Presidente

Tomaram parte na votação:

Conselheiro Decano LUIZ EUSTÁQUIO TOLEDO

Conselheiro CÍCERO AMÉLIO DA SILVA

Conselheira MARIA CLEIDE COSTA BESERRA

Conselheiro ANSELMO ROBERTO DE ALMEIDA BRITO

Conselheiro FERNANDO RIBEIRO TOLÊDO

Procurador Geral do Ministério Público Especial junto ao Tribunal de Contas RAFAEL RODRIGUES DE ALCÂNTARA ó Fui presente.

Auditor ANA RAQUEL RIBEIRO SAMPAIO - Fui presente.

PROCESSO Nº TC-15615/2014 (ANEXO: TC-795/2015).

ACÓRDÃO Nº 144/15.

DESCUMPRIMENTO À LEGISLAÇÃO EM VIGOR. CONCESSÃO DE PRAZO PARA JUSTIFICATIVA. DEFESA INSUBSISTENTE. NÃO ACOLHIMENTO. APLICAÇÃO DE MULTA.

Versam os autos sobre o descumprimento de obrigação inerente aos gestores públicos, especificamente ao Gestor da Câmara Municipal de Craíbas, Sr. Joel Pereira Nunes, CPF nº 210.903.784-91, por não observar a legislação em vigor, em especial a Resolução Normativa nº 002/2003 ó Calendário das Obrigações dos Gestores Públicos ó pelo não envio do documento abaixo:

ó 5ª remessa do SICAP, que corresponde às obrigações referentes aos meses de setembro e outubro/2013.

Em cumprimento ao estabelecido no Art.2º, da Resolução Normativa nº 010/2011, o gestor

foi notificado, conforme o constante no Ofício nº 2173/20146 FUNCONTAS, para que no prazo de 05 (cinco) dias, improrrogáveis, se manifestasse quanto ao não envio do documento acima informado.

Consta nos autos o Aviso de Recebimento ó AR, onde se verifica que a notificação expedida através do ofício acima referenciado foi recebida naquele órgão, em data de 19/01/2015. Portanto, a resposta apresentada pelo gestor é intempestiva, tendo em vista a data do recebimento da notificação e a data da apresentação daquela.

Em sua manifestação, através do Ofício nº 01/2015, o Gestor informou que o não envio da remessa foi devido uma série de problemas internos ó internet inoperante e inconsistências do sistema de contabilidade.

Em Parecer nº 720/2015/5ºPC/SM, o Douto Ministério Público Especial junto a esta Corte de Contas, opina pelo não acolhimento da defesa prévia apresentada, com a consequente aplicação da sanção pecuniária.

Em síntese, é o Relatório.

Em analisando os autos, percebe-se que as alegações apresentadas pela defesa não justificam a ausência de fundamentos que justifiquem o descumprimento da obrigação do envio dos documentos exigidos pela Resolução 002/2003, e, consequentemente, não possuem o condão de afastar a sanção dela decorrente.

Ante o exposto, diante do PLENO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições a mim concedidas, VOTO:

a) Pelo não acolhimento da defesa prévia apresentada, haja vista sua insubsistência, bem como pela aplicação de multa de 100 (cem) UPFAL'S, equivalente a R\$ 2.509,00 (dois mil e cinquenta e nove reais), ao Sr. Joel Pereira Nunes, CPF nº 210.903.784-91, Gestor da Câmara Municipal de Craíbas, em conformidade com o que dispõe o Art. 3º, inciso II, da Resolução Normativa nº 001/2003 c/c o Art.48, inciso II, da Lei nº 5604/1994 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas), para que recolha o valor da multa imposta dentro do prazo de 15 (quinze) dias após o trânsito em julgado do presente Acórdão;

b) Pela ciência ao gestor acima mencionado da presente deliberação;

c) Pela remessa dos autos à Diretoria do Funcontas, para ciência e cumprimento da deliberação contida no item ãoã, e, posteriormente promover a juntada do presente processo aos autos da Prestação de Contas do respectivo órgão;

d) Alertar ao gestor que o não pagamento da multa, ora aplicada, no prazo fixado, implicará em comunicação à Procuradoria Geral do Estado, para ajuizamento da competente Ação de Execução.

Sala das Sessões do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, em Maceió, 30 de abril de 2015.

Conselheira ROSA MARIA RIBEIRO DE ALBUQUERQUE ó Relatora.

Conselheiro OTÁVIO LESSA DE GERALDO SANTOS ó Presidente

Tomaram parte na votação:

Conselheiro Decano LUIZ EUSTÁQUIO TOLEDO

Conselheiro CÍCERO AMÉLIO DA SILVA

Conselheira MARIA CLEIDE COSTA BESERRA

Conselheiro ANSELMO ROBERTO DE ALMEIDA BRITO

Conselheiro FERNANDO RIBEIRO TOLÊDO

Procurador Geral do Ministério Público Especial junto ao Tribunal de Contas RAFAEL RODRIGUES DE ALCÂNTARA ó

Fui presente.
Auditor ANA RAQUEL RIBEIRO SAMPAIO
- Fui presente.

PROCESSO Nº TC-16590/2013 (ANEXO: TC-207/2014).

ACÓRDÃO Nº 145/15.

DESCUMPRIMENTO À LEGISLAÇÃO EM VIGOR. CONCESSÃO DE PRAZO PARA JUSTIFICATIVA. DEFESA INSUBSISTENTE. NÃO ACOLHIMENTO. APLICAÇÃO DE MULTA.

Versam os autos sobre descumprimento de obrigação inerente aos gestores públicos, especificamente a ex-Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Pilar, Sra. Maria Betânia Cotrin Camerino, CPF nº 259.151.694-49, por descumprimento a legislação em vigor, em especial a Resolução Normativa nº 002/2003 ó Calendário das Obrigações dos Gestores Públicos ó pelo não envio do documento abaixo:

ó 6ª remessa do SICAP, que corresponde às obrigações referentes aos meses de novembro a dezembro/2012.

Em cumprimento ao estabelecido no Art.2º, da Resolução Normativa nº 010/2011, a ex-gestora foi notificada, conforme o constante no Ofício nº 1972/2013 ó FUNCONTAS, para que no prazo de 05 (cinco) dias, improrrogáveis, se manifestasse quanto ao não envio do documento acima informado.

Consta nos autos o Aviso de Recebimento ó AR, onde se verifica que a notificação expedida através do ofício acima referenciado foi recebida naquele órgão, em data de 27/12/2013.

Por sua vez, através da sua defesa, a ex-gestora informou que o motivo da remessa ter sido intempestiva foi o atraso no envio de documentos pela gestão anterior, que só foram enviados no final de abril de 2013.

Em Parecer nº 1684/2014/4ºPC/GS, o Douto Ministério Público Especial junto a esta Corte de Contas, opinou pela insubsistência da defesa e consequente aplicação da sanção pecuniária.

Em síntese, é o Relatório.

Em analisando os autos, percebe-se que as alegações da defesa não justificam o descumprimento da obrigação do envio dos documentos exigidos pela Resolução nº 002/2003, e, consequentemente, não possuem o condão de afastar a sanção dela decorrente.

Ante o exposto, diante do PLENO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições a mim concedidas, VOTO:

a) Pelo não acolhimento da defesa prévia apresentada, haja vista sua insubsistência, bem como pela aplicação de multa de 100 (cem) UPFAL'S, equivalente a R\$ 2.059,00 (dois mil e cinquenta e nove reais), a Sra. Maria Betânia Cotrin Camerino, CPF nº 259.151.694-49, ex-Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Pilar, em conformidade com o que dispõe o Art. 3º, inciso II, da Resolução Normativa nº 001/2003 c/c o Art.48, inciso II, da Lei nº 5604/1994 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas), para que recolha o valor da multa imposta dentro do prazo de 15 (quinze) dias após o trânsito em julgado do presente Acórdão;

b) Pela ciência a ex-gestora acima mencionada da presente deliberação;

c) Pela remessa dos autos à Diretoria do Funcontas, para ciência e cumprimento da deliberação contida no item ãoã, e, posteriormente promover a juntada do presente processo aos autos da Prestação de Contas do respectivo órgão;

d) Alertar a ex-gestora que o não pagamento da multa, ora aplicada, no prazo fixado, implicará em comunicação à Procuradoria

Geral do Estado, para ajuizamento da competente Ação de Execução.

Sala das Sessões do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, em Maceió, 30 de abril de 2015.

Conselheira ROSA MARIA RIBEIRO DE ALBUQUERQUE ó Relatora.

Conselheiro OTÁVIO LESSA DE GERALDO SANTOS ó Presidente

Tomaram parte na votação:

Conselheiro Decano LUIZ EUSTÁQUIO TOLEDO

Conselheiro CÍCERO AMÉLIO DA SILVA

Conselheira MARIA CLEIDE COSTA BESERRA

Conselheiro ANSELMO ROBERTO DE ALMEIDA BRITO

Conselheiro FERNANDO RIBEIRO TOLÊDO

Procurador Geral do Ministério Público Especial junto ao Tribunal de Contas RAFAEL RODRIGUES DE ALCÂNTARA ó Fui presente.

Auditor ANA RAQUEL RIBEIRO SAMPAIO - Fui presente.

PROCESSO Nº TC-19123/2012 (ANEXO: TC-3456/2014).

ACÓRDÃO Nº146/15.

DESCUMPRIMENTO À LEGISLAÇÃO EM VIGOR. CONCESSÃO DE PRAZO PARA JUSTIFICATIVA. DEFESA INSUBSISTENTE. NÃO ACOLHIMENTO. APLICAÇÃO DE MULTA.

Versam os autos sobre descumprimento de obrigação inerente aos gestores públicos, especificamente ao ex-Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Marechal Deodoro, Sr. Augusto Cesar Andrade Cruz Júnior, CPF nº 495.171.634-87, por não observar legislação em vigor, em especial a Resolução Normativa nº 002/2003 ó Calendário das Obrigações dos Gestores Públicos ó pelo não envio do documento abaixo:

ó 4ª remessa do SICAP, que corresponde às obrigações referentes aos meses de julho e agosto/2012.

Em cumprimento ao estabelecido no Art. 2º, da Resolução Normativa nº 010/2011, o ex-gestor foi notificado, conforme o constante no Ofício nº 375/20146 FUNCONTAS, para que no prazo de 05 (cinco) dias, improrrogáveis, se manifestasse quanto ao não envio do documento acima informado.

Em sua defesa, o ex-gestor do Fundo Municipal de Saúde de Marechal Deodoro, informou que enviou a 4ª remessa do SICAP no dia 27/09/2013, conforme recibo de entrega do SICAP, confirmando o alegado.

Em Parecer nº 1552/2014/5ºPC/SM, o Douto Ministério Público Especial junto a esta Corte de Contas, opina pelo não acolhimento da defesa prévia apresentada, com a consequente aplicação da sanção pecuniária.

Em síntese, é o Relatório.

Em analisando os autos, percebe-se que as alegações da defesa não justificam o descumprimento da obrigação do envio dos documentos exigidos pela Resolução nº 002/2003, e, consequentemente, não possuem o condão de afastar a sanção dela decorrente.

Ante o exposto, diante do PLENO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições a mim concedidas, VOTO:

a) Pelo não acolhimento da defesa prévia apresentada, haja vista sua insubsistência, bem como pela aplicação de multa de 100 (cem) UPFAL'S, equivalente a R\$ 2.059,00 (dois e cinquenta e nove reais) ao Sr. Augusto Cesar Andrade Cruz Júnior, CPF nº 495.171.634-87, ex-Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Marechal Deodoro, em conformidade com o

que dispõe o Art. 3º, inciso II, da Resolução Normativa nº 001/2003 c/c o Art.48, inciso II, da Lei nº 5604/1994 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas), para que recolha o valor da multa imposta dentro do prazo de 15 (quinze) dias após o trânsito em julgado do presente Acórdão;

b) Pela ciência ao ex-gestor acima mencionada da presente deliberação;

c) Pela remessa dos autos à Diretoria do Funcontas, para ciência e cumprimento da deliberação contida no item ãoã, e, posteriormente promover a juntada do presente processo aos autos da Prestação de Contas do respectivo órgão;

d) Alertar ao ex-gestor que o não pagamento da multa, ora aplicada, no prazo fixado, implicará em comunicação à Procuradoria Geral do Estado, para ajuizamento da competente Ação de Execução.

Sala das Sessões do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, em Maceió, 30 de abril de 2015.

Conselheira ROSA MARIA RIBEIRO DE ALBUQUERQUE ó Relatora.

Conselheiro OTÁVIO LESSA DE GERALDO SANTOS ó Presidente

Tomaram parte na votação:

Conselheiro Decano LUIZ EUSTÁQUIO TOLEDO

Conselheiro CÍCERO AMÉLIO DA SILVA

Conselheira MARIA CLEIDE COSTA BESERRA

Conselheiro ANSELMO ROBERTO DE ALMEIDA BRITO

Conselheiro FERNANDO RIBEIRO TOLÊDO

Procurador Geral do Ministério Público Especial junto ao Tribunal de Contas RAFAEL RODRIGUES DE ALCÂNTARA ó Fui presente.

Auditor ANA RAQUEL RIBEIRO SAMPAIO - Fui presente.

Gabinete da Conselheira Rosa Maria Ribeiro de Albuquerque, em Maceió, 04 de maio de 2015.

Ivanildo Luiz dos Santos
Responsável pela Resenha

ATOS E DESPACHOS DA
CONSELHEIRA
MARIA CLEIDE COSTA
BESERRA

ATOS E DESPACHOS DA CONSELHEIRA MARIA CLEIDE COSTA BESERRA

A CONSELHEIRA MARIA CLEIDE COSTA BESERRA, RELATOU EM SESSÃO OS SEGUINTE PROCESSOS EM:

PROCESSO TC nº. 14917/2013

RESOLUÇÃO Nº. 080/2015

Termo de Permissão de Uso. Observância a Legislação em vigor. Regularidade. Pela anotação.

Trata o presente processo sobre o Termo de Permissão de Uso nº. 092/2013 celebrado entre o Estado de Alagoas através da Secretaria de Estado do Turismo - SETUR, na qualidade de permitente e a Associação das Empresas do Mercado Imobiliário do Estado de Alagoas ó ADEMI-AL, tendo como objeto o uso pela permissionária de área do imóvel denominado Centro Cultural e de Exposições

Ruth Cardoso, para a realização do evento òPrêmio Master ADEMI 2013õ, nos dias 17 a 19 de outubro de 2013, de conformidade com o estabelecido em sua Cláusula Primeira.

O valor global do presente termo foi de R\$ 8.262,00 (oito mil e duzentos e sessenta e dois reais), e seu prazo de vigência foi da data de sua assinatura até o dia 19 de outubro de 2013, estando sua eficácia condicionada à prévia publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado.

O processo teve seu trâmite normal nesta Corte de Contas. A Douta Procuradoria Jurídica deste Tribunal, através do Parecer nº. 39/2015, opinou favoravelmente pela anotação e o Ministério Público de Contas, através do Parecer nº. 495/2015/5ºPC/SM opinou pela anotação.

É o relatório.

Em toda a instrução processual os órgãos técnicos desta Corte não apontaram qualquer anormalidade existente no processo em apreço.

No Termo de Permissão de Uso em análise estão presentes as demais cláusulas exigidas à espécie, bem como, em seu aspecto formal, não foram detectadas nenhuma irregularidade. Ante o exposto, diante do PLENO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, utilizando as atribuições a mim concedidas e com fulcro no art. 133, inciso I do Regimento Interno desta Corte, VOTO pela regularidade do presente termo, na forma e para os fins de direito, observando que a qualquer tempo poderão ser procedidas outras verificações que se julgarem necessárias.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, em Maceió, 30 de abril de 2015.

Conselheira MARIA CLEIDE COSTA BESERRA - Relatora

Conselheiro OTÁVIO LESSA DE GERALDO SANTOS - Presidente

Tomaram parte na votação:

Conselheiro Luiz Eustáquio Toledo

Conselheira Rosa Maria Ribeiro de Albuquerque

Conselheiro Cícero Amélio da Silva

Conselheiro Anselmo Roberto de Almeida Brito

Conselheiro Fernando Ribeiro Toledo

Procurador do Ministério Público de Contas Rafael Rodrigues de Alcântara ó Fui presente.

Processo TC nº. 4175/2006

RESOLUÇÃO Nº. 081/2015

Contrato. Dispensa de licitação. Atendimento aos requisitos legais. Pela anotação.

Trata o presente processo sobre o contrato de locação não residencial nº. 007/2006 celebrado entre o Município de Maceió, com a intervenção da Secretaria Municipal de Administração, Recursos Humanos e Patrimônio e as Sras. Maria das Graças Omena Brêda, Ana Maria Omena Brêda e Leda Omena Brêda e o Sr. Egberto Omena Brêda, que tem como objeto a locação de imóvel situado na Rua Lourenço Moreira da Silva, nº. 273, Ponta Verde, nesta cidade, e os equipamentos e materiais constantes no anexo I, para o funcionamento dessa secretaria.

O valor global do contrato é de R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais), correndo as despesas por conta da dotação orçamentária descrita na Cláusula Décima Primeira e seu prazo de vigência foi de 12 (doze) meses, contado a partir da publicação do extrato no Diário Oficial do Município.

O procedimento administrativo adotado foi a dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, X, da Lei Federal nº. 8.666/93.

O processo teve seu trâmite normal nesta Corte de Contas. A Douta Procuradoria Jurídica deste Tribunal, através do Parecer nº. 1966/2012, opinou favoravelmente pela anotação e o Ministério Público de Contas, através do Parecer nº. 2192/2014/4ºPC/GS opinou pela anotação.

É o relatório.

Em toda a instrução processual os órgãos técnicos desta Corte não apontaram qualquer anormalidade existente no processo em apreço.

No contrato em análise estão presentes as demais cláusulas exigidas à espécie, bem como, em seu aspecto formal, não foram detectadas nenhuma irregularidade.

Ante o exposto, diante do PLENO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, utilizando as atribuições a mim concedidas e com fulcro no art. 133, inciso I do Regimento Interno desta Corte, VOTO pela regularidade Do contrato, na forma e para os fins de direito, observando que a qualquer tempo poderão ser procedidas outras verificações que se julgarem necessárias.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, em Maceió, 30 de abril de 2015.

Conselheira MARIA CLEIDE COSTA BESERRA - Relatora
Conselheiro OTÁVIO LESSA DE GERALDO SANTOS - Presidente
Tomaram parte na votação:
Conselheiro Luiz Eustáquio Toledo
Conselheira Rosa Maria Ribeiro de Albuquerque
Conselheiro Cícero Amélio da Silva
Conselheiro Anselmo Roberto de Almeida Brito
Conselheiro Fernando Ribeiro Toledo
Procurador do Ministério Público de Contas Rafael Rodrigues de Alcântara ó Fui presente.

Gabinete da Conselheira Maria Cleide Costa Beserra, em Maceió, 30 de abril de 2015.

Priscilla Tenório Dória Coutinho
Responsável pela Resenha

**ATOS E DESPACHOS DO
CONSELHEIRO
LUIZ EUSTÁQUIO TOLÊDO**

O CONSELHEIRO DO TRIBUNAL DE CONTAS, DR. LUIZ EUSTÁQUIO TOLÊDO, EM SESSÃO DO PLENO, RELATOU OS SEGUINTE ATOS:

Processo nº TC-12635/2013
RESOLUÇÃO Nº 079/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2013. LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO. OBSERVÂNCIA DOS DITAMES LEGAIS EM SEU ASPECTO FORMAL. PELA REGULARIDADE.

Trata o presente processo sobre a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2013, celebrada entre o PODER JUDICIÁRIO DE ALAGOAS e a empresa GOLDEN DISTRIBUIDORA LTDA.

Constitui objeto da Ata o registro de preços para futura e eventual aquisição de papel A4 e A3, através do sistema de registro de preços, conforme discriminação constante do Anexo I, do Edital do PE nº 012/2013, conforme Cláusula Primeira da avença.

O valor global da presente é de R\$

282.500,00 (duzentos e oitenta e dois mil e quinhentos reais), de acordo com a tabela constante na Cláusula Segunda.

O referido instrumento foi devidamente assinado pelas partes interessadas em 28 de agosto de 2013, com publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado, edição do dia 29 do mesmo mês e ano.

As despesas decorrentes da aquisição do objeto da licitação correram à conta dos recursos orçamentários consignados pelo Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, registrado com o seguinte Programa de Trabalho: 02.122.0003.2211.0000 ó Manutenção dos Órgãos do Poder Judiciário, PTRES: -20003, PI: -01601, Fonte ó 0100 ó Recursos Ordinários, Elemento de Despesa: 33.90-30 ó Material de Consumo, nos termos Cláusula Terceira.

A Ata em questão teve validade de 01 (um) ano, contada da data de assinatura, conforme Cláusula Nona da avença.

O Termo decorreu de Licitação na modalidade PREGÃO, tipo menor preço por lote, de acordo com o Edital de Pregão Eletrônico nº 012/2013, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com alterações posteriores, Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações posteriores, Lei nº 10.520/2002, Lei Estadual nº 5.237/1991, Decreto Estadual nº 1.424/2003, com suas alterações, Decreto Estadual nº 3.744/200/, alterado em parte pelo Decreto nº 4.163/2009, Decreto Estadual nº 4.054/2008, Ato Normativo nº 25, de 1º de março de 2010, e no que couber, pelos Decretos Federais nº 3.555/2000, 5.450/2005 e 7.892/2013, conforme Processo Administrativo nº 00362-4.2013.0001.

A Douta Procuradoria Jurídica deste Tribunal e o Douto Ministério Público de Contas opinaram pela regularidade e consequente anotação da Ata de Registro de Preços citada, conforme pareceres constantes nos autos às fls. 337 e 339/343, respectivamente.

Em face do exposto, o PLENO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, RESOLVE anotar a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2013, na forma e para os fins de direito.

Sala das Sessões do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, em Maceió, 30 de abril de 2015.

Conselheiro LUIZ EUSTÁQUIO TOLÊDO ó Relator

Conselheiro Presidente OTAVIO LESSA DE GERALDO SANTOS

Tomaram parte da votação:

Conselheira ROSA MARIA RIBEIRO DE ALBUQUERQUE

Conselheiro CÍCERO AMÉLIO DA SILVA

Conselheira MARIA CLEIDE COSTA BESERRA

Conselheiro ANSELMO ROBERTO DE ALMEIDA BRITO

Conselheiro FERNANDO RIBEIRO TOLEDO

Procurador do M. P. de Contas ó RAFAEL RODRIGUES DE ALCANTARA ó fui presente.

Auditor Substituto de Conselheiro - ANA RAQUEL RIBEIRO SAMPAIO ó fui presente

Processos nºs TC-14827/2013 (Anexo: 14827/2013); 14828/2013 (Anexo: 15593/2013); 14829/2013.

VOTO

Cuida-se de Representações apresentadas pelo Ministério Público de Contas do Estado de Alagoas, em face dos Prefeitos dos Municípios de Taquarana, Teotônio Vilela e Penedo, em razão de denúncia formulada pela ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS

quanto à inadimplência atual nas contas de energia.

O Ministério Público de Contas, quando da análise da denúncia apresentada pela Eletrobras concluiu pela existência de fortes indícios de dano ao erário, devido à incidência de multas e juros de mora relativos ao inadimplimento no pagamento de contas de energia elétrica devidas pelas municipalidades.

Aponta o Parquet de Contas que as irregularidades, caso comprovadas, além de repercutir nas prestações de contas anuais dos respectivos gestores e gerar aplicação de multa, poderão ensejar imputação de débitos correspondentes aos acréscimos indevidamente arcados pelas municipalidades, atualizado monetariamente e acrescido de juros e mora.

O órgão ministerial de contas colacionou aos autos o posicionamento do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, do Rio Grande do Sul e do Mato Grosso do Sul, assim como do Tribunal de Contas da União, através dos quais se depreende pela orientação aos gestores municipais, no sentido que os mesmos ingressem com as devidas ações judiciais regressivas em face dos antigos gestores, responsáveis pelos débitos em atraso, deixando claro que os juros e multas gerados pelos atrasos injustificados são de responsabilidade pessoal do gestor.

Em Sessão Plenária realizada em 22 de maio de 2014, o Exmo. Sr. Conselheiro Relator Anselmo Roberto de Almeida Brito, apresentou seu voto no sentido de que o Tribunal: 9.1. recebesse a Representação, com fundamento nas razões do Ministério Público de Contas; 9.2. determinasse a realização de diligências, em especial a inspeção in loco, para coleta de provas documentais, especialmente para determinar o montante atual do débito corrigido, especificando os valores devidos a título de juros e mora de responsabilidade dos Prefeitos, bem como se houve o pagamento dessas verbas com recursos públicos ou pelos gestores responsáveis pelo atraso; 9.3. encaminhasse o feito à diretoria competente, para cumprimento do dispositivo acima; 9.4. citasse os respectivos gestores municipais para que, querendo, se manifestassem quanto aos fatos aludidos nos autos, bem como apresentassem documentos pertinentes ao caso, no prazo de 15 (quinze) dias; 9.5. informasse aos Prefeitos que o não atendimento da Decisão, dentro do prazo estipulado, os sujeitaria à aplicação de multa.

Ocorre que, após ponderar o todo processual, este Conselheiro, apesar de entender não haver óbices às providências determinadas pelo Exmo. Sr. Conselheiro Relator Anselmo Roberto de Almeida Brito, uma vez que através das mesmas lançar-se-ia luz sobre os fatos narrados nas Representações apresentadas pelo órgão ministerial, trouxe considerações quanto à competência do Tribunal de Contas, para que o mesmo não fosse confundido com órgão executor indireto das dívidas de quaisquer que sejam seus jurisdicionados perante particulares, pois a estes competiria a busca do ressarcimento de dívidas contratuais através dos órgãos competentes para tanto, cabendo, doutra banda, a esta Corte a realização de seu mister na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e dos municípios na forma estabelecida por sua Lei Orgânica e por seu Regimento.

Destarte, entendendo que a fiscalização a ser realizada nos municípios referenciados não deveria ficar limitada aos débitos apontados pela denúncia da Eletrobras, este Conselheiro apresentou VOTO, o qual foi acompanhado pelos demais Conselheiros presentes na Sessão, bem como pelos representantes da

Douta Auditoria e do Douto Ministério Público de Contas, no sentido de: anuir ao voto do relator originário, no que concerne aos itens: 09.18, 09.36, 09.46 e 09.56, modificando, contudo, o item 09.26, para que a fiscalização a ser realizada por este Tribunal de Contas nos municípios de Taquarana, Teotônio Vilela e Penedo, referente ao exercício financeiro 2012, contemple a coleta de provas documentais com a finalidade de apurar eventual responsabilidade dos gestores públicos apontados pela prática de todo e qualquer ato antieconômico que tenha gerado dano ao erário municipal.

Sala das Sessões do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, em Maceió, 30 de abril de 2015.

Conselheiro LUIZ EUSTÁQUIO TOLÊDO ó Relator

Conselheiro Presidente OTAVIO LESSA DE GERALDO SANTOS

Tomaram parte da votação:

Conselheira ROSA MARIA RIBEIRO DE ALBUQUERQUE

Conselheiro CÍCERO AMÉLIO DA SILVA

Conselheira MARIA CLEIDE COSTA BESERRA

Conselheiro ANSELMO ROBERTO DE ALMEIDA BRITO

Conselheiro FERNANDO RIBEIRO TOLEDO

Procurador do M. P. de Contas ó RAFAEL RODRIGUES DE ALCANTARA ó fui presente.

Auditor Substituto de Conselheiro - ANA RAQUEL RIBEIRO SAMPAIO ó fui presente

Bruno Calazans Carvalho
Responsável pela Resenha

**ATOS E DESPACHOS DO
CONSELHEIRO
CÍCERO AMÉLIO DA SILVA**

ATOS E DESPACHOS DA CONSELHEIRO CÍCERO AMÉLIO DA SILVA

O CONSELHEIRO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. CÍCERO AMÉLIO DA SILVA, RELATOU OS SEGUINTE PROCESSOS:

PROCESSO TC Nº: 14247/2014

ASSUNTO: - Representação

INTERESSADO: MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS.

RESPONSÁVEL: ORMINDO DE MENDONÇA UCHOA

REPRESENTADO: MUNICÍPIO DE PORTO CALVO

RELATOR: Conselheiro Cícero Amélio da Silva.

DECISÃO SIMPLES

Trata o presente processo sobre REPRESENTAÇÃO formulado pelo MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS, contra o Município de Porto Calvo, representado pelo atual Gestor Sr. ORMINDO DE MENDONÇA UCHOA, formulado no Processo TC ó 14.247/2014, referente a fatos ocorridos no exercício de 2012.

Considerando o princípio do Contraditório e de ampla defesa, de conformidade com o que preceitua o Artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal, e art. 112 da Resolução Normativa nº 03/2001.

DECIDE o Tribunal de Contas do Estado de

Alagoas, no uso de suas Atribuições constitucionais, legais e regimentais, preliminarmente, cientificar o gestor do Município de Porto Calvo, Sr. ORMINDO DE MENDONÇA UCHOA, do inteiro teor desta deliberação acompanhado de cópia da Representação, para se assim desejar, proceder a Justificativo/Defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data da publicação da presente DECISÃO, no Diário Oficial do Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado, de acordo com o disposto nos art. 109 c/c o art. 154 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, quanto as ocorrências apontadas na citada Representação, alertando, todavia, que o não atendimento do pleito terá como consequência a REVELIA e serão tomadas as medidas cabíveis, na conformidade do artigo 207, inciso IV, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas. Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, em Maceió, 28 de abril de 2015.

Conselheiro CICERO AMÉLIO DA SILVA 6
Relator

Conselheiro OTÁVIO LESSA DE GERALDO SANTOS6 Presidente
Conselheiro Decano LUIZ EUSTÁQUIO TOLEDO
Conselheira MARIA CLEIDE COSTA BEZERRA
Conselheiro ANSELMO ROBERTO DE ALMEIDA BRITO
Conselheiro FERNANDO RIBEIRO TOLEDO
Auditor Conselheiro Substituto ANA RAQUEL RIBEIRO SAMPAIO
Procurador do Ministério Público Especial Junto ao Tribunal de contas RAFAEL RODRIGUES DE ALCANTRA

PROCESSO TC Nº: 857/2015
ASSUNTO: - Solicitação de Dilação de Prazo
INTERESSADO: Município de Água Branca
RESPONSÁVEL: JOSÉ RODRIGUES GOMES.
RELATOR: Conselheiro Cícero Amélio da Silva.

DECISÃO SIMPLES

Trata o presente processo sobre solicitação de PRORROGAÇÃO DE PRAZO, formulado pelo Sr. José Rodrigues Gomes, gestor da Prefeitura Municipal de Água Branca, se manifeste sobre a DELIBERAÇÃO deste egrégio Pleno, formulado através da Resolução nº 203/14, no Processo TC - 7508/2010, referente ao Processo Licitatório 09/2009 (Pregão Presencial). Tendo em vista que o pedido formulado pelo gestor refere-se a apresentação de defesa contra a reto citada Resolução, vale informar que contra Deliberação, proferida pelo egrégio Tribunal de Contas, cabe RECURSO, como preconiza os artigos 212 e 213 do RITC/AL, reza o CAPÍTULO II, - DOS RECURSOS ó SEÇÃO I, que o prazo para apresentação começa fmr em 15 (quinze) dias a partir da juntada aos autos a comprovação da citação válida. Como trata o pedido de prorrogação de Prazo Recursal, estipulado em lei, entendo que o pedido não pode prosperar, uma vez que cabe a este egrégio tribunal cumpri-lo.

DECIDE o Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, no uso de suas Atribuições constitucionais legais e regimentais, preliminarmente INDEFERIR o pleito. Cientificar o gestor do Município de Água Branca, Sr. JOSÉ RODRIGUES GOMES., do

inteiro teor desta deliberação, para se assim desejar, proceder a Justificativa / Defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data da publicação da presente DECISÃO, no Diário Oficial do Estado, de acordo com o disposto nos art. 182 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, em Maceió, 28 de abril de 2015.

Conselheiro CICERO AMÉLIO DA SILVA 6
Relator

Conselheiro OTÁVIO LESSA DE GERALDO SANTOS6 Presidente
Conselheiro Decano LUIZ EUSTÁQUIO TOLEDO
Conselheira MARIA CLEIDE COSTA BEZERRA
Conselheiro ANSELMO ROBERTO DE ALMEIDA BRITO
Conselheiro FERNANDO RIBEIRO TOLEDO
Auditor Conselheiro Substituto ANA RAQUEL RIBEIRO SAMPAIO
Procurador do Ministério Público Especial Junto ao Tribunal de contas RAFAEL RODRIGUES DE ALCANTRA

Processo n° TC-10350/2011
Interessado: SEVERINO DE SOUZA SILVA
Assunto: Retificação de Ato de Concessão de Pensão

ACÓRDÃO Nº 1-
RETIFICAÇÃO DE ATO DE CONCESSÃO DE PENSÃO. ATENDIMENTO AOS REQUISITOS LEGAIS. PELO REGISTRO.

Trata o presente processo sobre a retificação do Ato de Concessão de Pensão a SEVERINO DE SOUZA SILVA, na qualidade de esposo da ex segurada, DJANIRA BEZERRA SILVA DE SOUZA, técnica de Enfermagem, da Secretaria de Estado da Saúde - SESAU, falecida em 05 de setembro de 2009, nos termos do Ato de Concessão datado de 17 de novembro de 2009, publicado no Diário Oficial do Estado, edição do dia 20 de janeiro de 2010.

Em razão de diligência solicitada pela Procuradoria Jurídica deste Tribunal, as fls 38, para correção do nome da ex-segurada, sendo emitido novo Ato Retificatório, as fls 47, datado de 27 de novembro de 2012 e publicado por incorreção em 28 de novembro de 2012, consignando o nome correto da senhora DJANIRA BEZERRA SILVA DE SOUZA, em razão de haver constado no Ato anterior o nome Djanira Bezerra de Souza.

Documentos constantes nos autos mostram tempo de serviço da segurada quando da sua inativação.

Considerando as informações da Seção de Aposentadorias, Reformas e Pensões deste Tribunal, que reflete a atividade funcional da servidora e o atesto da elaboração correta dos cálculos do Benefício. De acordo com os pareceres favoráveis da Douta Procuradoria Jurídica nº 906/2014, às fls. 55/56 e do Ministério Público de Contas nº 146/2015/4ºPC/GS, fls. 59/60 entendemos que o Ato ora apreciado obedeceu à legislação vigente. Diante do exposto, a PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, ACORDA pela legalidade do Ato examinado, sendo pelo seu registro para fins de direito, na

forma do Art. 97, inciso III, alínea ôbô da Constituição Estadual, combinado com os art. 1º inciso III, alínea ôbô e 37 inciso II da lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas e com os arts. 6º, inciso VII e 172, inciso II do Regimento Interno desta Corte. Sala das Sessões do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, em Maceió, 28 de Abril de 2015.
Conselheiro CICERO AMÉLIO DA SILVA 6
Relator -Presidente
Conselheiro Decano LUIZ EUSTÁQUIO TOLEDO
Conselheira MARIA CLEIDE COSTA BEZERRA
Auditor Conselheiro Substituto ALBERTO PIRES ALVES DE ABREU
Procurador do Ministério Público Especial Junto ao Tribunal de contas RODRIGO SIQUEIRA CAVALCANTE

Processo n° TC-9603/2012
Interessado: MARIA SÔNIA CORREIA PINTO
Assunto: Retificação do Ato Aposentatório

ACÓRDÃO Nº 1-
RETIFICAÇÃO DO ATO APOSENTATÓRIO. PROVENTOS INTEGRAIS. ATENDIMENTO AOS REQUISITOS LEGAIS. PELO REGISTRO.

Trata o presente processo sobre a retificação do Ato Aposentatório de MARIA SÔNIA CORREIA PINTO, ocupante do cargo de Orientador Escolar, Especialização, Nível "IIö, Classe ôDö, Matrícula nº 28.566-8, rematriculada com o nº 12647, do Quadro do Magistério Público Estadual, com proventos integrais, calculados sobre a jornada de trabalho de 40h (quarenta horas) semanais, nos termos do Decreto nº 19.842, de 09 de maio de 2012, devidamente publicado no Diário Oficial do Estado, edição do dia seguinte.

Em razão da retificação do Decreto nº 17.611, de 10 de janeiro de 2012, as fls. 68, com relação a alteração do cargo da servidora, que ocupava o cargo de Professor, "para fazê-lo no cargo de Orientador Escolar", em conformidade com o Decreto nº 19.842, de 09 de maio de 2012, as fls. 75.

Documentos constantes nos autos mostram tempo de serviço da requerente quando da sua inativação.

Considerando as informações da Seção de Aposentadorias, Reformas e Pensões deste Tribunal, que reflete a atividade funcional da servidora e o atesto da elaboração correta dos cálculos dos proventos. Conforme os pareceres favoráveis da Douta Procuradoria Jurídica nº 1418/2014, às fls. 85 e do Ministério Público de Contas nº 175/2015 /2ºPC/RA, fls. 88/89 entendemos que o Ato ora apreciado obedeceu à legislação vigente. Diante do exposto, a PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, ACORDA pela legalidade do Ato examinado, sendo pelo seu registro para fins de direito, na forma do Art. 97, inciso III, alínea ôbô da Constituição Estadual, combinado com os art. 1º inciso III, alínea ôbô e 37 inciso II da lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas e com os arts. 6º, inciso VII e 172, inciso II do Regimento Interno desta Corte. Sala das Sessões do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, em Maceió, 28 de Abril de 2015.
Conselheiro CICERO AMÉLIO DA SILVA 6

Relator -Presidente
Conselheiro Decano LUIZ EUSTÁQUIO TOLEDO
Conselheira MARIA CLEIDE COSTA BEZERRA
Auditor Conselheiro Substituto ALBERTO PIRES ALVES DE ABREU
Procurador do Ministério Público Especial Junto ao Tribunal de contas RODRIGO SIQUEIRA CAVALCANTE

Processo n° TC-12953/2012
Interessado: IARA CONCEIÇÃO SYNTHES DA SILVA
Assunto: Aposentadoria por Invalidez

ACÓRDÃO Nº 1-
APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. PROVENTOS INTEGRAIS. ATENDIMENTO AOS REQUISITOS LEGAIS. PELO REGISTRO.

Trata o presente processo sobre a Aposentadoria por invalidez de IARA CONCEIÇÃO SYNTHES DA SILVA, ocupante do cargo de Merendeira, Classe "A", matrícula nº 824.244-5, Nível "II", integrante da Carreira dos Profissionais da Educação do Poder Executivo do Estado de Alagoas, Quadro de Provisão Temporária, instituída pela Lei Estadual nº 6.907, de 03 de janeiro de 2008, com proventos proporcionais, calculados a razão de 10/30 (dez, trinta avos), sobre a jornada de trabalho de 30h (trinta horas) semanais, nos termos do Decreto de nº 21.705, datado de 06 de agosto de 2012, publicado na imprensa oficial do dia seguinte.

Documentos constantes nos autos mostram tempo de serviço da requerente quando da sua inativação.

Considerando as informações da Seção de Aposentadorias, Reformas e Pensões deste Tribunal, que reflete a atividade funcional da servidora e o atesto da elaboração correta dos cálculos dos proventos. De acordo com os pareceres favoráveis da Douta Procuradoria Jurídica nº 1820/2014, às fls. 49/50 e do Ministério Público de Contas nº 0504/2015/2ºPC/RA, fls. 52/54, entendemos que o Ato ora apreciado obedeceu à legislação vigente.

Diante do exposto, a PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, ACORDA pela legalidade do Ato examinado, sendo pelo seu registro para fins de direito, na forma do Art. 97, inciso III, alínea ôbô da Constituição Estadual, combinado com os arts. 1º inciso III, alínea ôbô e 37 inciso II da lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas e com os arts. 6º, inciso VII e 172, inciso II do Regimento Interno desta Corte. Sala das Sessões do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, em Maceió, 28 de Abril de 2015.
Conselheiro CICERO AMÉLIO DA SILVA 6
Relator -Presidente
Conselheiro Decano LUIZ EUSTÁQUIO TOLEDO
Conselheira MARIA CLEIDE COSTA BEZERRA
Auditor Conselheiro Substituto ALBERTO PIRES ALVES DE ABREU
Procurador do Ministério Público Especial Junto ao Tribunal de contas RODRIGO SIQUEIRA CAVALCANTE

Processo n° TC-12864/2012
Interessado: SIDNEY SOUZA SILVA
Assunto: Aposentadoria por Invalidez

ACÓRDÃO Nº 1- APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. PROVENTOS PROPORCIONAIS. ATENDIMENTO AOS REQUISITOS LEGAIS. PELO REGISTRO.

Trata o presente processo sobre a Aposentadoria por invalidez de SIDNEY SOUZA SILVA, ocupante do cargo de Agente Administrativo, Nível ôlô, Classe ôAô, Matrícula nº 83.381-9, integrante da Carreira dos Profissionais da Educação do Poder Executivo do Estado de Alagoas, Quadro de Provisão Temporária, instituída pela Lei Estadual nº 6.907, de 03 de janeiro de 2008, com proventos proporcionais, calculados à razão de 10/35 (dez, trinta e cinco avos) sobre a jornada de trabalho de 30h (trinta horas) semanais, nos termos do Decreto nº 21.461, datado de 26 de julho de 2012, devidamente publicado no Diário Oficial do Estado, edição do dia seguinte.

Documentos constantes nos autos mostram tempo de serviço da requerente quando da sua inativação.

Considerando as informações da Seção de Aposentadorias, Reformas e Pensões deste Tribunal, que reflete a atividade funcional do servidor e o atesto da elaboração correta dos cálculos dos proventos. De acordo com os pareceres favoráveis da Douta Procuradoria Jurídica nº 1073/2014, às fls. 54/55 e do Ministério Público de Contas nº 008/2015/5ºPC/SM, fls. 58/59, entendemos que o Ato ora apreciado obedeceu à legislação vigente.

Diante do exposto, a PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, ACORDA pela legalidade do Ato examinado, sendo pelo seu registro para fins de direito, na forma do Art. 97, inciso III, alínea ôbô da Constituição Estadual, combinado com os arts. 1º inciso III, alínea ôbô e 37 inciso II da lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas e com os arts. 6º, inciso VII e 172, inciso II do Regimento Interno desta Corte. Sala das Sessões do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, em Maceió, 28 de Abril de 2015.

Conselheiro CICERO AMÉLIO DA SILVA ó Relator -Presidente
Conselheiro Decano LUIZ EUSTÁQUIO TOLEDO
Conselheira MARIA CLEIDE COSTA BEZERRA
Auditor Conselheiro Substituto ALBERTO PIRES ALVES DE ABREU
Procurador do Ministério Público Especial Junto ao Tribunal de contas RODRIGO SIQUEIRA CAVALCANTE

Processo n° TC-12738/2011
Interessado: LAURITA BULHÕES DE CARVALHO
Assunto: Aposentadoria por invalidez

ACÓRDÃO Nº 1- APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. PROVENTOS INTEGRAIS. ATENDIMENTO AOS REQUISITOS LEGAIS. PELO REGISTRO.

Trata o presente processo sobre a

Aposentadoria por Invalidez de LAURITA BULHÕES DE CARVALHO, ocupante do cargo de Professor, Licenciatura Plena, Nível \"/>ô, Classe ôDô, Matrícula nº 51.656-2, do Quadro do Magistério Público Estadual, com proventos integrais, calculados sobre a jornada de trabalho de 40h (quarenta horas) semanais, nos termos do Decreto nº 15.177, de 11 de agosto de 2011, devidamente publicado no Diário Oficial do Estado, edição do dia seguinte.

Documentos constantes nos autos mostram tempo de serviço da requerente quando da sua inativação.

Considerando as informações da Seção de Aposentadorias, Reformas e Pensões deste Tribunal, que reflete a atividade funcional da servidora e o atesto da elaboração correta dos cálculos dos proventos.

De acordo com os pareceres favoráveis da Douta Procuradoria Jurídica nº 1081/2014, às fls. 47/48 e do Ministério Público de Contas nº 010/2015/5ºPC/SM, fls. 51/53, entendemos que o Ato ora apreciado obedeceu à legislação vigente.

Diante do exposto, a PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, ACORDA pela legalidade do Ato examinado, sendo pelo seu registro para fins de direito, na forma do Art. 97, inciso III, alínea ôbô da Constituição Estadual, combinado com os arts. 1º inciso III, alínea ôbô e 37 inciso II da lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas e com os arts. 6º, inciso VII e 172, inciso II do Regimento Interno desta Corte.

Sala das Sessões do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, em Maceió, 28 de Abril de 2015.

Conselheiro CICERO AMÉLIO DA SILVA ó Relator -Presidente
Conselheiro Decano LUIZ EUSTÁQUIO TOLEDO
Conselheira MARIA CLEIDE COSTA BEZERRA
Auditor Conselheiro Substituto ALBERTO PIRES ALVES DE ABREU
Procurador do Ministério Público Especial Junto ao Tribunal de contas RODRIGO SIQUEIRA CAVALCANTE

Processo n° TC-12902/2012
Interessado: JOSÉ TERÊNCIO CORREIA DE ARAÚJO
Assunto: Aposentadoria por Invalidez

ACÓRDÃO Nº 1- APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. PROVENTOS INTEGRAIS. ATENDIMENTO AOS REQUISITOS LEGAIS. PELO REGISTRO.

Trata o presente processo sobre a Aposentadoria por Invalidez de JOSÉ TERÊNCIO CORREIA DE ARAÚJO, ocupante do cargo de Engenheiro, Classe ôDô, Matrícula nº 23.201-7, integrante da Carreira dos Profissionais de Engenharia e Arquitetura, instituída pela Lei Estadual nº 6.396, de 01 de agosto de 2003, com proventos integrais, calculados sobre a jornada de trabalho de 40h (quarenta horas) semanais, nos termos do Decreto nº 21.539, datado de 30 de julho de 2012, devidamente publicado no Diário Oficial do Estado, edição do dia seguinte.

Documentos constantes nos autos mostram tempo de serviço do requerente quando da sua inativação.

Considerando as informações da Seção de Aposentadorias, Reformas e Pensões deste Tribunal, que reflete a atividade funcional do servidor e o atesto da elaboração correta dos cálculos dos proventos.

De acordo com os pareceres favoráveis da Douta Procuradoria Jurídica nº 1082/2014, às fls. 52/53 e do Ministério Público de Contas nº 009/2015/5ºPC/SM, fls. 56/58, entendemos que o Ato ora apreciado obedeceu à legislação vigente.

Diante do exposto, a PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, ACORDA pela legalidade do Ato examinado, sendo pelo seu registro para fins de direito, na forma do Art. 97, inciso III, alínea ôbô da Constituição Estadual, combinado com os arts. 1º inciso III, alínea ôbô e 37 inciso II da lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas e com os arts. 6º, inciso VII e 172, inciso II do Regimento Interno desta Corte. Sala das Sessões do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, em Maceió, 28 de Abril de 2015.

Conselheiro CICERO AMÉLIO DA SILVA ó Relator -Presidente

Conselheiro Decano LUIZ EUSTÁQUIO TOLEDO
Conselheira MARIA CLEIDE COSTA BEZERRA
Auditor Conselheiro Substituto ALBERTO PIRES ALVES DE ABREU
Procurador do Ministério Público Especial Junto ao Tribunal de contas RODRIGO SIQUEIRA CAVALCANTE

Processo n° TC-11249/2012
Interessado: ZELMA ALMEIDA VIEIRA
Assunto: Retificação do Ato de Aposentadoria

ACÓRDÃO Nº 1- RETIFICAÇÃO DO ATO DE APOSENTADORIA. PROVENTOS INTEGRAIS. ATENDIMENTO AOS REQUISITOS LEGAIS. PELO REGISTRO.

Trata o presente processo sobre a retificação do Ato de Aposentadoria de ZELMA ALMEIDA VIEIRA, ocupante do cargo de Orientador Escolar, Especialização, Nível \"/>ô, Classe ôDô, Matrícula nº 18.548-5, do Quadro do Magistério Público Estadual, com proventos integrais, calculados sobre a jornada de trabalho de 40h (quarenta horas) semanais, nos termos do Decreto nº 20.743, de 25 de junho de 2012, devidamente publicado no Diário Oficial do Estado, edição do dia seguinte.

Em razão da retificação do Decreto nº 18.351, de 10 de fevereiro de 2012, as fls. 33, com relação a alteração do cargo da servidora, que ocupava anteriormente o cargo de Professor, \"/>para fazê-lo no cargo de Orientador Escolar", em conformidade com o Decreto nº 20.743, de 25 de junho de 2012, as fls. 39. Documentos constantes nos autos mostram tempo de serviço da requerente quando da sua inativação.

Considerando as informações da Seção de Aposentadorias, Reformas e Pensões deste Tribunal, que reflete a atividade funcional da servidora e o atesto da elaboração correta dos cálculos dos proventos. Conforme os pareceres favoráveis da Douta Procuradoria Jurídica nº 993/2014, às fls. 58 e do Ministério Público de Contas nº 121/2015 /4ºPC/GS, fls. 61/63 entendemos que o Ato ora apreciado obedeceu à legislação vigente.

Diante do exposto, a PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, ACORDA pela legalidade do Ato examinado, sendo pelo seu registro para fins de direito, na forma do Art. 97, inciso III, alínea ôbô da Constituição Estadual, combinado com os arts. 1º inciso III, alínea ôbô e 37 inciso II da lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas e com os arts. 6º, inciso VII e 172, inciso II do Regimento Interno desta Corte. Sala das Sessões do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, em Maceió, 28 de Abril de 2015.

Conselheiro CICERO AMÉLIO DA SILVA ó Relator -Presidente

Conselheiro Decano LUIZ EUSTÁQUIO TOLEDO
Conselheira MARIA CLEIDE COSTA BEZERRA
Auditor Conselheiro Substituto ALBERTO PIRES ALVES DE ABREU
Procurador do Ministério Público Especial Junto ao Tribunal de contas RODRIGO SIQUEIRA CAVALCANTE

Processo n° TC-2250/2012
Interessado: MARIA DA GLÓRIA CARVALHO
Assunto: Aposentadoria Voluntária

ACÓRDÃO Nº 1- APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA. PROVENTOS INTEGRAIS. ATENDIMENTO AOS REQUISITOS LEGAIS. PELO REGISTRO.

Trata o presente processo sobre a Aposentadoria Voluntária de MARIA DA GLÓRIA CARVALHO, ocupante do cargo de Professor, Especialização, Nível ôlô, Classe ôDô, Matrícula nº 46.652-2, do Quadro do Magistério Público Estadual, com proventos integrais, calculados sobre a jornada de trabalho de 40h (quarenta horas) semanais, nos termos do Decreto nº 18.157 de 03 de fevereiro de 2012, devidamente publicado no Diário Oficial do Estado, edição do dia 06.02.2012.

Documentos constantes nos autos mostram tempo de serviço da requerente quando da sua inativação.

Considerando as informações da Seção de Aposentadorias, Reformas e Pensões deste Tribunal, que reflete a atividade funcional da servidora e o atesto da elaboração correta dos cálculos dos proventos.

De acordo com os pareceres favoráveis da Douta Procuradoria Jurídica nº 1451/2014, às fls. 49 e do Ministério Público de Contas nº 181/2015/2ºPC/RA, fls. 52/53, entendemos que o Ato ora apreciado obedeceu à legislação vigente.

Diante do exposto, a PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, ACORDA pela legalidade do Ato examinado, sendo pelo seu registro para fins de direito, na forma do Art. 97, inciso III, alínea ôbô da Constituição Estadual, combinado com os arts. 1º inciso III, alínea ôbô e 37 inciso II da lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas e com os arts. 6º, inciso VII e 172, inciso II do Regimento Interno desta Corte.

Sala das Sessões do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, em Maceió, 28 de Abril de 2015.

Conselheiro CICERO AMÉLIO DA SILVA ó
Relator -Presidente
Conselheiro Decano LUIZ EUSTÁQUIO TOLEDO
Conselheira MARIA CLEIDE COSTA BEZERRA
Auditor Conselheiro Substituto ALBERTO PIRES ALVES DE ABREU
Procurador do Ministério Público Especial Junto ao Tribunal de contas RODRIGO SIQUEIRA CAVALCANTE

Processo nº TC-12834/2011
Interessado: MARIA REJANE LIMA E SILVA
Assunto: Aposentadoria Voluntária

ACÓRDÃO Nº 1- APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA. PROVENTOS INTEGRAIS. ATENDIMENTO AOS REQUISITOS LEGAIS. PELO REGISTRO.

Trata o presente processo sobre a Aposentadoria Voluntária de MARIA REJANE LIMA E SILVA, ocupante do cargo de Professor, Especialização, Nível "II", Classe "D", Matrícula nº 53.549-4, do Quadro do Magistério Público Estadual, com proventos integrais, calculados sobre a jornada de trabalho de 40h (quarenta horas) semanais, nos termos do Decreto nº 14.871 datado de 28 de julho de 2011, devidamente publicado no Diário Oficial do Estado, edição do dia seguinte.

Documentos constantes nos autos mostram tempo de serviço da requerente quando da sua inativação.

Considerando as informações da Seção de Aposentadorias, Reformas e Pensões deste Tribunal, que reflete a atividade funcional da servidora e o atesto da elaboração correta dos cálculos dos proventos.
Considerando os pareceres favoráveis da Douta Procuradoria Jurídica nº 1230/2014, às fls. 57 e do Ministério Público de Contas nº 20/2015/5ºPC/SM, fls. 60/61, entendemos que o Ato ora apreciado obedeceu à legislação vigente.
Diante do exposto, a PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, ACORDA pela legalidade do Ato examinado, sendo pelo seu registro para fins de direito, na forma do Art. 97, inciso III, alínea ôbô da Constituição Estadual, combinado com os art. 1º inciso III, alínea ôbô e 37 inciso II da lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas e com os arts. 6º, inciso VII e 172, inciso II do Regimento Interno desta Corte.

Sala das Sessões do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, em Maceió, 28 de Abril de 2015.

Conselheiro CICERO AMÉLIO DA SILVA ó
Relator -Presidente
Conselheiro Decano LUIZ EUSTÁQUIO TOLEDO
Conselheira MARIA CLEIDE COSTA BEZERRA
Auditor Conselheiro Substituto ALBERTO PIRES ALVES DE ABREU
Procurador do Ministério Público Especial Junto ao Tribunal de contas RODRIGO SIQUEIRA CAVALCANTE

Processo nº TC-13042/2011
Interessado: SÔNIA MARIA SILVA

Assunto: Aposentadoria Voluntária

ACÓRDÃO Nº 1- APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA. PROVENTOS INTEGRAIS. ATENDIMENTO AOS REQUISITOS LEGAIS. PELO REGISTRO.

Trata o presente processo sobre a Aposentadoria Voluntária de SÔNIA MARIA SILVA, ocupante do cargo de Professor, Especialização, Nível ôIIô, Classe ôDô, Matrícula nº 45.882-1, do Quadro do Magistério Público Estadual, com proventos integrais, calculados sobre a jornada de trabalho de 40h (quarenta horas) semanais, nos termos do Decreto nº 14.631 de 20 de julho de 2011, devidamente publicado no Diário Oficial do Estado, edição do dia seguinte.

Documentos constantes nos autos mostram tempo de serviço da requerente quando da sua inativação.

Considerando as informações da Seção de Aposentadorias, Reformas e Pensões deste Tribunal, que reflete a atividade funcional da servidora e o atesto da elaboração correta dos cálculos dos proventos.
De acordo com os pareceres favoráveis da Douta Procuradoria Jurídica nº 1417/2014, às fls. 51 e do Ministério Público de Contas nº 186/2015/2ºPC/RA, fls. 54/55, entendemos que o Ato ora apreciado obedeceu à legislação vigente.

Diante do exposto, a PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, ACORDA pela legalidade do Ato examinado, sendo pelo seu registro para fins de direito, na forma do Art. 97, inciso III, alínea ôbô da Constituição Estadual, combinado com os art. 1º inciso III, alínea ôbô e 37 inciso II da lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas e com os arts. 6º, inciso VII e 172, inciso II do Regimento Interno desta Corte.

Sala das Sessões do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, em Maceió, 28 de Abril de 2015.

Conselheiro CICERO AMÉLIO DA SILVA ó
Relator -Presidente
Conselheiro Decano LUIZ EUSTÁQUIO TOLEDO
Conselheira MARIA CLEIDE COSTA BEZERRA
Auditor Conselheiro Substituto ALBERTO PIRES ALVES DE ABREU
Procurador do Ministério Público Especial Junto ao Tribunal de contas RODRIGO SIQUEIRA CAVALCANTE

Processo nº TC-15045/2012
Interessado: LUIZA DE MOURA LIMA FERREIRA
Assunto: Aposentadoria Voluntária

ACÓRDÃO Nº 1- APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA. PROVENTOS INTEGRAIS. ATENDIMENTO AOS REQUISITOS LEGAIS. PELO REGISTRO.

Trata o presente processo sobre a Aposentadoria Voluntária de LUIZA DE MOURA LIMA FERREIRA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Diversos, Classe "B", matrícula nº 39.880-2 rematriculada com o nº 18280, integrante das Carreiras dos Profissionais de Nível

Elementar, Parte Permanente, instituída pela lei Estadual nº 6.251, de 20 de julho de 2001, com proventos proporcionais, calculados à razão de 25/30 (vinte e cinco, trinta avos), sobre a jornada de trabalho de 40 (quarenta horas) semanais, nos termos do Decreto Nº 21.931, datado de 15 de agosto de 2012, publicado na imprensa oficial do dia seguinte.

Documentos constantes nos autos mostram tempo de serviço da requerente quando da sua inativação.

Considerando as informações da Seção de Aposentadorias, Reformas e Pensões deste Tribunal, que reflete a atividade funcional da servidora e o atesto da elaboração correta dos cálculos dos proventos.
Considerando os pareceres favoráveis da Douta Procuradoria Jurídica nº 1439/2014, às fls. 96 e do Ministério Público de Contas nº 0163/2015/2ºPC/RA, fls. 99/100, entendemos que o Ato ora apreciado obedeceu à legislação vigente.
Diante do exposto, a PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, ACORDA pela legalidade do Ato examinado, sendo pelo seu registro para fins de direito, na forma do Art. 97, inciso III, alínea ôbô da Constituição Estadual, combinado com os art. 1º inciso III, alínea ôbô e 37 inciso II da lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas e com os arts. 6º, inciso VII e 172, inciso II do Regimento Interno desta Corte.

Sala das Sessões do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, em Maceió, 28 de Abril de 2015.

Conselheiro CICERO AMÉLIO DA SILVA ó
Relator -Presidente
Conselheiro Decano LUIZ EUSTÁQUIO TOLEDO
Conselheira MARIA CLEIDE COSTA BEZERRA
Auditor Conselheiro Substituto ALBERTO PIRES ALVES DE ABREU
Procurador do Ministério Público Especial Junto ao Tribunal de contas RODRIGO SIQUEIRA CAVALCANTE

Processo nº TC-4501/2012
Interessado: MIRIAN SILVA LISBOA
Assunto: Aposentadoria Voluntária

ACÓRDÃO Nº 1- APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA. PROVENTOS INTEGRAIS. ATENDIMENTO AOS REQUISITOS LEGAIS. PELO REGISTRO.

Trata o presente processo sobre a Aposentadoria Voluntária MIRIAN SILVA LISBOA, ocupante do cargo de Professor, Especialização, Nível "IIô, Classe ôDô, Matrícula nº 48.335-4 do Quadro do Magistério Público Estadual, com proventos integrais, calculados sobre a jornada de trabalho de 40h (quarenta horas) semanais, nos termos do Decreto nº 18.683 de 02 de março de 2012, devidamente publicado no Diário Oficial do Estado, edição do dia 05/03/2012.

Documentos constantes nos autos mostram tempo de serviço da requerente quando da sua inativação.

Considerando as informações da Seção de Aposentadorias, Reformas e Pensões deste Tribunal, que reflete a atividade funcional da servidora e o atesto da elaboração

correta dos cálculos dos proventos.
Considerando os pareceres favoráveis da Douta Procuradoria Jurídica nº 1428/2014, às fls. 44 e do Ministério Público de Contas nº 351/2015/4ºPC/GS, fls. 47/49, entendemos que o Ato ora apreciado obedeceu à legislação vigente.
Diante do exposto, a PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, ACORDA pela legalidade do Ato examinado, sendo pelo seu registro para fins de direito, na forma do Art. 97, inciso III, alínea ôbô da Constituição Estadual, combinado com os art. 1º inciso III, alínea ôbô e 37 inciso II da lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas e com os arts. 6º, inciso VII e 172, inciso II do Regimento Interno desta Corte.
Sala das Sessões do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, em Maceió, 28 de Abril de 2015.

Conselheiro CICERO AMÉLIO DA SILVA ó
Relator -Presidente
Conselheiro Decano LUIZ EUSTÁQUIO TOLEDO
Conselheira MARIA CLEIDE COSTA BEZERRA
Auditor Conselheiro Substituto ALBERTO PIRES ALVES DE ABREU
Procurador do Ministério Público Especial Junto ao Tribunal de contas RODRIGO SIQUEIRA CAVALCANTE

Processo nº TC-9675/2011
Interessado: MARIA DA GLÓRIA CORREIA DE OLIVEIRA
Assunto: Aposentadoria Voluntária

ACÓRDÃO Nº 1- APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA. PROVENTOS INTEGRAIS. ATENDIMENTO AOS REQUISITOS LEGAIS. PELO REGISTRO.

Trata o presente processo sobre a Aposentadoria Voluntária de MARIA DA GLÓRIA CORREIA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Professor, Licenciatura plena, Nível "IIô, Classe ôDô, Matrícula nº46.460-0 rematriculada com o nº 22982, do Quadro do Magistério Público Estadual, com proventos integrais, calculados sobre a jornada de trabalho de 40h (quarenta horas) semanais, nos termos do Decreto nº 16.717 de 21 de novembro de 2011, devidamente publicado no Diário Oficial do Estado, edição do dia seguinte.

Documentos constantes nos autos mostram tempo de serviço da requerente quando da sua inativação.

Considerando as informações da Seção de Aposentadorias, Reformas e Pensões deste Tribunal, que reflete a atividade funcional da servidora e o atesto da elaboração correta dos cálculos dos proventos.
Considerando os pareceres favoráveis da Douta Procuradoria Jurídica nº 1558/2014, às fls. 61 e do Ministério Público de Contas nº 0241/2015/6ºPC/RC, fls. 64/65, entendemos que o Ato ora apreciado obedeceu à legislação vigente.
Diante do exposto, a PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, ACORDA pela legalidade do Ato examinado, sendo pelo seu registro para fins de direito, na forma do Art. 97, inciso III, alínea ôbô da Constituição Estadual, combinado com os art.

1º inciso III, alínea ôbô e 37 inciso II da lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas e com os arts. 6º, inciso VII e 172, inciso II do Regimento Interno desta Corte.
Sala das Sessões do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, em Maceió, 28 de Abril de 2015.

Conselheiro CICERO AMÉLIO DA SILVA ó
Relator -Presidente
Conselheiro Decano LUIZ EUSTÁQUIO TOLEDO
Conselheira MARIA CLEIDE COSTA BEZERRA
Auditor Conselheiro Substituto ALBERTO PIRES ALVES DE ABREU
Procurador do Ministério Público Especial Junto ao Tribunal de contas RODRIGO SIQUEIRA CAVALCANTE

Processo n° TC-1234/2012
Interessado: MARTA MARIA MACENO DE BRITO
Assunto: Aposentadoria Voluntária
ACÓRDÃO Nº 1- APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA. PROVENTOS INTEGRAIS. ATENDIMENTO AOS REQUISITOS LEGAIS. PELO REGISTRO.

Trata o presente processo sobre a Aposentadoria Voluntária de MARTA MARIA MACENO DE BRITO, ocupante do cargo de Professor, Especial Magistério, Nível "I", Classe ôDô, Matrícula nº 50.020-8, do Quadro do Magistério Público Estadual, com proventos integrais, calculados sobre a jornada de trabalho de 40h (quarenta horas) semanais, nos termos do Decreto nº 15.503, de 26 de agosto de 2011, devidamente publicado no Diário Oficial do Estado, edição do dia 29.08.2011, reproduzido no D.O.E no dia 07.12.11.

Documentos constantes nos autos mostram tempo de serviço da requerente quando da sua inativação.

Considerando as informações da Seção de Aposentadorias, Reformas e Pensões deste Tribunal, que reflete a atividade funcional da servidora e o atesto da elaboração correta dos cálculos dos proventos. Considerando os pareceres favoráveis da Douta Procuradoria Jurídica nº 1430/2014, às fls. 54 e do Ministério Público de Contas nº 355/2015/4ºPC/GS, fls. 57/59 entendemos que o Ato ora apreciado obedeceu à legislação vigente. Diante do exposto, a PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, ACORDA pela legalidade do Ato examinado, sendo pelo seu registro para fins de direito, na forma do Art. 97, inciso III, alínea ôbô da Constituição Estadual, combinado com os art. 1º inciso III, alínea ôbô e 37 inciso II da lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas e com os arts. 6º, inciso VII e 172, inciso II do Regimento Interno desta Corte. Sala das Sessões do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, em Maceió, 28 de Abril de 2015.

Conselheiro CICERO AMÉLIO DA SILVA ó
Relator -Presidente
Conselheiro Decano LUIZ EUSTÁQUIO TOLEDO
Conselheira MARIA CLEIDE COSTA BEZERRA
Auditor Conselheiro Substituto ALBERTO PIRES ALVES DE ABREU

Procurador do Ministério Público Especial Junto ao Tribunal de contas RODRIGO SIQUEIRA CAVALCANTE

Processo n° TC-12927-2011
Interessado: ANA MARIA DOS SANTOS DANTAS
Assunto: Aposentadoria Voluntária
ACÓRDÃO Nº 1- APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA. PROVENTOS INTEGRAIS. ATENDIMENTO AOS REQUISITOS LEGAIS. PELO REGISTRO.

Trata o presente processo sobre a Aposentadoria Voluntária de ANA MARIA DOS SANTOS DANTAS, ocupante do cargo de Professor, Especialização, Nível ôIIô, Classe ôDô, Matrícula nº 51.480-2, do Quadro do Magistério Público Estadual, com proventos integrais, calculados sobre a jornada de trabalho de 40h (quarenta horas) semanais, nos termos do Decreto nº 14.625 de 19 de julho de 2011, devidamente publicado no Diário Oficial do Estado, edição do dia seguinte.

Documentos constantes nos autos mostram tempo de serviço da requerente quando da sua inativação.

Considerando as informações da Seção de Aposentadorias, Reformas e Pensões deste Tribunal, que reflete a atividade funcional da servidora e o atesto da elaboração correta dos cálculos dos proventos. Considerando os pareceres favoráveis da Douta Procuradoria Jurídica nº 1341/2014, às fls. 43 e do Ministério Público de Contas nº 0262/2015/1ºPC/RS, fls. 46/47, entendemos que o Ato ora apreciado obedeceu à legislação vigente. Diante do exposto, a PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, ACORDA pela legalidade do Ato examinado, sendo pelo seu registro para fins de direito, na forma do Art. 97, inciso III, alínea ôbô da Constituição Estadual, combinado com os art. 1º inciso III, alínea ôbô e 37 inciso II da lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas e com os arts. 6º, inciso VII e 172, inciso II do Regimento Interno desta Corte. Sala das Sessões do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, em Maceió, 28 de Abril de 2015.

Conselheiro CICERO AMÉLIO DA SILVA ó
Relator -Presidente
Conselheiro Decano LUIZ EUSTÁQUIO TOLEDO
Conselheira MARIA CLEIDE COSTA BEZERRA
Auditor Conselheiro Substituto ALBERTO PIRES ALVES DE ABREU
Procurador do Ministério Público Especial Junto ao Tribunal de contas RODRIGO SIQUEIRA CAVALCANTE

Processo n° TC-4634/2012
Interessado: ALTAIR FONTES DOS SANTOS
Assunto: Aposentadoria Voluntária
ACÓRDÃO Nº 1- APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA. PROVENTOS INTEGRAIS. ATENDIMENTO AOS REQUISITOS LEGAIS. PELO REGISTRO.

Trata o presente processo sobre a

Aposentadoria Voluntária de ALTAIR FONTES DOS SANTOS, ocupante do cargo de Professor, Especialização, Nível ôIIô, Classe ôDô, Matriculado nº 52.335-6, do Quadro do Magistério Público Estadual, com proventos integrais, calculados sobre a jornada de trabalho de 40h (quarenta horas) semanais, nos termos do Decreto nº 18.418, datado de 14 de fevereiro de 2012, devidamente publicado no Diário Oficial do Estado, edição do dia seguinte.

Documentos constantes nos autos mostram tempo de serviço da requerente quando da sua inativação.

Considerando as informações da Seção de Aposentadorias, Reformas e Pensões deste Tribunal, que reflete a atividade funcional da servidora e o atesto da elaboração correta dos cálculos dos proventos. De acordo com os pareceres favoráveis da Douta Procuradoria Jurídica nº 1765/2014, às fls. 56 e do Ministério Público de Contas nº 0456/2015/2ºPC/RA, fls. 59/60, entendemos que o Ato ora apreciado obedeceu à legislação vigente. Diante do exposto, a PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, ACORDA pela legalidade do Ato examinado, sendo pelo seu registro para fins de direito, na forma do Art. 97, inciso III, alínea ôbô da Constituição Estadual, combinado com os arts. 1º inciso III, alínea ôbô e 37 inciso II da lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas e com os arts. 6º, inciso VII e 172, inciso II do Regimento Interno desta Corte. Sala das Sessões do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, em Maceió, 28 de Abril de 2015.

Conselheiro CICERO AMÉLIO DA SILVA ó
Relator -Presidente
Conselheiro Decano LUIZ EUSTÁQUIO TOLEDO
Conselheira MARIA CLEIDE COSTA BEZERRA
Auditor Conselheiro Substituto ALBERTO PIRES ALVES DE ABREU
Procurador do Ministério Público Especial Junto ao Tribunal de contas RODRIGO SIQUEIRA CAVALCANTE

Processo n° TC-4344/2012
Interessado: RITA DE CÁSSIA SANTOS
Assunto: Aposentadoria Voluntária
ACÓRDÃO Nº 1- APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA. PROVENTOS INTEGRAIS. ATENDIMENTO AOS REQUISITOS LEGAIS. PELO REGISTRO.

Trata o presente processo sobre a Aposentadoria Voluntária de RITA DE CÁSSIA SANTOS, ocupante do cargo de Professor, Especialização, Nível ôIIô, Classe ôDô, Matrícula nº 46.800-2, rematriculada com o nº 23179, do Quadro do Magistério Público Estadual, com proventos integrais, calculados sobre a jornada de trabalho de 40h (quarenta horas) semanais, nos termos do Decreto nº 18.413, datado de 14 de fevereiro de 2012, devidamente publicado no Diário Oficial do Estado, edição do dia seguinte.

Documentos constantes nos autos mostram tempo de serviço da requerente quando da sua inativação.

Considerando as informações da Seção de Aposentadorias, Reformas e Pensões

deste Tribunal, que reflete a atividade funcional da servidora e o atesto da elaboração correta dos cálculos dos proventos.

De acordo com os pareceres favoráveis da Douta Procuradoria Jurídica nº 1421/2014, às fls. 50 e do Ministério Público de Contas nº 183/2015/2ºPC/RA, fls. 53/54, entendemos que o Ato ora apreciado obedeceu à legislação vigente. Diante do exposto, a PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, ACORDA pela legalidade do Ato examinado, sendo pelo seu registro para fins de direito, na forma do Art. 97, inciso III, alínea ôbô da Constituição Estadual, combinado com os arts. 1º inciso III, alínea ôbô e 37 inciso II da lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas e com os arts. 6º, inciso VII e 172, inciso II do Regimento Interno desta Corte. Sala das Sessões do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, em Maceió, 28 de Abril de 2015.

Conselheiro CICERO AMÉLIO DA SILVA ó
Relator -Presidente
Conselheiro Decano LUIZ EUSTÁQUIO TOLEDO
Conselheira MARIA CLEIDE COSTA BEZERRA
Auditor Conselheiro Substituto ALBERTO PIRES ALVES DE ABREU
Procurador do Ministério Público Especial Junto ao Tribunal de contas RODRIGO SIQUEIRA CAVALCANTE

Processo n° TC-6137/2012
Interessado: VERA LÚCIA NASCIMENTO DE CARVALHO
Assunto: Aposentadoria Voluntária
ACÓRDÃO Nº 1- APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA. PROVENTOS INTEGRAIS. ATENDIMENTO AOS REQUISITOS LEGAIS. PELO REGISTRO.

Trata o presente processo sobre a Aposentadoria Voluntária de VERA LÚCIA NASCIMENTO DE CARVALHO, ocupante do cargo de Professor, Licenciatura Plena, Nível ôIIô, Classe ôDô, Matrícula nº 44.656-4, rematriculada com o nº 21590, do Quadro do Magistério Público Estadual, com proventos integrais, calculados sobre a jornada de trabalho de 40h (quarenta horas) semanais, nos termos do Decreto nº 18.961 de 19 de março de 2012, devidamente publicado no Diário Oficial do Estado, edição do dia seguinte. Documentos constantes nos autos mostram tempo de serviço da requerente quando da sua inativação.

Considerando as informações da Seção de Aposentadorias, Reformas e Pensões deste Tribunal, que reflete a atividade funcional da servidora e o atesto da elaboração correta dos cálculos dos proventos. Considerando os pareceres favoráveis da Douta Procuradoria Jurídica nº 1004/2014, às fls. 48 e do Ministério Público de Contas nº 133/2015/4ºPC/GS, fls. 51/53, entendemos que o Ato ora apreciado obedeceu à legislação vigente. Diante do exposto, a PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, ACORDA pela legalidade do Ato examinado, sendo pelo seu registro para fins de direito, na forma do Art. 97, inciso III, alínea ôbô da Constituição Estadual, combinado com os art.

1º inciso III, alínea öbö e 37 inciso II da lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas e com os arts. 6º, inciso VII e 172, inciso II do Regimento Interno desta Corte. Sala das Sessões do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, em Maceió, 28 de Abril de 2015.

Conselheiro CICERO AMÉLIO DA SILVA 6
Relator -Presidente
Conselheiro Decano LUIZ EUSTÁQUIO TOLEDO
Conselheira MARIA CLEIDE COSTA BEZERRA

Auditor Conselheiro Substituto ALBERTO PIRES ALVES DE ABREU

Procurador do Ministério Público Especial Junto ao Tribunal de contas RODRIGO SIQUEIRA CAVALCANTE

Processo nº TC-9803/2011
Interessado: ODETE BARRETO DE ALMEIDA
Assunto: Aposentadoria Voluntária
ACÓRDÃO Nº 1-APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA. PROVENTOS INTEGRAIS. ATENDIMENTO AOS REQUISITOS LEGAIS. PELO REGISTRO.

Trata o presente processo sobre a Aposentadoria Voluntária de ODETE BARRETO DE ALMEIDA, ocupante do cargo de Professor, Licenciatura Plena, Nível öfö, Classe öDö, Matrícula nº 36.941-1, do Quadro do Magistério Público Estadual, com proventos integrais, calculados sobre a jornada de trabalho de 40h (quarenta horas) semanais, nos termos do Decreto nº 10.480, datado de 03 de março de 2011, devidamente publicado no Diário Oficial do Estado, edição do dia seguinte. Documentos constantes nos autos mostram tempo de serviço da requerente quando da sua inativação.

Considerando as informações da Seção de Aposentadorias, Reformas e Pensões deste Tribunal, que reflete a atividade funcional da servidora e o atesto da elaboração correta dos cálculos dos proventos. Considerando os pareceres favoráveis da Douta Procuradoria Jurídica nº 1522/2014, às fls. 55 e do Ministério Público de Contas nº 0251/2015/6ºPC/RC, fls. 58/59, entendemos que o Ato ora apreciado obedeceu à legislação vigente.

Diante do exposto, a PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, ACORDA pela legalidade do Ato examinado, sendo pelo seu registro para fins de direito, na forma do Art. 97, inciso III, alínea öbö da Constituição Estadual, combinado com os art. 1º inciso III, alínea öbö e 37 inciso II da lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas e com os arts. 6º, inciso VII e 172, inciso II do Regimento Interno desta Corte. Sala das Sessões do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, em Maceió, 28 de Abril de 2015.

Conselheiro CICERO AMÉLIO DA SILVA 6
Relator -Presidente
Conselheiro Decano LUIZ EUSTÁQUIO TOLEDO
Conselheira MARIA CLEIDE COSTA BEZERRA
Auditor Conselheiro Substituto ALBERTO PIRES ALVES DE ABREU
Procurador do Ministério Público Especial Junto ao Tribunal de contas RODRIGO SIQUEIRA CAVALCANTE

Processo nº TC-12778/2011
Interessado: MARILDA CHAGAS FERREIRA
Assunto: Aposentadoria Voluntária
ACÓRDÃO Nº 1-APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA. PROVENTOS INTEGRAIS. ATENDIMENTO AOS REQUISITOS LEGAIS. PELO REGISTRO.

Trata o presente processo sobre a Aposentadoria Voluntária de MARILDA CHAGAS FERREIRA, ocupante do cargo de Professor, Licenciatura Plena, Nível öfö, Classe öDö, Matrícula nº 58.010-4, rematriculada com o nº 26176, do Quadro do Magistério Público Estadual, com proventos integrais, calculados sobre a jornada de trabalho de 40h (quarenta horas) semanais, nos termos do Decreto nº 14.665, datado de 21 de julho de 2011, devidamente publicado no Diário Oficial do Estado, edição do dia seguinte.

Documentos constantes nos autos mostram tempo de serviço da requerente quando da sua inativação.

Considerando as informações da Seção de Aposentadorias, Reformas e Pensões deste Tribunal, que reflete a atividade funcional da servidora e o atesto da elaboração correta dos cálculos dos proventos. Considerando os pareceres favoráveis da Douta Procuradoria Jurídica nº 1576/2014, às fls. 51 e do Ministério Público de Contas nº 0248/2015/6ºPC/RC, fls. 54/55, entendemos que o Ato ora apreciado obedeceu à legislação vigente.

Diante do exposto, a PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, ACORDA pela legalidade do Ato examinado, sendo pelo seu registro para fins de direito, na forma do Art. 97, inciso III, alínea öbö da Constituição Estadual, combinado com os art. 1º inciso III, alínea öbö e 37 inciso II da lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas e com os arts. 6º, inciso VII e 172, inciso II do Regimento Interno desta Corte. Sala das Sessões do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, em Maceió, 28 de Abril de 2015.

Conselheiro CICERO AMÉLIO DA SILVA 6
Relator -Presidente
Conselheiro Decano LUIZ EUSTÁQUIO TOLEDO
Conselheira MARIA CLEIDE COSTA BEZERRA

Auditor Conselheiro Substituto ALBERTO PIRES ALVES DE ABREU
Procurador do Ministério Público Especial Junto ao Tribunal de contas RODRIGO SIQUEIRA CAVALCANTE

Processo nº TC-12765/2011
Interessado: MARIA LUCIA OLIVEIRA BARBOSA
Assunto: Aposentadoria Voluntária
ACÓRDÃO Nº 1-APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA. PROVENTOS INTEGRAIS. ATENDIMENTO AOS REQUISITOS LEGAIS. PELO REGISTRO.

Trata o presente processo sobre a Aposentadoria Voluntária de MARIA LUCIA OLIVEIRA BARBOSA, ocupante do cargo de Professor, Especialização, Nível öfö, Classe öDö, Matrícula nº 41.183-3, do Quadro do Magistério Público Estadual, com proventos integrais, calculados sobre a jornada de

trabalho de 40h (quarenta horas) semanais, nos termos do Decreto nº 14.673, datado de 21 de julho de 2011, devidamente publicado no Diário Oficial do Estado, edição do dia seguinte.

Documentos constantes nos autos mostram tempo de serviço da requerente quando da sua inativação.

Considerando as informações da Seção de Aposentadorias, Reformas e Pensões deste Tribunal, que reflete a atividade funcional da servidora e o atesto da elaboração correta dos cálculos dos proventos. Considerando os pareceres favoráveis da Douta Procuradoria Jurídica nº 1556/2014, às fls. 76 e do Ministério Público de Contas nº 0244/2015/6ºPC/RC, fls. 79/80, entendemos que o Ato ora apreciado obedeceu à legislação vigente.

Diante do exposto, a PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, ACORDA pela legalidade do Ato examinado, sendo pelo seu registro para fins de direito, na forma do Art. 97, inciso III, alínea öbö da Constituição Estadual, combinado com os art. 1º inciso III, alínea öbö e 37 inciso II da lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas e com os arts. 6º, inciso VII e 172, inciso II do Regimento Interno desta Corte. Sala das Sessões do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, em Maceió, 28 de Abril de 2015.

Conselheiro CICERO AMÉLIO DA SILVA 6
Relator -Presidente
Conselheiro Decano LUIZ EUSTÁQUIO TOLEDO
Conselheira MARIA CLEIDE COSTA BEZERRA
Auditor Conselheiro Substituto ALBERTO PIRES ALVES DE ABREU
Procurador do Ministério Público Especial Junto ao Tribunal de contas RODRIGO SIQUEIRA CAVALCANTE

Processo nº TC-14182/2011
Interessado: LENILDA MARIA DOS SANTOS OLIVEIRA
Assunto: Aposentadoria Voluntária
ACÓRDÃO Nº 1-APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA. PROVENTOS INTEGRAIS. ATENDIMENTO AOS REQUISITOS LEGAIS. PELO REGISTRO.

Trata o presente processo sobre a Aposentadoria Voluntária de LENILDA MARIA DOS SANTOS OLIVEIRA, ocupante do cargo de Professor, Licenciatura Plena Nível "Iö, Classe öDö, Matrícula nº 12.162-2, do Quadro do Magistério Público Estadual, com proventos integrais, calculados sobre a jornada de trabalho de 40h (quarenta horas) semanais, nos termos do Decreto nº 15.297, datado de 19 de agosto de 2011, devidamente publicado no Diário Oficial do Estado, edição do dia 22.08.2011.

Documentos constantes nos autos mostram tempo de serviço da requerente quando da sua inativação.

Considerando as informações da Seção de Aposentadorias, Reformas e Pensões deste Tribunal, que reflete a atividade funcional da servidora e o atesto da elaboração correta dos cálculos dos proventos. Considerando os pareceres favoráveis da Douta Procuradoria Jurídica nº 1227/2014, às fls. 53 e do Ministério Público de Contas nº

018/2015/5ºPC/SM, fls. 56/57, entendemos que o Ato ora apreciado obedeceu à legislação vigente.

Diante do exposto, a PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, ACORDA pela legalidade do Ato examinado, sendo pelo seu registro para fins de direito, na forma do Art. 97, inciso III, alínea öbö da Constituição Estadual, combinado com os art. 1º inciso III, alínea öbö e 37 inciso II da lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas e com os arts. 6º, inciso VII e 172, inciso II do Regimento Interno desta Corte. Sala das Sessões do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, em Maceió, 28 de Abril de 2015.

Conselheiro CICERO AMÉLIO DA SILVA 6
Relator -Presidente
Conselheiro Decano LUIZ EUSTÁQUIO TOLEDO
Conselheira MARIA CLEIDE COSTA BEZERRA

Auditor Conselheiro Substituto ALBERTO PIRES ALVES DE ABREU
Procurador do Ministério Público Especial Junto ao Tribunal de contas RODRIGO SIQUEIRA CAVALCANTE

Processo nº TC-11439/2011
Interessado: JAIRA FREITAS DE CAVALCANTE DE CARVALHO
Assunto: Aposentadoria Voluntária
ACÓRDÃO Nº 1-APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA. PROVENTOS INTEGRAIS. ATENDIMENTO AOS REQUISITOS LEGAIS. PELO REGISTRO.

Trata o presente processo sobre a Aposentadoria Voluntária de JAIRA FREITAS CAVALCANTE DE CARVALHO, ocupante do cargo de Professor, Especialização, Nível öfö, Classe öDö, Matrícula nº 35.130-0, do Quadro do Magistério Público Estadual, com proventos integrais, calculados sobre a jornada de trabalho de 20h (vinte horas) semanais, nos termos do Decreto nº 14.514 de 08 de julho de 2011, devidamente publicado no Diário Oficial do Estado, edição do dia seguinte.

Documentos constantes nos autos mostram tempo de serviço da requerente quando da sua inativação.

Considerando as informações da Seção de Aposentadorias, Reformas e Pensões deste Tribunal, que reflete a atividade funcional da servidora e o atesto da elaboração correta dos cálculos dos proventos. Considerando os pareceres favoráveis da Douta Procuradoria Jurídica nº 1524/2014, às fls. 48 e do Ministério Público de Contas nº 0270/2015/6ºPC/RC, fls. 51/53, entendemos que o Ato ora apreciado obedeceu à legislação vigente.

Diante do exposto, a PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, ACORDA pela legalidade do Ato examinado, sendo pelo seu registro para fins de direito, na forma do Art. 97, inciso III, alínea öbö da Constituição Estadual, combinado com os art. 1º inciso III, alínea öbö e 37 inciso II da lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas e com os arts. 6º, inciso VII e 172, inciso II do Regimento Interno desta Corte. Sala das Sessões do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, em

Maceió, 28 de Abril de 2015.

Conselheiro CICERO AMÉLIO DA SILVA 6
Relator -Presidente
Conselheiro Decano LUIZ EUSTÁQUIO
TOLEDO
Conselheira MARIA CLEIDE COSTA
BEZERRA
Auditor Conselheiro Substituto ALBERTO
PIRES ALVES DE ABREU
Procurador do Ministério Público Especial
Junto ao Tribunal de contas RODRIGO
SIQUEIRA CAVALCANTE

Processo n° TC-
15020/2012
Interessado: QUITÉRIA VIANA
BALBINO
Assunto: Aposentadoria
Voluntária
ACÓRDÃO Nº 1-
APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA.
PROVENTOS INTEGRAIS.
ATENDIMENTO AOS REQUISITOS
LEGAIS. PELO REGISTRO.

Trata o presente processo sobre a Aposentadoria Voluntária de QUITÉRIA VIANA BALBINO, ocupante do cargo de Professor, Especialização, Nível III, Classe 0D, Matrícula nº 44.211-9, do Quadro do Magistério Público Estadual, com proventos integrais, calculados sobre a jornada de trabalho de 40h (quarenta horas) semanais, nos termos do Decreto nº 21.865, datado de 13 de agosto de 2012, devidamente publicado no Diário Oficial do Estado, edição do dia seguinte.

Documentos constantes nos autos mostram tempo de serviço da requerente quando da sua inativação.

Considerando as informações da Seção de Aposentadorias, Reformas e Pensões deste Tribunal, que reflete a atividade funcional da servidora e o atesto da elaboração correta dos cálculos dos proventos.

De acordo com os pareceres favoráveis da Douta Procuradoria Jurídica nº 1462/2014, às fls. 48 e do Ministério Público de Contas nº 353/2015/4ºPC/GS, fls. 51/53, entendemos que o Ato ora apreciado obedeceu à legislação vigente.

Diante do exposto, a PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, ACORDA pela legalidade do Ato examinado, sendo pelo seu registro para fins de direito, na forma do Art. 97, inciso III, alínea 0B da Constituição Estadual, combinado com os arts. 1º inciso III, alínea 0B e 37 inciso II da lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas e com os arts. 6º, inciso VII e 172, inciso II do Regimento Interno desta Corte.

Sala das Sessões do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, em Maceió, 28 de Abril de 2015.

Conselheiro CICERO AMÉLIO DA SILVA 6
Relator -Presidente
Conselheiro Decano LUIZ EUSTÁQUIO
TOLEDO
Conselheira MARIA CLEIDE COSTA
BEZERRA
Auditor Conselheiro Substituto ALBERTO
PIRES ALVES DE ABREU
Procurador do Ministério Público Especial
Junto ao Tribunal de contas RODRIGO
SIQUEIRA CAVALCANTE

Processo n° TC-
12957/2012
Interessado: IVANISE VIEIRA DE
SOUZA
Assunto: Aposentadoria
Voluntária

ACÓRDÃO Nº 1-
APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA.
PROVENTOS INTEGRAIS.
ATENDIMENTO AOS REQUISITOS
LEGAIS. PELO REGISTRO.

Trata o presente processo sobre a Aposentadoria Voluntária de IVANISE VIEIRA DE SOUZA, ocupante do cargo de Professor, Licenciatura, Plena, Nível II, Classe 0D, Matrícula nº 35.514-3, do Quadro do Magistério Público Estadual, com proventos integrais, calculados sobre a jornada de trabalho de 40h (quarenta horas) semanais, nos termos do Decreto nº 21.643, de 02 de agosto de 2012, devidamente publicado no Diário Oficial do Estado, edição do dia seguinte.

Documentos constantes nos autos mostram tempo de serviço da requerente quando da sua inativação.

Considerando as informações da Seção de Aposentadorias, Reformas e Pensões deste Tribunal, que reflete a atividade funcional da servidora e o atesto da elaboração correta dos cálculos dos proventos.

De acordo com os pareceres favoráveis da Douta Procuradoria Jurídica nº 1587/2014, às fls. 55 e do Ministério Público de Contas nº 0219/2015/6ºPC/RC, fls. 58/59 entendemos que o Ato ora apreciado obedeceu à legislação vigente.

Diante do exposto, a PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, ACORDA pela legalidade do Ato examinado, sendo pelo seu registro para fins de direito, na forma do Art. 97, inciso III, alínea 0B da Constituição Estadual, combinado com os arts. 1º inciso III, alínea 0B e 37 inciso II da lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas e com os arts. 6º, inciso VII e 172, inciso II do Regimento Interno desta Corte.

Sala das Sessões do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, em Maceió, 28 de Abril de 2015.

Conselheiro CICERO AMÉLIO DA SILVA 6
Relator -Presidente
Conselheiro Decano LUIZ EUSTÁQUIO
TOLEDO
Conselheira MARIA CLEIDE COSTA
BEZERRA
Auditor Conselheiro Substituto ALBERTO
PIRES ALVES DE ABREU
Procurador do Ministério Público Especial
Junto ao Tribunal de contas RODRIGO
SIQUEIRA CAVALCANTE

Processo n° TC-
1027/2012
Interessado: JOSEFA BASTOS
SAMPAIO
Assunto: Aposentadoria
Voluntária
ACÓRDÃO Nº 1-
APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA.
PROVENTOS INTEGRAIS.
ATENDIMENTO AOS REQUISITOS
LEGAIS. PELO REGISTRO.

Trata o presente processo sobre a Aposentadoria Voluntária de JOSEFA BASTOS SAMPAIO, ocupante do cargo de Professor, Especialização, Nível II, Classe 0D, matrícula nº 39.230-8, rematriculada com o nº 17784, do Quadro do Ministério Público Estadual, com proventos integrais, calculados sobre a jornada de trabalho de 40 h (quarenta horas) semanais, os termos do Decreto nº 17.107, datado de 19 de dezembro de 2011, publicado na imprensa oficial do dia seguinte.

Documentos constantes nos autos mostram

tempo de serviço da requerente quando da sua inativação.

Considerando as informações da Seção de Aposentadorias, Reformas e Pensões deste Tribunal, que reflete a atividade funcional da servidora e o atesto da elaboração correta dos cálculos dos proventos.

Considerando os pareceres favoráveis da Douta Procuradoria Jurídica nº 1075/2014, às fls. 59 e do Ministério Público de Contas nº 012/2015/5ºPC/SM, fls. 62/63, entendemos que o Ato ora apreciado obedeceu à legislação vigente.

Diante do exposto, a PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, ACORDA pela legalidade do Ato examinado, sendo pelo seu registro para fins de direito, na forma do Art. 97, inciso III, alínea 0B da Constituição Estadual, combinado com os arts. 1º inciso III, alínea 0B e 37 inciso II da lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas e com os arts. 6º, inciso VII e 172, inciso II do Regimento Interno desta Corte.

Sala das Sessões do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, em Maceió, 28 de Abril de 2015.

Conselheiro CICERO AMÉLIO DA SILVA 6
Relator -Presidente
Conselheiro Decano LUIZ EUSTÁQUIO
TOLEDO
Conselheira MARIA CLEIDE COSTA
BEZERRA
Auditor Conselheiro Substituto ALBERTO
PIRES ALVES DE ABREU
Procurador do Ministério Público Especial
Junto ao Tribunal de contas RODRIGO
SIQUEIRA CAVALCANTE

Processo n° TC-
458/2010
Interessado: DALMÁRIO GAIA
NEPOMUCENO
Assunto: Aposentadoria
Voluntária
ACÓRDÃO Nº 1-
APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA.
PROVENTOS INTEGRAIS.
ATENDIMENTO AOS REQUISITOS
LEGAIS. PELO REGISTRO.

Trata o presente processo sobre a Aposentadoria Voluntária de DALMÁRIO GAIA NEPOMUCENO, ocupante do cargo de Médico, Classe 0D, Matrícula nº 68.048-6 da Carreira de Técnico Superior de Saúde, instituída pela Lei Estadual nº 6.434, de 29 de dezembro 2003, com proventos integrais, calculados sobre a jornada de trabalho de 40h (quarenta horas) semanais, nos termos do Decreto datado de 30 de setembro de 2009, devidamente publicado no Diário Oficial do Estado, edição do dia seguinte.

Documentos constantes nos autos mostram tempo de serviço do requerente quando da sua inativação.

Considerando as informações da Seção de Aposentadorias, Reformas e Pensões deste Tribunal, que reflete a atividade funcional do servidor e o atesto da elaboração correta dos cálculos dos proventos.

Considerando os pareceres favoráveis da Douta Procuradoria Jurídica nº 1096/2014, às fls. 46 e do Ministério Público de Contas nº 17/2015/5ºPC/SM, fls. 49/50, entendemos que o Ato ora apreciado obedeceu à legislação vigente.

Diante do exposto, a PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais,

ACORDA pela legalidade do Ato examinado, sendo pelo seu registro para fins de direito, na forma do Art. 97, inciso III, alínea 0B da Constituição Estadual, combinado com os arts. 1º inciso III, alínea 0B e 37 inciso II da lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas e com os arts. 6º, inciso VII e 172, inciso II do Regimento Interno desta Corte.

Sala das Sessões do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, em Maceió, 28 de Abril de 2015.

Conselheiro CICERO AMÉLIO DA SILVA 6
Relator -Presidente
Conselheiro Decano LUIZ EUSTÁQUIO
TOLEDO
Conselheira MARIA CLEIDE COSTA
BEZERRA
Auditor Conselheiro Substituto ALBERTO
PIRES ALVES DE ABREU
Procurador do Ministério Público Especial
Junto ao Tribunal de contas RODRIGO
SIQUEIRA CAVALCANTE

Processo nº TC- 13045/2011
Interessado: MARIA CÉLIA UCHOA DE
MACEDO
Assunto: Aposentadoria
Voluntária
ACÓRDÃO Nº 1-
APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA.
PROVENTOS INTEGRAIS.
ATENDIMENTO AOS REQUISITOS
LEGAIS. PELO REGISTRO.

Trata o presente processo sobre a Aposentadoria Voluntária de MARIA CÉLIA UCHOA DE MACEDO, ocupante do cargo de Agente Administrativo, Classe 0D, Matrícula nº 28906-0, integrante da Carreira dos Profissionais de Nível Médio, parte permanente, com proventos integrais, calculados sobre a jornada de trabalho de 30h (Trinta horas) semanais, nos termos do Decreto nº 15.181 datado de 11 de Agosto de 2011, devidamente publicado no Diário Oficial do Estado, edição do dia 12.08.2011.

Documentos constantes nos autos mostram tempo de serviço da requerente quando da sua inativação.

Considerando as informações da Seção de Aposentadorias, Reformas e Pensões deste Tribunal, que reflete a atividade funcional da servidora e o atesto da elaboração correta dos cálculos dos proventos.

Considerando os pareceres favoráveis da Douta Procuradoria Jurídica nº 1786/2014, às fls. 84 e do Ministério Público de Contas nº 0467/2015/2ºPC/RA, fls. 86/87, entendemos que o Ato ora apreciado obedeceu à legislação vigente.

Sala das Sessões do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, em Maceió, 28 de Abril de 2015.

Conselheiro CICERO AMÉLIO DA SILVA 6
Relator -Presidente
Conselheiro Decano LUIZ EUSTÁQUIO
TOLEDO
Conselheira MARIA CLEIDE COSTA
BEZERRA
Auditor Conselheiro Substituto ALBERTO
PIRES ALVES DE ABREU
Procurador do Ministério Público Especial
Junto ao Tribunal de contas RODRIGO
SIQUEIRA CAVALCANTE

Processo n° TC-
13079/2011
Interessado: MARIA SALETE
SOARES
Assunto: Aposentadoria
Voluntária
ACÓRDÃO Nº 1-

APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA.
PROVENTOS INTEGRAIS.
ATENDIMENTO AOS REQUISITOS
LEGAIS. PELO REGISTRO.

Trata o presente processo sobre a Aposentadoria Voluntária de MARIA SALETE SOARES, ocupante do cargo de Professor, Licenciatura Plena, Nível "I", Classe 0D, Matrícula nº 47.265-4, do Quadro do Magistério Público Estadual, com proventos integrais, calculados sobre a jornada de trabalho de 40h (quarenta horas) semanais, nos termos do Decreto nº 14.896, de 29 de julho de 2011, devidamente publicado no Diário Oficial do Estado, edição do dia 01.08.2011.

Documentos constantes nos autos mostram tempo de serviço da requerente quando da sua inativação.

Considerando as informações da Seção de Aposentadorias, Reformas e Pensões deste Tribunal, que reflete a atividade funcional da servidora e o atesto da elaboração correta dos cálculos dos proventos.

Considerando os pareceres favoráveis da Douta Procuradoria Jurídica nº 1422/2014, às fls. 52 e do Ministério Público de Contas nº 184/2015/2ºPC/RA, fls. 55/56 entendemos que o Ato ora apreciado obedeceu à legislação vigente.

Diante do exposto, a PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, ACORDA pela legalidade do Ato examinado, sendo pelo seu registro para fins de direito, na forma do Art. 97, inciso III, alínea 0B da Constituição Estadual, combinado com os art. 1º inciso III, alínea 0B e 37 inciso II da lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas e com os arts. 6º, inciso VII e 172, inciso II do Regimento Interno desta Corte. Sala das Sessões do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, em Maceió, 28 de Abril de 2015.

Conselheiro CICERO AMÉLIO DA SILVA 6
Relator -Presidente
Conselheiro Decano LUIZ EUSTÁQUIO TOLEDO
Conselheira MARIA CLEIDE COSTA BEZERRA
Auditor Conselheiro Substituto ALBERTO PIRES ALVES DE ABREU
Procurador do Ministério Público Especial Junto ao Tribunal de contas RODRIGO SIQUEIRA CAVALCANTE

Processo nº TC-12993/2011
Interessado: MAYRE MANDES NICÁCIO
Assunto: Aposentadoria Voluntária
ACÓRDÃO Nº 1- APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA.
PROVENTOS INTEGRAIS.
ATENDIMENTO AOS REQUISITOS LEGAIS. PELO REGISTRO.

Trata o presente processo sobre a Aposentadoria Voluntária de MAYRE MENDES NICÁCIO, ocupante do cargo de Professor, Especialização, Nível 0II, Classe 0D, Matrícula nº 35.750-2, do Quadro do Magistério Público Estadual, com proventos integrais, calculados sobre a jornada de trabalho de 20h (vinte horas) semanais, nos termos do Decreto nº 14682, datado de 21 de julho de 2011, devidamente publicado no Diário Oficial do Estado, edição do dia seguinte.

Documentos constantes nos autos mostram

tempo de serviço da requerente quando da sua inativação.

Considerando as informações da Seção de Aposentadorias, Reformas e Pensões deste Tribunal, que reflete a atividade funcional da servidora e o atesto da elaboração correta dos cálculos dos proventos. De acordo com os pareceres favoráveis da Douta Procuradoria Jurídica nº 1520/2014, às fls. 52 e do Ministério Público de Contas nº 341/2015/4ºPC/GS, fls. 54/56, entendemos que o Ato ora apreciado obedeceu à legislação vigente.

Diante do exposto, a PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, ACORDA pela legalidade do Ato examinado, sendo pelo seu registro para fins de direito, na forma do Art. 97, inciso III, alínea 0B da Constituição Estadual, combinado com os arts. 1º inciso III, alínea 0B e 37 inciso II da lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas e com os arts. 6º, inciso VII e 172, inciso II do Regimento Interno desta Corte. Sala das Sessões do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, em Maceió, 28 de Abril de 2015.

Conselheiro CICERO AMÉLIO DA SILVA 6
Relator -Presidente
Conselheiro Decano LUIZ EUSTÁQUIO TOLEDO
Conselheira MARIA CLEIDE COSTA BEZERRA
Auditor Conselheiro Substituto ALBERTO PIRES ALVES DE ABREU
Procurador do Ministério Público Especial Junto ao Tribunal de contas RODRIGO SIQUEIRA CAVALCANTE

Processo nº TC-9491/2012
Interessado: JACI DOS SANTOS SILVA
Assunto: Aposentadoria Voluntária
ACÓRDÃO Nº 1- APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA.
PROVENTOS INTEGRAIS.
ATENDIMENTO AOS REQUISITOS LEGAIS. PELO REGISTRO.

Trata o presente processo sobre a Aposentadoria Voluntária de JACI DOS SANTOS SILVA, ocupante do cargo de Professor, Licenciatura Plena, Nível "I", Classe "D", Matrícula nº 51.495-0, do Quadro do Magistério Público Estadual, com proventos integrais, calculados sobre a jornada de trabalho de 40h (quarenta horas) semanais, nos termos do Decreto nº 19.887, datado de 10 maio de 2012, devidamente publicado no Diário Oficial do Estado, edição do dia seguinte.

Documentos constantes nos autos mostram tempo de serviço da requerente quando da sua inativação.

Considerando as informações da Seção de Aposentadorias, Reformas e Pensões deste Tribunal, que reflete a atividade funcional da servidora e o atesto da elaboração correta dos cálculos dos proventos.

Considerando os pareceres favoráveis da Douta Procuradoria Jurídica nº 982/2014, às fls. 49 e do Ministério Público de Contas nº 140/2015/4ºPC/GS, fls. 52/54, entendemos que o Ato ora apreciado obedeceu à legislação vigente.

Diante do exposto, a PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, ACORDA pela legalidade do Ato examinado,

sendo pelo seu registro para fins de direito, na forma do Art. 97, inciso III, alínea 0B da Constituição Estadual, combinado com os art. 1º inciso III, alínea 0B e 37 inciso II da lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas e com os arts. 6º, inciso VII e 172, inciso II do Regimento Interno desta Corte. Sala das Sessões do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, em Maceió, 28 de Abril de 2015.

Conselheiro CICERO AMÉLIO DA SILVA 6
Relator -Presidente
Conselheiro Decano LUIZ EUSTÁQUIO TOLEDO
Conselheira MARIA CLEIDE COSTA BEZERRA
Auditor Conselheiro Substituto ALBERTO PIRES ALVES DE ABREU
Procurador do Ministério Público Especial Junto ao Tribunal de contas RODRIGO SIQUEIRA CAVALCANTE

Processo nº TC-9594/2012
Interessado: MARIA JOSÉ SANTOS DE QUEIROZ
Assunto: Aposentadoria Voluntária
ACÓRDÃO Nº 1- APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA.
PROVENTOS INTEGRAIS.
ATENDIMENTO AOS REQUISITOS LEGAIS. PELO REGISTRO.

Trata o presente processo sobre a Aposentadoria Voluntária de MARIA JOSÉ SANTOS DE QUEIROZ, ocupante do cargo de Professor, Especialização, Nível "II", Classe 0D, Matrícula nº 41.944-3, do Quadro do Magistério Público Estadual, com proventos integrais, calculados sobre a jornada de trabalho de 40h (quarenta horas) semanais, nos termos do Decreto nº 20.133, de 21 de maio de 2012, devidamente publicado no Diário Oficial do Estado, edição do dia seguinte.

Documentos constantes nos autos mostram tempo de serviço da requerente quando da sua inativação.

Considerando as informações da Seção de Aposentadorias, Reformas e Pensões deste Tribunal, que reflete a atividade funcional da servidora e o atesto da elaboração correta dos cálculos dos proventos.

Considerando os pareceres favoráveis da Douta Procuradoria Jurídica nº 1239/2014, às fls. 54 e do Ministério Público de Contas nº 025/2015/5ºPC/SM, fls. 57/58, entendemos que o Ato ora apreciado obedeceu à legislação vigente.

Diante do exposto, a PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, ACORDA pela legalidade do Ato examinado, sendo pelo seu registro para fins de direito, na forma do Art. 97, inciso III, alínea 0B da Constituição Estadual, combinado com os art. 1º inciso III, alínea 0B e 37 inciso II da lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas e com os arts. 6º, inciso VII e 172, inciso II do Regimento Interno desta Corte. Sala das Sessões do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, em Maceió, 28 de Abril de 2015.

Conselheiro CICERO AMÉLIO DA SILVA 6
Relator -Presidente
Conselheiro Decano LUIZ EUSTÁQUIO TOLEDO
Conselheira MARIA CLEIDE COSTA BEZERRA
Auditor Conselheiro Substituto ALBERTO PIRES ALVES DE ABREU

Procurador do Ministério Público Especial Junto ao Tribunal de contas RODRIGO SIQUEIRA CAVALCANTE

Processo nº TC-9712/2011
Interessado: PETRÚCIA BARBOSA DE OLIVEIRA
Assunto: Aposentadoria Voluntária
ACÓRDÃO Nº 1- APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA.
PROVENTOS INTEGRAIS.
ATENDIMENTO AOS REQUISITOS LEGAIS. PELO REGISTRO.

Trata o presente processo sobre a Aposentadoria Voluntária de PETRÚCIA BARBOSA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Professor, Especialização, Nível "II", Classe 0D, Matrícula nº 35.089-3, do Quadro do Magistério Público Estadual, com proventos integrais, calculados sobre a jornada de trabalho de 40h (quarenta horas) semanais, nos termos do Decreto nº 10.857 de 22 de março de 2011, devidamente publicado no Diário Oficial do Estado, edição do dia seguinte.

Documentos constantes nos autos mostram tempo de serviço da requerente quando da sua inativação.

Considerando as informações da Seção de Aposentadorias, Reformas e Pensões deste Tribunal, que reflete a atividade funcional da servidora e o atesto da elaboração correta dos cálculos dos proventos.

Considerando os pareceres favoráveis da Douta Procuradoria Jurídica nº 1636/2014, às fls. 58 e do Ministério Público de Contas nº 398/2015/1ºPC/RS, fls. 61/62, entendemos que o Ato ora apreciado obedeceu à legislação vigente.

Diante do exposto, a PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, ACORDA pela legalidade do Ato examinado, sendo pelo seu registro para fins de direito, na forma do Art. 97, inciso III, alínea 0B da Constituição Estadual, combinado com os art. 1º inciso III, alínea 0B e 37 inciso II da lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas e com os arts. 6º, inciso VII e 172, inciso II do Regimento Interno desta Corte. Sala das Sessões do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, em Maceió, 28 de Abril de 2015.

Conselheiro CICERO AMÉLIO DA SILVA 6
Relator -Presidente
Conselheiro Decano LUIZ EUSTÁQUIO TOLEDO
Conselheira MARIA CLEIDE COSTA BEZERRA
Auditor Conselheiro Substituto ALBERTO PIRES ALVES DE ABREU
Procurador do Ministério Público Especial Junto ao Tribunal de contas RODRIGO SIQUEIRA CAVALCANTE

Processo nº TC-14150/2011
Interessado: IVANILDA GONÇALVES DA SILVA
Assunto: Aposentadoria Voluntária
ACÓRDÃO Nº 1- APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA.
PROVENTOS INTEGRAIS.
ATENDIMENTO AOS REQUISITOS LEGAIS. PELO REGISTRO.

Trata o presente processo sobre a

Aposentadoria Voluntária de IVANILDA GONÇALVES DA SILVA, ocupante do cargo de Professor, Especial Magistério, Nível "I", Classe 08D, Matrícula nº 51.172-2, do Quadro do Magistério Público Estadual, com proventos integrais, calculados sobre a jornada de trabalho de 40h (quarenta horas) semanais, nos termos do Decreto nº 15.341, de 22 de agosto de 2011, devidamente publicado no Diário Oficial do Estado, edição do dia seguinte.

Documentos constantes nos autos mostram tempo de serviço da requerente quando da sua inativação.

Considerando as informações da Seção de Aposentadorias, Reformas e Pensões deste Tribunal, que reflete a atividade funcional da servidora e o atesto da elaboração correta dos cálculos dos proventos. Considerando os pareceres favoráveis da Douta Procuradoria Jurídica nº 1232/2014, às fls. 50 e do Ministério Público de Contas nº 116/2015/4ºPC/GS, fls. 53/55, entendemos que o Ato ora apreciado obedeceu à legislação vigente.

Diante do exposto, a PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, ACORDA pela legalidade do Ato examinado, sendo pelo seu registro para fins de direito, na forma do Art. 97, inciso III, alínea 08D da Constituição Estadual, combinado com os art. 1º inciso III, alínea 08D e 37 inciso II da lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas e com os arts. 6º, inciso VII e 172, inciso II do Regimento Interno desta Corte.

Sala das Sessões do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, em Maceió, 28 de Abril de 2015.

Conselheiro CICERO AMÉLIO DA SILVA 6
Relator -Presidente
Conselheiro Decano LUIZ EUSTÁQUIO TOLEDO
Conselheira MARIA CLEIDE COSTA BEZERRA
Auditor Conselheiro Substituto ALBERTO PIRES ALVES DE ABREU
Procurador do Ministério Público Especial Junto ao Tribunal de contas RODRIGO SIQUEIRA CAVALCANTE

Processo nº TC- 1204/2012
Interessado: SÔNIA MARIA SANTOS DO AMARAL
Assunto: Aposentadoria Voluntária
ACÓRDÃO Nº 1-
APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA.
PROVENTOS INTEGRAIS.
ATENDIMENTO AOS REQUISITOS LEGAIS. PELO REGISTRO.

Trata o presente processo sobre a Aposentadoria Voluntária de SÔNIA MARIA SANTOS DO AMARAL, ocupante do cargo de Professor, Especialização, Nível "II", Classe 08D, Matrícula nº 31.400-5, rematriculação com o nº13688, do Quadro do Magistério Público Estadual, com proventos integrais, calculados sobre a jornada de trabalho de 40h (quarenta horas) semanais, nos termos do Decreto nº 17.228 datado de 22 de dezembro de 2011, devidamente publicado no Diário Oficial do Estado, edição do dia seguinte.

Documentos constantes nos autos mostram tempo de serviço da requerente quando da sua inativação.

Considerando as informações da Seção de Aposentadorias, Reformas e Pensões deste Tribunal, que reflete a atividade funcional da

servidora e o atesto da elaboração correta dos cálculos dos proventos De acordo com os pareceres favoráveis da Douta Procuradoria Jurídica nº 1461/2014, às fls. 60 e do Ministério Público de Contas nº 354/2015/4ºPC/GS, fls. 63/65, entendemos que o Ato ora apreciado obedeceu à legislação vigente.

Diante do exposto, a PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, ACORDA pela legalidade do Ato examinado, sendo pelo seu registro para fins de direito, na forma do Art. 97, inciso III, alínea 08D da Constituição Estadual, combinado com os art. 1º inciso III, alínea 08D e 37 inciso II da lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas e com os arts. 6º, inciso VII e 172, inciso II do Regimento Interno desta Corte.

Sala das Sessões do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, em Maceió, 28 de Abril de 2015.

Conselheiro CICERO AMÉLIO DA SILVA 6
Relator -Presidente
Conselheiro Decano LUIZ EUSTÁQUIO TOLEDO
Conselheira MARIA CLEIDE COSTA BEZERRA
Auditor Conselheiro Substituto ALBERTO PIRES ALVES DE ABREU
Procurador do Ministério Público Especial Junto ao Tribunal de contas RODRIGO SIQUEIRA CAVALCANTE

Processo nº TC- 10593/2011
Interessado: MARIA DULCE CANSANÇÃO DE VASCONCELOS
Assunto: Aposentadoria Voluntária
ACÓRDÃO Nº 1-
APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA.
PROVENTOS INTEGRAIS.
ATENDIMENTO AOS REQUISITOS LEGAIS. PELO REGISTRO.

Trata o presente processo sobre a Aposentadoria Voluntária de MARIA DULCE CANSANÇÃO DE VASCONCELOS, ocupante do cargo de Professor, Licenciatura Plena, Nível "I", Classe 08D, Matrícula nº 34.524-5, do Quadro do Magistério Público Estadual, com proventos integrais, calculados sobre a jornada de trabalho de 40h (quarenta horas) semanais, nos termos do Decreto nº 10.581, datado de 10 de março de 2011, devidamente publicado no Diário Oficial do Estado, edição do dia seguinte.

Documentos constantes nos autos mostram tempo de serviço da requerente quando da sua inativação.

Considerando as informações da Seção de Aposentadorias, Reformas e Pensões deste Tribunal, que reflete a atividade funcional da servidora e o atesto da elaboração correta dos cálculos dos proventos.

De acordo com os pareceres favoráveis da Douta Procuradoria Jurídica nº 1729/2014, às fls. 43, datado de 07 de novembro de 2014 e o do Ministério Público de Contas nº 0318/2015 /5ºPC/SM, fls. 46/47, datado de 27 de fevereiro de 2015, entendemos que o Ato ora apreciado obedeceu à legislação vigente.

Diante do exposto, a PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, ACORDA pela legalidade do Ato examinado, sendo pelo seu registro para fins de direito, na forma do Art. 97, inciso III, alínea 08D da

Constituição Estadual, combinado com os art. 1º inciso III, alínea 08D e 37 inciso II da lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas e com os arts. 6º, inciso VII e 172, inciso II do Regimento Interno desta Corte.

Sala das Sessões do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, em Maceió, 28 de Abril de 2015.

Conselheiro CICERO AMÉLIO DA SILVA 6
Relator -Presidente
Conselheiro Decano LUIZ EUSTÁQUIO TOLEDO
Conselheira MARIA CLEIDE COSTA BEZERRA
Auditor Conselheiro Substituto ALBERTO PIRES ALVES DE ABREU
Procurador do Ministério Público Especial Junto ao Tribunal de contas RODRIGO SIQUEIRA CAVALCANTE

Processo nº TC- 9387/2011
Interessado: MÁRCIA MARIA MARQUES DA SILVA
Assunto: Aposentadoria Voluntária
ACÓRDÃO Nº 1-
APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA.
PROVENTOS INTEGRAIS.
ATENDIMENTO AOS REQUISITOS LEGAIS. PELO REGISTRO.

Trata o presente processo sobre a Aposentadoria Voluntária de MÁRCIA MARIA MARQUES DA SILVA, ocupante do cargo de Professor, Licenciatura Plena, Nível "I", Classe 08D, Matrícula nº 44.612-2, do Quadro do Magistério Público Estadual, com proventos integrais, calculados sobre a jornada de trabalho de 40h (quarenta horas) semanais, nos termos do Decreto nº 10.626, datado de 11 de março de 2011, devidamente publicado no Diário Oficial do Estado, edição do dia seguinte.

Documentos constantes nos autos mostram tempo de serviço da requerente quando da sua inativação.

Considerando as informações da Seção de Aposentadorias, Reformas e Pensões deste Tribunal, que reflete a atividade funcional da servidora e o atesto da elaboração correta dos cálculos dos proventos.

De acordo com os pareceres favoráveis da Douta Procuradoria Jurídica nº 1506/2014, às fls. 48, datado de 07 de novembro de 2014 e o do Ministério Público de Contas nº 0301/2015 /5ºPC/SM, fls. 51/52, datado de 24 de fevereiro de 2015, entendemos que o Ato ora apreciado obedeceu à legislação vigente.

Diante do exposto, a PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, ACORDA pela legalidade do Ato examinado, sendo pelo seu registro para fins de direito, na forma do Art. 97, inciso III, alínea 08D da Constituição Estadual, combinado com os art. 1º inciso III, alínea 08D e 37 inciso II da lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas e com os arts. 6º, inciso VII e 172, inciso II do Regimento Interno desta Corte.

Sala das Sessões do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, em Maceió, 28 de Abril de 2015.

Conselheiro CICERO AMÉLIO DA SILVA 6
Relator -Presidente
Conselheiro Decano LUIZ EUSTÁQUIO TOLEDO
Conselheira MARIA CLEIDE COSTA BEZERRA

Auditor Conselheiro Substituto ALBERTO PIRES ALVES DE ABREU
Procurador do Ministério Público Especial Junto ao Tribunal de contas RODRIGO SIQUEIRA CAVALCANTE

Processo nº TC- 13041/2011
Interessado: SIMONE MARIA DA COSTA COIMBRA
Assunto: Aposentadoria Voluntária
ACÓRDÃO Nº 1-
APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA.
PROVENTOS INTEGRAIS.
ATENDIMENTO AOS REQUISITOS LEGAIS. PELO REGISTRO.

Trata o presente processo sobre a Aposentadoria Voluntária de SIMONE MARIA DA COSTA COIMBRA, ocupante do cargo de Professor, Especialização, Nível "II", Classe "D", Matrícula nº 25.650-1, do Quadro do Magistério Público Estadual, com proventos integrais, calculados sobre a jornada de trabalho de 40h (quarenta horas) semanais, nos termos do Decreto nº 14.689, de 21 de julho de 2011, devidamente publicado no Diário Oficial do Estado, edição do dia seguinte.

Documentos constantes nos autos mostram tempo de serviço da requerente quando da sua inativação.

Considerando as informações da Seção de Aposentadorias, Reformas e Pensões deste Tribunal, que reflete a atividade funcional da servidora e o atesto da elaboração correta dos cálculos dos proventos.

Considerando os pareceres favoráveis da Douta Procuradoria Jurídica nº 995/2014, às fls. 46 e do Ministério Público de Contas nº 136/2015/4ºPC/GS, fls. 49/51, entendemos que o Ato ora apreciado obedeceu à legislação vigente.

Diante do exposto, a PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, ACORDA pela legalidade do Ato examinado, sendo pelo seu registro para fins de direito, na forma do Art. 97, inciso III, alínea 08D da Constituição Estadual, combinado com os art. 1º inciso III, alínea 08D e 37 inciso II da lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas e com os arts. 6º, inciso VII e 172, inciso II do Regimento Interno desta Corte.

Sala das Sessões do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, em Maceió, 28 de Abril de 2015.

Conselheiro CICERO AMÉLIO DA SILVA 6
Relator -Presidente
Conselheiro Decano LUIZ EUSTÁQUIO TOLEDO
Conselheira MARIA CLEIDE COSTA BEZERRA
Auditor Conselheiro Substituto ALBERTO PIRES ALVES DE ABREU
Procurador do Ministério Público Especial Junto ao Tribunal de contas RODRIGO SIQUEIRA CAVALCANTE

Processo nº TC- 12930/2012
Interessado: FRANCISCA MARIA DA HORA MOTA
Assunto: Aposentadoria Voluntária
ACÓRDÃO Nº 1-
APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA.
PROVENTOS INTEGRAIS.
ATENDIMENTO AOS REQUISITOS LEGAIS. PELO REGISTRO.

Trata o presente processo sobre a Aposentadoria Voluntária de FRANCISCA MARIA DA HORA MOTA, ocupante do cargo de Professor, Especialização, Nível "II", Classe "D", Matrícula nº 47.224-7, do Quadro do Magistério Público Estadual, com proventos integrais, calculados sobre a jornada de trabalho de 40h (quarenta horas) semanais, nos termos do Decreto nº 21.676, datado de 03 de agosto de 2012, devidamente publicado no Diário Oficial do Estado, edição do dia 06.08.2012. Documentos constantes nos autos mostram tempo de serviço da requerente quando da sua inativação.

Considerando as informações da Seção de Aposentadorias, Reformas e Pensões deste Tribunal, que reflete a atividade funcional da servidora e o atesto da elaboração correta dos cálculos dos proventos. Considerando os pareceres favoráveis da Douta Procuradoria Jurídica nº 1419/2014, às fls. 55 e do Ministério Público de Contas nº 0177/2015/2ºPC/RA, fls. 58/59, entendemos que o Ato ora apreciado obedeceu à legislação vigente. Diante do exposto, a PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, ACORDA pela legalidade do Ato examinado, sendo pelo seu registro para fins de direito, na forma do Art. 97, inciso III, alínea "b" da Constituição Estadual, combinado com os art. 1º inciso III, alínea "b" e 37 inciso II da lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas e com os arts. 6º, inciso VII e 172, inciso II do Regimento Interno desta Corte. Sala das Sessões do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, em Maceió, 28 de Abril de 2015.

Conselheiro CICERO AMÉLIO DA SILVA 6
Relator -Presidente
Conselheiro Decano LUIZ EUSTÁQUIO TOLEDO
Conselheira MARIA CLEIDE COSTA BEZERRA
Auditor Conselheiro Substituto ALBERTO PIRES ALVES DE ABREU
Procurador do Ministério Público Especial Junto ao Tribunal de contas RODRIGO SIQUEIRA CAVALCANTE

Processo nº TC-7845/2009
Interessado: MARIA HELENA MELO SILVA
Assunto: Aposentadoria Voluntária
ACÓRDÃO Nº 1- APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA. PROVENTOS INTEGRAIS. ATENDIMENTO AOS REQUISITOS LEGAIS. PELO REGISTRO.

Trata o presente processo sobre a Aposentadoria Voluntária de MARIA HELENA MELO SILVA, ocupante do cargo de Professor, Especial Magistério, Nível "I", Classe "D", Matrícula nº 9186-3, do Quadro do Magistério Público Estadual, com proventos integrais, calculados sobre a jornada de trabalho de 40h (quarenta horas) semanais, nos termos do Decreto datado de 26 de junho de 2007, devidamente publicado no Diário Oficial do Estado, edição do dia seguinte.

Documentos constantes nos autos mostram tempo de serviço da requerente quando da sua inativação.

Considerando as informações da Seção de Aposentadorias, Reformas e Pensões deste Tribunal, que reflete a atividade

funcional da servidora e o atesto da elaboração correta dos cálculos dos proventos. Considerando os pareceres favoráveis da Douta Procuradoria Jurídica nº 1221/2014, às fls. 50 e do Ministério Público de Contas nº 127/2015/4ºPC/GS, fls. 53/54/55, entendemos que o Ato ora apreciado obedeceu à legislação vigente. Diante do exposto, a PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, ACORDA pela legalidade do Ato examinado, sendo pelo seu registro para fins de direito, na forma do Art. 97, inciso III, alínea "b" da Constituição Estadual, combinado com os art. 1º inciso III, alínea "b" e 37 inciso II da lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas e com os arts. 6º, inciso VII e 172, inciso II do Regimento Interno desta Corte. Sala das Sessões do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, em Maceió, 28 de Abril de 2015.

Conselheiro CICERO AMÉLIO DA SILVA 6
Relator -Presidente
Conselheiro Decano LUIZ EUSTÁQUIO TOLEDO
Conselheira MARIA CLEIDE COSTA BEZERRA
Auditor Conselheiro Substituto ALBERTO PIRES ALVES DE ABREU
Procurador do Ministério Público Especial Junto ao Tribunal de contas RODRIGO SIQUEIRA CAVALCANTE

Processo nº TC-10144/2011
Interessado:ISA DE OLIVEIRA RIOS
Assunto: Aposentadoria Voluntária
ACÓRDÃO Nº 1- APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA. PROVENTOS INTEGRAIS. ATENDIMENTO AOS REQUISITOS LEGAIS. PELO REGISTRO.

Trata o presente processo sobre a Aposentadoria Voluntária de, ISA DE OLIVEIRA RIOS, ocupante do cargo de Economista, Classe "D", Matrícula nº 13.418-0, da Carreira dos Profissionais de Economia, com proventos integrais, calculados sobre a jornada de trabalho de 40h (quarenta horas) semanais, nos termos do Decreto nº 9.226, datado de 10 de Dezembro de 2010, devidamente publicado no Diário Oficial do Estado, edição do dia 13.12.2010.\\

Documentos constantes nos autos mostram tempo de serviço da requerente quando da sua inativação.

Considerando as informações da Seção de Aposentadorias, Reformas e Pensões deste Tribunal, que reflete a atividade funcional da servidora e o atesto da elaboração correta dos cálculos dos proventos. Considerando os pareceres favoráveis da Douta Procuradoria Jurídica nº 1217/2014, às fls. 67 e do Ministério Público de Contas nº 334/2015/4ºPC/GS, fls. 70/71/72, entendemos que o Ato ora apreciado obedeceu à legislação vigente. Diante do exposto, a PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, ACORDA pela legalidade do Ato examinado, sendo pelo seu registro para fins de direito, na forma do Art. 97, inciso III, alínea "b" da Constituição Estadual, combinado com os art. 1º inciso III, alínea "b" e 37 inciso II da lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas e com os arts. 6º, inciso VII e 172, inciso II do Regimento Interno desta Corte. Sala das Sessões do TRIBUNAL DE

CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, em Maceió, 28 de Abril de 2015.

Conselheiro CICERO AMÉLIO DA SILVA 6
Relator -Presidente
Conselheiro Decano LUIZ EUSTÁQUIO TOLEDO
Conselheira MARIA CLEIDE COSTA BEZERRA
Auditor Conselheiro Substituto ALBERTO PIRES ALVES DE ABREU
Procurador do Ministério Público Especial Junto ao Tribunal de contas RODRIGO SIQUEIRA CAVALCANTE

Processo nº TC-9672/2011
Interessado: MARIA ELENA BEZERRA DE OLIVEIRA
Assunto: Aposentadoria Voluntária
ACÓRDÃO Nº 1- APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA. PROVENTOS INTEGRAIS. ATENDIMENTO AOS REQUISITOS LEGAIS. PELO REGISTRO.

Trata o presente processo sobre a Aposentadoria Voluntária de MARIA ELENA BEZERRA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Professor, Licenciatura Curta, Nível "I", Classe "D", Matrícula nº 49.817-3, do Quadro do Magistério Público Estadual, com proventos integrais, calculados sobre a jornada de trabalho de 40h (quarenta horas) semanais, nos termos do Decreto nº 9.936, de 27 de janeiro de 2011, devidamente publicado no Diário Oficial do Estado, edição do dia seguinte. Documentos constantes nos autos mostram tempo de serviço da requerente quando da sua inativação.

Considerando as informações da Seção de Aposentadorias, Reformas e Pensões deste Tribunal, que reflete a atividade funcional da servidora e o atesto da elaboração correta dos cálculos dos proventos. Considerando os pareceres favoráveis da Douta Procuradoria Jurídica nº 1228/2014, às fls. 56 e do Ministério Público de Contas nº 024/2015/5ºPC/SM, fls. 59/60 entendemos que o Ato ora apreciado obedeceu à legislação vigente.

Diante do exposto, a PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, ACORDA pela legalidade do Ato examinado, sendo pelo seu registro para fins de direito, na forma do Art. 97, inciso III, alínea "b" da Constituição Estadual, combinado com os art. 1º inciso III, alínea "b" e 37 inciso II da lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas e com os arts. 6º, inciso VII e 172, inciso II do Regimento Interno desta Corte. Sala das Sessões do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, em Maceió, 28 de Abril de 2015.

Conselheiro CICERO AMÉLIO DA SILVA 6
Relator -Presidente
Conselheiro Decano LUIZ EUSTÁQUIO TOLEDO
Conselheira MARIA CLEIDE COSTA BEZERRA
Auditor Conselheiro Substituto ALBERTO PIRES ALVES DE ABREU
Procurador do Ministério Público Especial Junto ao Tribunal de contas RODRIGO SIQUEIRA CAVALCANTE

Gabinete do Conselheiro Cicero Amélio da Silva, em Maceió, 04 de Maio de 2015.

Renato Benedito Dantas Monteiro
Responsável pela Resenha

ATOS E DESPACHOS DO
CONSELHEIRO
ANSELMO ROBERTO DE
ALMEIDA BRITO

O CONSELHEIRO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, ANSELMO ROBERTO DE ALMEIDA BRITO, EM SESSÃO PLENÁRIA DE 30/04/2015 relatou o seguinte processo:

Processo TC-7742/2013

DECISÃO SIMPLES

Termo de Ajuste de Contas. Contrato Emergencial nº 025/2012. Processo Administrativo nº 00707-8.2013.0001. Tribunal de Justiça de Alagoas e Elógica Processamento de Dados S/A, tendo por objeto a liquidação do montante de R\$5.300,00 (cinco mil e trezentos reais) em contrapartida à prestação de serviços de processamento da folha de pagamento do mês de janeiro de 2013, em virtude do vencimento do prazo de vigência do Contrato Emergencial nº 25/2012, subscrito pelo Desembargador Sebastião Costa Filho, em que pese a continuidade da prestação dos serviços.

1. Tratam os autos do Termo de Ajuste de Contas firmado pelo Tribunal de Justiça de Alagoas, subscrito pelo Desembargador José Carlos Malta Marques em favor da empresa Elógica Processamento de Dados S/A, tendo por objeto a liquidação do montante de R\$5.300,00 (cinco mil e trezentos reais) em contrapartida à prestação de serviços de processamento da folha de pagamento do mês de janeiro de 2013, em virtude do vencimento do prazo de vigência do Contrato Emergencial nº 25/2012, subscrito pelo Desembargador Sebastião Costa Filho, em que pese a continuidade da prestação dos serviços.

2. O processo foi protocolizado junto a esta Corte de Contas em 24.05.2013, por meio do Ofício nº 179-2013-SDG/TJ-AL, datado de 22.05.2013, encaminhado pelo Sr. Walter da Silva França, na qualidade de Subdiretor Geral do Tribunal de Justiça.

3. Da análise da documentação colacionada aos autos, verificamos a comprovação da efetiva prestação de serviço pela empresa Elógica, com a juntada da cópia da Nota Fiscal respectiva, nº 001.445, datada 02.01.2013, no valor de R\$5.300,00 (cinco mil e trezentos reais), que é equivalente ao valor mensal previsto como contraprestação pelo Contrato Emergencial nº 25/2012, expirado no mês de setembro de 2012, ou seja, no ano anterior ao do que foi firmado o presente Termo de Ajuste de Contas, além de Nota de Empenho e da ordem de pagamento.

4. Consta dos autos Despacho da Diretoria Adjunta Interna do TJ/AL, com a solicitação de imediata apuração da desídia provocada pela lentidão em finalizar os procedimentos licitatórios instaurados para a contratação dos referidos serviços pelo E. Tribunal de Justiça que culminaram na formalização do Termo de Ajuste de Contas e na respectiva autorização do pagamento de despesas de manutenção por meio de indenização.

5. A Douta Procuradoria do Poder Judiciário, através do Parecer PAPJ-03 nº 432/2012, posicionou-se pela autorização do pagamento, na forma de indenização, destacando ser medida excepcional prevista pelo art. 59, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, pugnando pela adoção de medidas efetivas para suprir o uso excessivo de Termos de Ajuste de Contas, tendo em vista ter tornado-se procedimento corriqueiro naquela E. Corte e evidenciando, oportunamente, ser indispensável a apuração da responsabilidade de quem tenha lhe dado

causa.

6. Despacho da Subdireção-Geral do Tribunal de Justiça de Alagoas noticiou a edição do Ato Normativo nº 02/2013, com o objetivo de instituir comissão para rever os contratos, aditivos e instrumentos congêneres celebrados pelo E. Tribunal de Justiça, com a finalidade de estudar soluções que viabilizassem a celeridade necessária aos procedimentos licitatórios de modo a evitar situações semelhantes, além de que, informou a instauração do Processo Administrativo nº 01480-6.2012.001 que teria como objeto a regular contratação de empresa especializada para dar continuidade ao serviço de processamento de sua folha de pagamento e ainda esclareceu que seria instaurado procedimento específico para apurar a responsabilidade de quem dera causa à ausência de previsão contratual prévia e regular.

7. Os autos seguiram a tramitação regular, com a remessa para a extinta Seção de Contratos e Convênios desta Corte de Contas onde foram identificados os processos TC-5256/2012, relativo ao Contrato nº 25/2012, e TC-3200/2013, referente também ao presente Termo de Ajuste de Contas, conforme relatório fls. 86/87. Na sequência, a Procuradoria Jurídica prestou informações nos autos, fl. 90.

8. Os autos então seguiram ao Ministério Público de Contas que manifestou-se através do Despacho 5ª PC. A Procuradora Stella de Barros Lima Méro Cavalcante, ponderando o objeto do Termo de Ajuste de Contas, realizou diligência, empreendendo pesquisas no Sistema Integrado Modular ó SIM, de forma a possibilitar uma visão geral dos pagamentos formalizados em favor da empresa Elógica Processamento de Dados S/A, abarcando o período de vigência do Contrato nº 25/2012, firmado em caráter emergencial, vale destacar, até a data do pagamento tratado nos presentes autos. Sua busca resultou na localização de outros processos em tramitação nesta Corte de Contas concernentes a este. Motivo pelo qual, entendendo tratar-se de despesas relativas a serviços continuados, além da necessidade de uma análise global do cenário fático, pugnou pela reunião dos processos, para, na sequência, realizar a notificação do gestor para esclarecimentos necessários, antes de apresentar parecer conclusivo acerca do objeto dos autos.

9. Em que pese o fato dos processos identificados pelo Parquet de Contas terem sido distribuídos entre os grupos de relatorias dos biênios 2011/2012 e 2013/2014, faz-se necessário, em virtude do liame jurídico entre os objetos tratados, que o contrato firmado em 2012 atraia os demais eventualmente dele decorrentes, como ocorre na praxe desta Corte de Contas.

10. Por oportuno, é necessário esclarecer que, apesar do Despacho da Procuradora indicar que junto ao presente processo seria remetido a este Gabinete o TC-16620/2013 para a sua anexação, o Sistema Integrado Modular informa que o mesmo fora encaminhado, de fato, ao Gabinete da Conselheira Maria Cleide Costa Beserra e, equivocadamente, não tramitou pelo Gabinete deste Relator.

11. Desta forma, faz-se imprescindível a reunião dos processos para que possamos verificar os fundamentos que justificaram a contratação emergencial firmada pelo Tribunal de Justiça e mesmo a regularidade dos pagamentos formalizados em benefício da empresa Elógica Processamento de Dados S/A, com vistas a analisar eventual desídia no trato da coisa pública.

12. Por todo o exposto, apresento o meu voto para que o Pleno do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, com base nas

competências que lhe são próprias, nos elementos contantes dos autos e na manifestação do Ministério Público de Contas, DECIDA:

12.1 Determinar que a Diretoria de Fiscalização Estadual, por meio da sua respectiva Seção de Licitações, Contratos, Convênios e Congêneres, viabilize a reunião dos processos
TC-16235/2012, TC-7020/2012, TC-5530/2012, TC-5256/2012, TC-16619/2013, TC-13294/2013, TC-11917/2013, TC-4082/2013, TC-3200/2013, TC-12900/2014, TC-7660/2014, TC-4044/2014, TC-4043/2014, TC-290/2014, TC-286/2014 e TC-1473/2015 aos presentes autos, diante do limante jurídico entre os objetos por eles tratados, possibilitando uma visão geral da situação posta, no prazo de 10 (dez) dias, com fundamento no art. 111 regimental e no art. 4º, caput, da Resolução Normativa nº 04/2015;
12.2 Solicitar a remessa do processo TC-16620/2013, que se encontra em tramitação no Gabinete da Conselheira Maria Cleide Costa Bezerra, pelos mesmos fundamentos acima expostos;
12.3 Dar publicidade a presente Decisão para que alcance os seus efeitos legais.

Sala das Sessões do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, em Maceió, 30 de abril de 2015
Conselheiro OTAVIO LESSA DE GERALDO SANTOS - Presidente
Conselheiro ANSELMO ROBERTO DE ALMEIDA BRITO ó Relator
Conselheiro LUIZ EUSTÁQUIO TOLÊDO
Conselheira ROSA MARIA RIBEIRO DE ALBUQUERQUE
Conselheiro CÍCERO AMÉLIO DA SILVA
Conselheira MARIA CLEIDE COSTA BESERRA
Conselheiro FERNANDO RIBEIRO TOLEDO
Auditor Substituto de Conselheiro ANA RAQUEL RIBEIRO SAMPAIO
Procurador RAFAEL RODRIGUES DE ALCANTARA
Procurador do Ministério Público Especial

Luciana Marinho Sousa Gameleira
Responsável pela Resenha

O CONSELHEIRO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, ANSELMO ROBERTO DE ALMEIDA BRITO, em sessão da 2ª Câmara de 29/04/2015, relatou os seguintes processos:

Processo TC-653/2010

ACÓRDÃO 2. 239/2015

Ato de Aposentadoria por tempo de contribuição ó Proventos Integrais e Paridade - Observância aos requisitos constitucionais e legais. Registro.

1. Foi submetido à apreciação, para fins de registro, através do Processo Administrativo nº 1800- 11923/2008, o Decreto de 29/09/09, publicado no DOE/AL, de 30/09/09, concedendo aposentadoria voluntária a Sra. Dolores Augusta Nascimento Ezequiel, ocupante do cargo de Professor, Licenciatura Plena, Nível ôDô, Classe ôDô, matrícula nº 28.299-5, integrante do Quadro do Magistério Público Estadual, com proventos integrais,

calculados sobre a jornada de 20 (vinte) horas semanais, de acordo com art. 6º e incisos da EC nº 41/03 c/c art. 2º da EC nº 47/05 e com a Lei nº. 6.196/00, observando-se o sistema remuneratório sob a forma de subsídio (fl. 48).
2. Os documentos e procedimentos administrativos constantes nos autos cumprem com as formalidades legais para a concessão do Ato de Inativação, comprovando que a servidora adimpliu todos os requisitos legalmente exigidos (fls. 04/34).
3. A Procuradoria Geral do Estado, através do Parecer PGE/PA 00-1526/2009, da lavra do Procurador Alexandre Oliveira Lamenha Lins, aprovado pelo Despacho SUB PGE/GAB Nº 2555/2009, opinou pela concessão da aposentadoria voluntária com proventos integrais e paridade integral (fls. 35/44).
4. Os cálculos dos proventos foram elaborados corretamente, segundo atestou a Seção de Aposentadorias, Reformas e Pensões deste Tribunal (fls. 69/71).
5. Ato seguinte, cumprindo tramitação regular, a Procuradoria Jurídica desta Corte prestou informações nos autos (fls. 74/76).
6. O Ministério Público de Contas, por meio do Parecer nº 2025/2014/4ºPC/GS, da lavra do Procurador Gustavo Henrique A. Santos, opinou pelo registro da aposentadoria, uma vez preenchidos todos os requisitos constitucionais, pugnando pela remessa dos autos ao órgão de origem da servidora (fls. 78/80).
7. Desta forma, considerando a documentação constante dos autos e também a manifestação favorável do Ministério Público de Contas, entendemos que o Ato obedece à legislação em vigor, podendo ser submetido à deliberação deste Órgão Colegiado.
8. Diante do exposto, apresento o meu voto para que a 2ª Câmara Deliberativa deste Tribunal de Contas, no uso de suas atribuições, ACORDE:

8.1. Registrar para os fins de direito o Ato Aposentatório da Sra. Dolores Augusta Nascimento Ezequiel, na forma do art. 97, inc. III, alínea ôDô da Constituição do Estado de Alagoas de 1989 c/c o art. 1º, inc. III, alínea ôDô da Lei Estadual nº 5.604/94 (LOTCE/AL);
8.2. Cientificar os gestores da Secretaria de Estado de Gestão Pública, do AL Previdência e do órgão de origem da seguradora;
8.3. Remeter os autos ao órgão de origem, após o cumprimento do presente Acórdão.

Sala das Sessões do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, em Maceió, 29 de abril de 2015.
Conselheiro FERNANDO RIBEIRO TOLEDO ó Presidente
Conselheiro ANSELMO ROBERTO DE ALMEIDA BRITO ó Relator
Conselheira ROSA MARIA RIBEIRO DE ALBUQUERQUE
Auditor Conselheiro Substituto SÉRGIO RICARDO MACIEL
Procurador RICARDO SCHNEIDER RODRIGUES
Procurador do Ministério Público Especial

Processo TC-1823/2010

ACÓRDÃO 2.240/2015

Ato de Aposentadoria por tempo de contribuição ó Proventos Integrais e Paridade - Observância aos requisitos constitucionais e legais. Registro.

1. Foi submetido à apreciação, para fins de registro, através do Processo Administrativo nº 1800- 11506/2008, o Decreto de 12/11/09, publicado no DOE/AL, de 13/11/09, concedendo aposentadoria voluntária a Sra. Maria Inêz de Oliveira, ocupante do cargo de Professor, Licenciatura Plena, Nível ôDô,

Classe ôDô, matrícula nº 32.002-1, integrante do Quadro do Magistério Público Estadual, com proventos integrais, calculados sobre a jornada de 20 (vinte) horas semanais, de acordo com art. 6º e incisos da EC nº 41/03 c/c art. 2º da EC nº 47/05 e com a Lei nº. 6.196/00, observando-se o sistema remuneratório sob a forma de subsídio (fl. 53).
2. Os documentos e procedimentos administrativos constantes nos autos cumprem com as formalidades legais para a concessão do Ato de Inativação, comprovando que a servidora adimpliu todos os requisitos legalmente exigidos (fls. 04/32).
3. A Procuradoria Geral do Estado, através do Parecer PGE/PA 00-1510/2009, da lavra do Procurador Vivaldo de Araújo Pereira, aprovado pelo Despacho SUB PGE/GAB Nº 2395/2009, opinou pela concessão da aposentadoria voluntária com percepção integral dos proventos e paridade integral (fls. 37/45).
4. Os cálculos dos proventos foram elaborados corretamente, segundo atestou a Seção de Aposentadorias, Reformas e Pensões deste Tribunal (fls. 59/62).
5. Ato seguinte, cumprindo tramitação regular, a Procuradoria Jurídica desta Corte prestou informações nos autos (fl. 65).
6. O Ministério Público de Contas, por meio do Parecer nº 767/2014/4ºPC/GS, da lavra do Procurador Gustavo Henrique A. Santos, opinou pelo registro da aposentadoria, uma vez preenchidos todos os requisitos constitucionais, pugnando pela remessa dos autos ao órgão de origem da servidora (fls. 68/69).
7. Desta forma, considerando a documentação constante dos autos e também a manifestação favorável do Ministério Público de Contas, entendemos que o Ato obedece à legislação em vigor, podendo ser submetido à deliberação deste Órgão Colegiado.
8. Diante do exposto, apresento o meu voto para que a 2ª Câmara Deliberativa deste Tribunal de Contas, no uso de suas atribuições, ACORDE:

8.1. Registrar para os fins de direito o Ato Aposentatório da Sra. Maria Inêz de Oliveira, na forma do art. 97, inc. III, alínea ôDô da Constituição do Estado de Alagoas de 1989 c/c o art. 1º, inc. III, alínea ôDô da Lei Estadual nº 5.604/94 (LOTCE/AL);
8.2. Cientificar os gestores da Secretaria de Estado de Gestão Pública, do AL Previdência e do órgão de origem da seguradora;
8.3. Remeter os autos ao órgão de origem, após o cumprimento do presente Acórdão.

Sala das Sessões do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, em Maceió, 29 de abril de 2015.
Conselheiro FERNANDO RIBEIRO TOLEDO ó Presidente
Conselheiro ANSELMO ROBERTO DE ALMEIDA BRITO ó Relator
Conselheira ROSA MARIA RIBEIRO DE ALBUQUERQUE
Auditor Conselheiro Substituto SÉRGIO RICARDO MACIEL
Procurador RICARDO SCHNEIDER RODRIGUES
Procurador do Ministério Público Especial

Processo TC-7907/2011

ACÓRDÃO 2.249/2015

Ato de Aposentadoria por tempo de contribuição ó Proventos Integrais e Paridade - Observância aos requisitos constitucionais e legais. Registro.

1. Foi submetido à apreciação, para fins de registro, através do Processo Administrativo

nº 1800- 9896/2009, o Decreto nº 9382, de 29/12/10, publicado no DOE/AL, de 30/12/10, concedendo aposentadoria voluntária a Sra. Suely Brito de Melo, ocupante do cargo de Professor, Licenciatura Plena, Nível ôIô, Classe ôDô, matrícula nº 31.914-7, integrante do Quadro do Magistério Público Estadual, com proventos integrais, calculados sobre a jornada de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com art. 6º e incisos da EC nº 41/03 c/c art. 2º da EC nº 47/05 e com a Lei nº. 6.196/00, observando-se o sistema remuneratório sob a forma de subsídio (fl. 35).

2. Os documentos e procedimentos administrativos constantes nos autos cumprem com as formalidades legais para a concessão do Ato de Inativação, comprovando que a servidora adimpliu todos os requisitos legalmente exigidos (fls. 05/27).

3. A Procuradoria Geral do Estado, através do Parecer PGE/PA 00-2007/2010, da lavra do Procurador Ramón Silva, aprovado pelo Despacho PGE/PA/00-2989/2010, opinou pela concessão da aposentadoria voluntária com percepção integral dos proventos e paridade integral (fls. 28/31).

4. Os cálculos dos proventos foram elaborados corretamente, segundo atestou a Seção de Aposentadorias, Reformas e Pensões deste Tribunal (fls. 40/43).

5. Ato seguinte, cumprindo tramitação regular, a Procuradoria Jurídica desta Corte prestou informações nos autos (fl. 46).

6. O Ministério Público de Contas, por meio do Parecer nº 772/2014/4ºPC/GS, da lavra do Procurador Gustavo Henrique A. Santos, opinou pelo registro da aposentadoria, uma vez preenchidos todos os requisitos constitucionais, pugnando pela remessa dos autos ao órgão de origem da servidora (fls. 49/50).

7. Desta forma, considerando a documentação constante dos autos e também a manifestação favorável do Ministério Público de Contas, entendemos que o Ato obedece à legislação em vigor, podendo ser submetido à deliberação deste Órgão Colegiado.

8. Diante do exposto, apresento o meu voto para que a 2ª Câmara Deliberativa deste Tribunal de Contas, no uso de suas atribuições, ACORDE:

8.1. Registrar para os fins de direito o Ato Aposentatório da Sra. Suely Brito de Melo, na forma do art. 97, inc. III, alínea ôbô da Constituição do Estado de Alagoas de 1989 c/c o art. 1º, inc. III, alínea ôbô da Lei Estadual nº 5.604/94 (LOTCE/AL);

8.2. Cientificar os gestores da Secretaria de Estado de Gestão Pública, do AL Previdência e do órgão de origem da segurada;

8.3. Remeter os autos ao órgão de origem, após o cumprimento do presente Acórdão.

Sala das Sessões do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, em Maceió, 29 de abril de 2015.

Conselheiro FERNANDO RIBEIRO TOLEDO ó Presidente
Conselheiro ANSELMO ROBERTO DE ALMEIDA BRITO ó Relator
Conselheira ROSA MARIA RIBEIRO DE ALBUQUERQUE
Auditor Conselheiro Substituto SÉRGIO RICARDO MACIEL
Procurador RICARDO SCHNEIDER RODRIGUES
Procurador do Ministério Público Especial

Processo TC-9065/2010

ACÓRDÃO 2.251/2015

Ato de Aposentadoria por tempo de contribuição ó Proventos Integrais e Paridade - Observância aos requisitos constitucionais e legais. Registro.

1 Foi submetido à apreciação, para fins de registro, através do Processo Administrativo nº 1800- 4978/2009, o Decreto nº 5.233, de 08/03/10, publicado no DOE/AL, de 09/03/10, concedendo aposentadoria voluntária a Sra. Maria das Graças Ferreira, ocupante do cargo de Professor, Especialização, Nível ôIIô, Classe ôDô, matrícula nº 10.273-3, integrante do Quadro do Magistério Público Estadual, com proventos integrais, calculados sobre a jornada de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com art. 6º e incisos da EC nº 41/03 c/c art. 2º da EC nº 47/05 e com a Lei nº. 6.196/00, observando-se o sistema remuneratório sob a forma de subsídio (fl. 37).

2. Os documentos e procedimentos administrativos constantes nos autos cumprem com as formalidades legais para a concessão do Ato de Inativação, comprovando que a servidora adimpliu todos os requisitos legalmente exigidos (fls. 04 /26).

3. A Procuradoria Geral do Estado, através do Parecer PGE/PA-00-2892/2009, da lavra do Procurador Vinaldo de Araújo Pereira, aprovado pelo Despacho PGE/PA/00-3838 /2009, opinou pela concessão da aposentadoria voluntária com percepção integral dos proventos e paridade integral (fls. 27/33).

4. Os cálculos dos proventos foram elaborados corretamente, segundo atestou a Seção de Aposentadorias, Reformas e Pensões deste Tribunal (fls. 42/46).

5. Ato seguinte, cumprindo tramitação regular, a Procuradoria Jurídica desta Corte prestou informações nos autos (fl. 49).

6. O Ministério Público de Contas, por meio do Parecer nº 783/2014/4ºPC/GS da lavra do Procurador Gustavo Henrique A. Santos, opinou pelo registro da aposentadoria, uma vez preenchidos todos os requisitos constitucionais, pugnando pela remessa dos autos ao órgão de origem da servidora (fls. 52/54).

7. Desta forma, considerando a documentação constante dos autos e também a manifestação favorável do Ministério Público de Contas, entendemos que o Ato obedece à legislação em vigor, podendo ser submetido à deliberação deste Órgão Colegiado.

8. Diante do exposto, apresento o meu voto para que a 2ª Câmara Deliberativa deste Tribunal de Contas, no uso de suas atribuições, ACORDE:

8.1. Registrar para os fins de direito o Ato Aposentatório da Sra. Maria das Graças Ferreira, na forma do art. 97, inc. III, alínea ôbô da Constituição do Estado de Alagoas de 1989 c/c o art. 1º, inc. III, alínea ôbô da Lei Estadual nº 5.604/94 (LOTCE/AL);

8.2. Cientificar os gestores da Secretaria de Estado de Gestão Pública, do AL Previdência e do órgão de origem da segurada;

8.3. Remeter os autos ao órgão de origem, após o cumprimento do presente Acórdão.

Sala das Sessões do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, em Maceió, 29 de abril de 2015.

Conselheiro FERNANDO RIBEIRO TOLEDO ó Presidente
Conselheiro ANSELMO ROBERTO DE ALMEIDA BRITO ó Relator
Conselheira ROSA MARIA RIBEIRO DE ALBUQUERQUE
Auditor Conselheiro Substituto SÉRGIO RICARDO MACIEL
Procurador RICARDO SCHNEIDER RODRIGUES
Procurador do Ministério Público Especial

Processo TC-9075/2010

ACÓRDÃO 2.238/2015

Ato de Aposentadoria por tempo de contribuição ó Proventos Integrais e Paridade -

Observância aos requisitos constitucionais e legais. Registro.

1. Foi submetido à apreciação, para fins de registro, através do Processo Administrativo nº 1800- 6952/2009, o Decreto nº 4742, de 11/02/10, publicado no DOE/AL, de 12/02/10, concedendo aposentadoria voluntária a Sra. MarluCIA Gomes do Nascimento, ocupante do cargo de Professor, Especialização, Nível ôIIô, Classe ôDô, matrícula nº 34.363-3, integrante do Quadro do Magistério Público Estadual, com proventos integrais, calculados sobre a jornada de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com art. 6º e incisos da EC nº 41/03 c/c art. 2º da EC nº 47/05 e com a Lei nº. 6.196/00, observando-se o sistema remuneratório sob a forma de subsídio (fl. 56).

2. Os documentos e procedimentos administrativos constantes nos autos cumprem com as formalidades legais para a concessão do Ato de Inativação, comprovando que a servidora adimpliu todos os requisitos legalmente exigidos (fls. 04/46).

3. A Procuradoria Geral do Estado, através do Parecer PGE/PA 00-2869/2009, da lavra do Procurador Ramón Silva, aprovado pelo Despacho PGE/PA/00-3829/2009, opinou pela concessão da aposentadoria voluntária com percepção integral dos proventos e paridade integral (fls. 47/52).

4. Os cálculos dos proventos foram elaborados corretamente, segundo atestou a Seção de Aposentadorias, Reformas e Pensões deste Tribunal (fls. 52/54).

5. Ato seguinte, cumprindo tramitação regular, a Procuradoria Jurídica desta Corte prestou informações nos autos (fl. 57).

6. O Ministério Público de Contas, por meio do Parecer nº 1691/2013/2ºPC/RA da lavra do Procurador Rafael Rodrigues de Alcântara, opinou pelo registro da aposentadoria, uma vez preenchidos todos os requisitos constitucionais, pugnando pela remessa dos autos ao órgão de origem da servidora (fls. 60/61).

7. Desta forma, considerando a documentação constante dos autos e também a manifestação favorável do Ministério Público de Contas, entendemos que o Ato obedece à legislação em vigor, podendo ser submetido à deliberação deste Órgão Colegiado.

8. Diante do exposto, apresento o meu voto para que a 2ª Câmara Deliberativa deste Tribunal de Contas, no uso de suas atribuições, ACORDE:

8.1. Registrar para os fins de direito o Ato Aposentatório da Sra. MarluCIA Gomes do Nascimento, na forma do art. 97, inc. III, alínea ôbô da Constituição do Estado de Alagoas de 1989 c/c o art. 1º, inc. III, alínea ôbô da Lei Estadual nº 5.604/94 (LOTCE/AL);

8.2. Cientificar os gestores da Secretaria de Estado de Gestão Pública, do AL Previdência e do órgão de origem da segurada;

8.3. Remeter os autos ao órgão de origem, após o cumprimento do presente Acórdão.

Sala das Sessões do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, em Maceió, 29 de abril de 2015.

Conselheiro FERNANDO RIBEIRO TOLEDO ó Presidente
Conselheiro ANSELMO ROBERTO DE ALMEIDA BRITO ó Relator
Conselheira ROSA MARIA RIBEIRO DE ALBUQUERQUE
Auditor Conselheiro Substituto SÉRGIO RICARDO MACIEL
Procurador RICARDO SCHNEIDER RODRIGUES
Procurador do Ministério Público Especial

Processo TC-667/2011

ACÓRDÃO 2.241/2015

Ato de Aposentadoria por tempo de contribuição ó Proventos Integrais e Paridade - Observância aos requisitos constitucionais e legais. Registro.

1. Foi submetido à apreciação, para fins de registro, através do Processo Administrativo nº 1800- 21626/2007, o Decreto nº 6903, de 14/07/10, publicado no DOE/AL, de 15/07/10, concedendo aposentadoria voluntária a Sra. Elania Santos de Brito, ocupante do cargo de Professor, Licenciatura Plena, Nível ôIô, Classe ôDô, matrícula nº 25.973-0, integrante do Quadro do Magistério Público Estadual, com proventos integrais, calculados sobre a jornada de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com art. 6º e incisos da EC nº 41/03 c/c art. 2º da EC nº 47/05 e com a Lei nº. 6.196/00, observando-se o sistema remuneratório sob a forma de subsídio (fl. 78).

2. Os documentos e procedimentos administrativos constantes nos autos cumprem com as formalidades legais para a concessão do Ato de Inativação, comprovando que a servidora adimpliu todos os requisitos legalmente exigidos (fls. 04/64).

3. A Procuradoria Geral do Estado, através do Parecer PGE/PA-00-1001/2010, da lavra da Procuradora Rita de Cássia Lima Andrade, aprovado pelo Despacho Jurídico PGE/PA /00-1710/2010, opinou pela concessão da aposentadoria voluntária com proventos integrais e paridade integral (fls. 65/74).

4. Os cálculos dos proventos foram elaborados corretamente, segundo atestou a Seção de Aposentadorias, Reformas e Pensões deste Tribunal (fls. 87/90).

5. Ato seguinte, cumprindo tramitação regular, a Procuradoria Jurídica desta Corte prestou informações nos autos (fl. 94).

6. O Ministério Público de Contas, por meio do Parecer nº 2026/2014/4ºPC/GS, da lavra do Procurador Gustavo Henrique A. Santos, opinou pelo registro da aposentadoria, uma vez preenchidos todos os requisitos constitucionais, pugnando pela remessa dos autos ao órgão de origem da servidora (fls. 95/97).

7. Desta forma, considerando a documentação constante dos autos e também a manifestação favorável do Ministério Público de Contas, entendemos que o Ato obedece à legislação em vigor, podendo ser submetido à deliberação deste Órgão Colegiado.

8. Diante do exposto, apresento o meu voto para que a 2ª Câmara Deliberativa deste Tribunal de Contas, no uso de suas atribuições, ACORDE:

8.1. Registrar para os fins de direito o Ato Aposentatório da Sra. Elania Santos de Brito, na forma do art. 97, inc. III, alínea ôbô da Constituição do Estado de Alagoas de 1989 c/c o art. 1º, inc. III, alínea ôbô da Lei Estadual nº 5.604/94 (LOTCE/AL);

8.2. Cientificar os gestores da Secretaria de Estado de Gestão Pública, do AL Previdência e do órgão de origem da segurada;

8.3. Remeter os autos ao órgão de origem, após o cumprimento do presente Acórdão.

Sala das Sessões do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, em Maceió, 29 de abril de 2015.
Conselheiro FERNANDO RIBEIRO TOLEDO ó Presidente
Conselheiro ANSELMO ROBERTO DE ALMEIDA BRITO ó Relator
Conselheira ROSA MARIA RIBEIRO DE ALBUQUERQUE
Auditor Conselheiro Substituto SÉRGIO RICARDO MACIEL
Procurador RICARDO SCHNEIDER RODRIGUES
Procurador do Ministério Público Especial

Processo TC-9345/2010

ACÓRDÃO 2.242/2015

Ato de Aposentadoria por tempo de contribuição ó Proventos Integrais e Paridade - Observância aos requisitos constitucionais e legais. Registro.

1. Foi submetido à apreciação, para fins de registro, através do Processo Administrativo nº 1800- 8185/2009, o Decreto nº 5.258, de 09/03/10, publicado no DOE/AL, de 10/03/10, concedendo aposentadoria voluntária a Sra. Lucia Aparecida Bezerra Lessa, ocupante do cargo de Professor, Especialização, Nível òIIô, Classe ôDô, matrícula nº 31.889-2, integrante do Quadro do Magistério Público Estadual, com proventos integrais, calculados sobre a jornada de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com art. 6º e incisos da EC nº 41/03 c/c art. 2º da EC nº 47/05 e com a Lei nº. 6.196/00, observando-se o sistema remuneratório sob a forma de subsídio (fl. 47).
2. Os documentos e procedimentos administrativos constantes nos autos cumprem com as formalidades legais para a concessão do Ato de Inativação, comprovando que a servidora adimpliu todos os requisitos legalmente exigidos (fls. 04 /39).
3. A Procuradoria Geral do Estado, através do Parecer PGE/PA 00-133/2010, da lavra do Procurador Ramón Silva, aprovado pelo Despacho PGE/PA/00-304/2010, opinou pela concessão da aposentadoria voluntária com percepção integral dos proventos e paridade integral (fls. 40/43).
4. Os cálculos dos proventos foram elaborados corretamente, segundo atestou a Seção de Aposentadorias, Reformas e Pensões deste Tribunal (fls. 53/56).
5. Ato seguinte, cumprindo tramitação regular, a Procuradoria Jurídica desta Corte prestou informações nos autos (fl. 59).
6. O Ministério Público de Contas, por meio do Parecer nº 1789/2013/1ºPC/RS da lavra do Procurador Ricardo Schneider Rodrigues, opinou pelo registro da aposentadoria, uma vez preenchidos todos os requisitos constitucionais, pugnando pela remessa dos autos ao órgão de origem da servidora (fls. 60/62).
7. Desta forma, considerando a documentação constante dos autos e também a manifestação favorável do Ministério Público de Contas, entendemos que o Ato obedece à legislação em vigor, podendo ser submetido à deliberação deste Órgão Colegiado.
8. Diante do exposto, apresento o meu voto para que a 2ª Câmara Deliberativa deste Tribunal de Contas, no uso de suas atribuições, ACORDE:

- 8.1.Registrar para os fins de direito o Ato Aposentatório da Sra. Lucia Aparecida Bezerra Lessa, na forma do art. 97, inc. III, alínea ôbô da Constituição do Estado de Alagoas de 1989 c/c o art. 1º, inc. III, alínea ôbô da Lei Estadual nº 5.604/94 (LOTCE/AL);
- 8.2. Identificar os gestores da Secretaria de Estado de Gestão Pública, do AL Previdência e do órgão de origem da segurada;
- 8.3. Remeter os autos ao órgão de origem, após o cumprimento do presente Acórdão.

Sala das Sessões do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, em Maceió, 29 de abril de 2015.

Conselheiro FERNANDO RIBEIRO TOLEDO ó Presidente
Conselheiro ANSELMO ROBERTO DE ALMEIDA BRITO ó Relator
Conselheira ROSA MARIA RIBEIRO DE ALBUQUERQUE
Auditor Conselheiro Substituto SÉRGIO RICARDO MACIEL
Procurador RICARDO SCHNEIDER RODRIGUES
Procurador do Ministério Público Especial

Processo TC-9798/2011

ACÓRDÃO 2.243/2015

Ato de Aposentadoria por tempo de contribuição ó Proventos Integrais e Paridade - Observância aos requisitos constitucionais e legais. Registro.

1. Foi submetido à apreciação, para fins de registro, através do Processo Administrativo nº 1800- 9012/2009, o Decreto nº 9367, de 27/12/20, publicado no DOE/AL, de 28/12/10, concedendo aposentadoria voluntária a Sra. Maria Salomé Ferreira de França, ocupante do cargo de Professor, Licenciatura Plena, Nível ôô, Classe ôDô, matrícula nº 39.531-5, integrante do Quadro do Magistério Público Estadual, com proventos integrais, calculados sobre a jornada de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com art. 6º e incisos da EC nº 41/03 c/c art. 2º da EC nº 47/05 e com a Lei nº. 6.196/00, observando-se o sistema remuneratório sob a forma de subsídio (fl. 47).
2. Os documentos e procedimentos administrativos constantes nos autos cumprem com as formalidades legais para a concessão do Ato de Inativação, comprovando que a servidora adimpliu todos os requisitos legalmente exigidos (fls. 04/38).
3. A Procuradoria Geral do Estado, através do Parecer PGE/PA-00-2093/2010, da lavra do Procurador Vinaldo de Araújo Pereira, aprovado pelo Despacho PGE/PA/00-3169 /2010, opinou pela concessão da aposentadoria voluntária com percepção integral dos proventos e paridade integral (fls. 39/43).
4. Os cálculos dos proventos foram elaborados corretamente, segundo atestou a Seção de Aposentadorias, Reformas e Pensões deste Tribunal (fls. 52/55).
5. Ato seguinte, cumprindo tramitação regular, a Procuradoria Jurídica desta Corte prestou informações nos autos (fl. 58).
6. O Ministério Público de Contas, por meio do Parecer nº 2496/2014/1ºPC/RS, da lavra do Procurador Ricardo Schneider Rodrigues, opinou pelo registro da aposentadoria, uma vez preenchidos todos os requisitos constitucionais, pugnando pela remessa dos autos ao órgão de origem da servidora (fls. 61/63).
7. Desta forma, considerando a documentação constante dos autos e também a manifestação favorável do Ministério Público de Contas, entendemos que o Ato obedece à legislação em vigor, podendo ser submetido à deliberação deste Órgão Colegiado.
8. Diante do exposto, apresento o meu voto para que a 2ª Câmara Deliberativa deste Tribunal de Contas, no uso de suas atribuições, ACORDE:

- 8.1. Registrar para os fins de direito o Ato Aposentatório da Sra. Maria Salomé Ferreira de França, na forma do art. 97, inc. III, alínea ôbô da Constituição do Estado de Alagoas de 1989 c/c o art. 1º, inc. III, alínea ôbô da Lei Estadual nº 5.604/94 (LOTCE/AL);
- 8.2. Identificar os gestores da Secretaria de Estado de Gestão Pública, do AL Previdência e do órgão de origem da segurada;
- 8.3. Remeter os autos ao órgão de origem, após o cumprimento do presente Acórdão.

Sala das Sessões do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, em Maceió, 29 de abril de 2015.

Conselheiro FERNANDO RIBEIRO TOLEDO ó Presidente
Conselheiro ANSELMO ROBERTO DE ALMEIDA BRITO ó Relator
Conselheira ROSA MARIA RIBEIRO DE ALBUQUERQUE
Auditor Conselheiro Substituto SÉRGIO RICARDO MACIEL
Procurador RICARDO SCHNEIDER

RODRIGUES

Procurador do Ministério Público Especial

Processo TC-9038/2010

ACÓRDÃO 2.244/2015

Ato de Aposentadoria por tempo de contribuição ó Proventos Integrais e Paridade - Observância aos requisitos constitucionais e legais. Registro.

1. Foi submetido à apreciação, para fins de registro, através do Processo Administrativo nº 1800- 5880/2009, o Decreto nº 4679, de 10/02/10, publicado no DOE/AL, de 11/02/10, concedendo aposentadoria voluntária a Sra. Neiriy Vane de Araújo Mota, ocupante do cargo de Professor, Especialização, Nível ôIIô, Classe ôDô, matrícula nº 44.576-2, integrante do Quadro do Magistério Público Estadual, com proventos integrais, calculados sobre a jornada de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com art. 6º e incisos da EC nº 41/03 c/c art. 2º da EC nº 47/05 e com a Lei nº. 6.196/00, observando-se o sistema remuneratório sob a forma de subsídio (fl. 37).
2. Os documentos e procedimentos administrativos constantes nos autos cumprem com as formalidades legais para a concessão do Ato de Inativação, comprovando que a servidora adimpliu todos os requisitos legalmente exigidos (fls. 04/29).
3. A Procuradoria Geral do Estado, através do Parecer PGE/PA-00-2725/2009, da lavra da Procuradora Evelina Cox Auto de Medeiros, aprovado pelo Despacho PGE/PA-00-3268 /2009, opinou pela concessão da aposentadoria voluntária com percepção integral dos proventos e paridade integral (fls. 30/33).
4. Os cálculos dos proventos foram elaborados corretamente, segundo atestou a Seção de Aposentadorias, Reformas e Pensões deste Tribunal (fls. 43/46).
5. Ato seguinte, cumprindo tramitação regular, a Procuradoria Jurídica desta Corte prestou informações nos autos (fl. 49).
6. O Ministério Público de Contas, por meio do Parecer nº 1689/2013/2ºPC/RA da lavra do Procurador Rafael Rodrigues de Alcântara, opinou pelo registro da aposentadoria, uma vez preenchidos os requisitos constitucionais, pugnando pela remessa dos autos ao órgão de origem da servidora (fls. 50/51).
7. Desta forma, considerando a documentação constante dos autos e também a manifestação favorável do Ministério Público de Contas, entendemos que o Ato obedece à legislação em vigor, podendo ser submetido à deliberação deste Órgão Colegiado.
8. Diante do exposto, apresento o meu voto para que a 2ª Câmara Deliberativa deste Tribunal de Contas, no uso de suas atribuições, ACORDE:

- 8.1. Registrar para os fins de direito o Ato Aposentatório da Sra. Neiriy Vane de Araújo Mota, na forma do art. 97, inc. III, alínea ôbô da Constituição do Estado de Alagoas de 1989 c/c o art. 1º, inc. III, alínea ôbô da Lei Estadual nº 5.604/94 (LOTCE/AL);
- 8.2. Identificar os gestores da Secretaria de Estado de Gestão Pública, do AL Previdência e do órgão de origem da segurada;
- 8.3. Remeter os autos ao órgão de origem, após o cumprimento do presente Acórdão.

Sala das Sessões do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, em Maceió, 29 de abril de 2015.

Conselheiro FERNANDO RIBEIRO TOLEDO ó Presidente
Conselheiro ANSELMO ROBERTO DE ALMEIDA BRITO ó Relator
Conselheira ROSA MARIA RIBEIRO DE ALBUQUERQUE
Auditor Conselheiro Substituto SÉRGIO

RICARDO MACIEL

Procurador RICARDO SCHNEIDER RODRIGUES
Procurador do Ministério Público Especial

Processo TC-1860/2010

ACÓRDÃO 2.245/2015

Ato de Aposentadoria por tempo de contribuição ó Proventos proporcionais - Observância aos requisitos constitucionais e legais. Registro.

1. Foi submetido à apreciação, para fins de registro, através do Processo Administrativo nº 1800- 12838/2008, o Decreto de 06/11/09, publicado no DOE/AL, de 09/11/09, concedendo aposentadoria voluntária a Sra. Elena Santos da Silva, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Diversos, Classe ôBô, matrícula nº 13.913-0, integrante da Carreira dos Profissionais de Nível Elementar, instituída pela Lei Estadual nº 6.251/01, com proventos proporcionais, calculados à razão de 22/30 (vinte e dois, trinta avos) sobre a jornada de 40 (quarenta) horas semanais, nos termos do art. 40, §1º, III, ôbô da Constituição Federal, com redação dada pela EC nº 41/03, observando-se o sistema remuneratório sob a forma de subsídio (fl. 36).
2. Os documentos e procedimentos administrativos constantes nos autos cumprem com as formalidades legais para a concessão do Ato de Inativação, comprovando que a servidora adimpliu todos os requisitos legalmente exigidos (fls. 04/29).
3. A Procuradoria Geral do Estado, através do Parecer Jurídico PGE/PA 00-1904/2009, da lavra da Procuradora Evelina Cox Auto de Medeiros, aprovado pelo Despacho SUB PGE/GAB Nº 3031/2009, opinou pela concessão da aposentadoria voluntária com proventos integrais e paridade integral (fls. 30/32).
4. Os cálculos dos proventos foram elaborados corretamente, segundo atestou a Seção de Aposentadorias, Reformas e Pensões deste Tribunal (fls. 42/45).
5. Ato seguinte, cumprindo tramitação regular, a Procuradoria Jurídica desta Corte prestou informações nos autos (fl. 48).
6. O Ministério Público de Contas, por meio do Parecer nº 3354/2013/5ºPC/SM, da lavra da Procuradora Stella de Barros L. M. Cavalcante, opinou pelo registro da aposentadoria, uma vez preenchidos os requisitos constitucionais, pugnando pela remessa dos autos ao órgão de origem da servidora (fls. 51/52).
7. Desta forma, considerando a documentação constante dos autos e também a manifestação favorável do Ministério Público de Contas, entendemos que o Ato obedece à legislação em vigor, podendo ser submetido à deliberação deste Órgão Colegiado.
8. Diante do exposto, apresento o meu voto para que a 2ª Câmara Deliberativa deste Tribunal de Contas, no uso de suas atribuições, ACORDE:

- 8.1. Registrar para os fins de direito o Ato Aposentatório da Sra. Elena Santos da Silva, na forma do art. 97, inc. III, alínea ôbô da Constituição do Estado de Alagoas de 1989 c/c o art. 1º, inc. III, alínea ôbô da Lei Estadual nº 5.604/94 (LOTCE/AL);
- 8.2. Identificar os gestores da Secretaria de Estado de Gestão Pública, do AL Previdência e do órgão de origem da segurada;
- 8.3. Remeter os autos ao órgão de origem, após o cumprimento do presente Acórdão.

Sala das Sessões do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, em Maceió, 29 de abril de 2015.

Conselheiro FERNANDO RIBEIRO

TOLEDO ó Presidente
Conselheiro ANSELMO ROBERTO DE
ALMEIDA BRITO ó Relator
Conselheira ROSA MARIA RIBEIRO DE
ALBUQUERQUE
Auditor Conselheiro Substituto SÉRGIO
RICARDO MACIEL
Procurador RICARDO SCHNEIDER
RODRIGUES
Procurador do Ministério Público Especial

Processo TC-5203/2010

ACÓRDÃO 2.246/2015

Ato de Aposentadoria por tempo de contribuição ó Proventos Integrais e Paridade - Observância aos requisitos constitucionais e legais. Registro.

1. Foi submetido à apreciação, para fins de registro, através do Processo Administrativo nº 1800- 7155/2009, o Decreto nº 4342, de 14/01/10, publicado no DOE/AL, de 15/01/10, concedendo aposentadoria voluntária a Sra. Ana Maria Vieira Mendes, ocupante do cargo de Professor, Licenciatura Plena, Nível ôII, Classe ôDô, matrícula nº 28.550-1, integrante do Quadro do Magistério Público Estadual, com proventos integrais, calculados sobre a jornada de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com art. 6º e incisos da EC nº 41/03 c/c art. 2º da EC nº 47/05 e com a Lei nº. 6.196/00, observando-se o sistema remuneratório sob a forma de subsídio (fl. 46).
2. Os documentos e procedimentos administrativos constantes nos autos cumprem com as formalidades legais para a concessão do Ato de Inativação, comprovando que a servidora adimpliu todos os requisitos legalmente exigidos (fls. 04/32).
3. A Procuradoria Geral do Estado, através do Parecer PGE/PA 00-2640/2009, da lavra do Procurador Vanaldo de Araújo Pereira, aprovado pelo Despacho PGE/PA/00-3.047/2009, opinou pela concessão da aposentadoria voluntária com percepção integral dos proventos e paridade integral (fls. 33/42).
4. Os cálculos dos proventos foram elaborados corretamente, segundo atestou a Seção de Aposentadorias, Reformas e Pensões deste Tribunal (fls. 52/55).
5. Ato seguinte, cumprindo tramitação regular, a Procuradoria Jurídica desta Corte prestou informações nos autos (fls. 58/60).
6. O Ministério Público de Contas, por meio do Parecer nº 781/2014/4ºPC/GS, da lavra do Procurador Gustavo Henrique A. Santos, opinou pelo registro da aposentadoria, uma vez preenchidos todos os requisitos constitucionais, pugnando pela remessa dos autos ao órgão de origem da servidora (fls. 63/65).
7. Desta forma, considerando a documentação constante dos autos e também a manifestação favorável do Ministério Público de Contas, entendemos que o Ato obedece à legislação em vigor, podendo ser submetido à deliberação deste Órgão Colegiado.
8. Diante do exposto, apresento o meu voto para que a 2ª Câmara Deliberativa deste Tribunal de Contas, no uso de suas atribuições, ACORDE:

8.1. Registrar para os fins de direito o Ato Aposentatório da Sra. Ana Maria Vieira Mendes, na forma do art. 97, inc. III, alínea ôbô da Constituição do Estado de Alagoas de 1989 c/c o art. 1º, inc. III, alínea ôbô da Lei Estadual nº 5.604/94 (LOTCE/AL);
8.2. Ciente os gestores da Secretaria de Estado de Gestão Pública, do AL Previdência e do órgão de origem da segurada;
8.3. Remeter os autos ao órgão de origem, após o cumprimento do presente Acórdão.

Sala das Sessões do TRIBUNAL DE

CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, em Maceió, 29 de abril de 2015.
Conselheiro FERNANDO RIBEIRO
TOLEDO ó Presidente
Conselheiro ANSELMO ROBERTO DE
ALMEIDA BRITO ó Relator
Conselheira ROSA MARIA RIBEIRO DE
ALBUQUERQUE
Auditor Conselheiro Substituto SÉRGIO
RICARDO MACIEL
Procurador RICARDO SCHNEIDER
RODRIGUES
Procurador do Ministério Público Especial

Processo TC-10730/2010

ACÓRDÃO 2.248/2015

Ato de Aposentadoria por tempo de contribuição ó Proventos Integrais e Paridade - Observância aos requisitos constitucionais e legais. Registro.

1. Foi submetido à apreciação, para fins de registro, através do Processo Administrativo nº 1800- 10058/2009, o Decreto nº 5705, de 09/04/10, publicado no DOE/AL, de 12/04/10, concedendo aposentadoria voluntária a Sra. Rosângela Montenegro Melo, ocupante do cargo de Professor, Especialização, Nível ôII, Classe ôDô, matrícula nº 59.890-1, integrante do Quadro do Magistério Público Estadual, com proventos integrais, calculados sobre a jornada de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com art. 6º e incisos da EC nº 41/03 c/c art. 2º da EC nº 47/05 e com a Lei nº. 6.196/00, observando-se o sistema remuneratório sob a forma de subsídio (fl. 37).
2. Os documentos e procedimentos administrativos constantes nos autos cumprem com as formalidades legais para a concessão do Ato de Inativação, comprovando que a servidora adimpliu todos os requisitos legalmente exigidos (fls. 04 /28).
3. A Procuradoria Geral do Estado, através do Parecer PGE/PA-00-445/2010, da lavra do Procurador Angelo Braga Netto Rodrigues de Melo, aprovado pelo Despacho PGE/PA /00-831/2010, opinou pela concessão da aposentadoria voluntária com proventos integrais e paridade integral (fls. 29/33).
4. Os cálculos dos proventos foram elaborados corretamente, segundo atestou a Seção de Aposentadorias, Reformas e Pensões deste Tribunal (fls. 43/46).
5. Ato seguinte, cumprindo tramitação regular, a Procuradoria Jurídica desta Corte prestou informações nos autos (fl. 49).
6. O Ministério Público de Contas, por meio do Parecer nº 1654/2013/2ºPC/RA, da lavra do Procurador Rafael Rodrigues de Alcântara, opinou pelo registro da aposentadoria, uma vez preenchidos os requisitos constitucionais, pugnando pela remessa dos autos ao órgão de origem da servidora (fls. 52/53).
7. Desta forma, considerando a documentação constante dos autos e também a manifestação favorável do Ministério Público de Contas, entendemos que o Ato obedece à legislação em vigor, podendo ser submetido à deliberação deste Órgão Colegiado.
8. Diante do exposto, apresento o meu voto para que a 2ª Câmara Deliberativa deste Tribunal de Contas, no uso de suas atribuições, ACORDE:

8.1.Registrar para os fins de direito o Ato Aposentatório da Sra. Rosângela Montenegro Melo, na forma do art. 97, inc. III, alínea ôbô da Constituição do Estado de Alagoas de 1989 c/c o art. 1º, inc. III, alínea ôbô da Lei Estadual nº 5.604/94 (LOTCE/AL);
8.2.Ciente os gestores da Secretaria de Estado de Gestão Pública, do AL Previdência e do órgão de origem da segurada;
8.3. Remeter os autos ao órgão de origem,

após o cumprimento do presente Acórdão.

Sala das Sessões do TRIBUNAL DE
CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, em Maceió, 29 de abril de 2015.
Conselheiro FERNANDO RIBEIRO
TOLEDO ó Presidente
Conselheiro ANSELMO ROBERTO DE
ALMEIDA BRITO ó Relator
Conselheira ROSA MARIA RIBEIRO DE
ALBUQUERQUE
Auditor Conselheiro Substituto SÉRGIO
RICARDO MACIEL
Procurador RICARDO SCHNEIDER
RODRIGUES
Procurador do Ministério Público Especial

Processo TC-5410/2010

ACÓRDÃO 2.247/2015

Ato de Aposentadoria por tempo de contribuição ó Proventos Integrais e Paridade - Observância aos requisitos constitucionais e legais. Registro.

1 Foi submetido à apreciação, para fins de registro, através do Processo Administrativo nº 1800- 3362/2009, o Decreto de 15/12/09, publicado no DOE/AL, de 16/12/09, concedendo aposentadoria voluntária ao Sr. José Aélío dos Santos, ocupante do cargo de Professor, Licenciatura Plena, Nível ôII, Classe ôDô, matrícula nº 32.699-2, integrante do Quadro do Magistério Público Estadual, com proventos integrais, calculados sobre a jornada de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com art. 6º e incisos da EC nº 41/03 c/c art. 2º da EC nº 47/05 e com a Lei nº. 6.196/00, observando-se o sistema remuneratório sob a forma de subsídio (fl. 49).
2. Os documentos e procedimentos administrativos constantes nos autos cumprem com as formalidades legais para a concessão do Ato de Inativação, comprovando que a servidora adimpliu todos os requisitos legalmente exigidos (fls. 04 /33).
3. A Procuradoria Geral do Estado, através do Parecer PGE/PA.00.2111/2009, da lavra do Procurador Walter Campos de Oliveira, aprovado pelo Despacho SUB PGE/GAB Nº 3362/2009, opinou pela concessão da aposentadoria voluntária com percepção integral dos proventos e paridade integral (fls. 34/42).
4. Os cálculos dos proventos foram elaborados corretamente, segundo atestou a Seção de Aposentadorias, Reformas e Pensões deste Tribunal (fls. 55/58).
5. Ato seguinte, cumprindo tramitação regular, a Procuradoria Jurídica desta Corte prestou informações nos autos (fl. 61).
6. O Ministério Público de Contas, por meio do Parecer nº 774/2014/4ºPC/GS da lavra do Procurador Gustavo Henrique A. Santos, opinou pelo registro da aposentadoria, uma vez preenchidos todos os requisitos constitucionais, pugnando pela remessa dos autos ao órgão de origem do servidor. (fls. 64/66).
7. Desta forma, considerando a documentação constante dos autos e também a manifestação favorável do Ministério Público de Contas, entendemos que o Ato obedece à legislação em vigor, podendo ser submetido à deliberação deste Órgão Colegiado.
8. Diante do exposto, apresento o meu voto para que a 2ª Câmara Deliberativa deste Tribunal de Contas, no uso de suas atribuições, ACORDE:

8.1.Registrar para os fins de direito o Ato Aposentatório do Sr. José Aélío dos Santos, na forma do art. 97, inc. III, alínea ôbô da Constituição do Estado de Alagoas de 1989 c/c o art. 1º, inc. III, alínea ôbô da Lei Estadual nº 5.604/94 (LOTCE/AL);

8.2.Ciente os gestores da Secretaria de Estado de Gestão Pública, do AL Previdência e do órgão de origem do segurado;
8.3. Remeter os autos ao órgão de origem, após o cumprimento do presente Acórdão.

Processo TC-862/2011

ACÓRDÃO 2.237/2015

Ato de Aposentadoria por tempo de contribuição ó Proventos Integrais e Paridade - Observância aos requisitos constitucionais e legais. Registro.

1. Foi submetido à apreciação, para fins de registro, através do Processo Administrativo nº 1800- 6346/2009, o Decreto nº 6.187, de 17/05/10, publicado no DOE/AL, de 18/05/10, concedendo aposentadoria voluntária a Sra. Maria José Almeida Felix, ocupante do cargo de Professor, Especialização, Nível ôII, Classe ôDô, matrícula nº 44.504-5, integrante do Quadro do Magistério Público Estadual, com proventos integrais, calculados sobre a jornada de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com art. 6º e incisos da EC nº 41/03 c/c art. 2º da EC nº 47/05 e com a Lei nº. 6.196/00, observando-se o sistema remuneratório sob a forma de subsídio (fl. 129).
2. Os documentos e procedimentos administrativos constantes nos autos cumprem com as formalidades legais para a concessão do Ato de Inativação, comprovando que a servidora adimpliu todos os requisitos legalmente exigidos (fls. 05/120).
3. A Procuradoria Geral do Estado, através do Parecer PGE/PA-00-692/2010, da lavra do Procurador José Alberto Moreira Casado, aprovado pelo Despacho PGE/PA/00-1.188 /2010, opinou pela concessão da aposentadoria voluntária com proventos integrais e paridade integral (fls. 121/125).
4. Os cálculos dos proventos foram elaborados corretamente, segundo atestou a Seção de Aposentadorias, Reformas e Pensões deste Tribunal (fls. 135/138).
5. Ato seguinte, cumprindo tramitação regular, a Procuradoria Jurídica desta Corte prestou informações nos autos (fl. 141).
6. O Ministério Público de Contas, por meio do Parecer nº 2466/2014/1ºPC/RS, da lavra do Procurador Ricardo Schneider Rodrigues, opinou pelo registro da aposentadoria, uma vez preenchidos os requisitos constitucionais, pugnando pela remessa dos autos ao órgão de origem da servidora (fls. 144/146).
7. Desta forma, considerando a documentação constante dos autos e também a manifestação favorável do Ministério Público de Contas, entendemos que o Ato obedece à legislação em vigor, podendo ser submetido à deliberação deste Órgão Colegiado.
8. Diante do exposto, apresento o meu voto para que a 2ª Câmara Deliberativa deste Tribunal de Contas, no uso de suas atribuições, ACORDE:

8.1. Registrar para os fins de direito o Ato Aposentatório da Sra. Maria José Almeida Felix, na forma do art. 97, inc. III, alínea ôbô da Constituição do Estado de Alagoas de 1989 c/c o art. 1º, inc. III, alínea ôbô da Lei Estadual nº 5.604/94 (LOTCE/AL);
8.2. Ciente os gestores da Secretaria de Estado de Gestão Pública, do AL Previdência e do órgão de origem da segurada;
8.3. Remeter os autos ao órgão de origem, após o cumprimento do presente Acórdão.

Sala das Sessões do TRIBUNAL DE
CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, em Maceió, 29 de abril de 2015.
Conselheiro FERNANDO RIBEIRO
TOLEDO ó Presidente
Conselheiro ANSELMO ROBERTO DE

ALMEIDA BRITO ó Relator
Conselheira ROSA MARIA RIBEIRO DE
ALBUQUERQUE
Auditor Conselheiro Substituto SÉRGIO
RICARDO MACIEL
Procurador RICARDO SCHNEIDER
RODRIGUES
Procurador do Ministério Público Especial

Rita Helena Pimentel Medeiros
Responsável pela Resenha

ATOS E DESPACHOS DO
CONSELHEIRO
FERNANDO RIBEIRO TOLEDO

O CONSELHEIRO DO TRIBUNAL DE
CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS,
FERNANDO RIBEIRO TOLEDO,
DESPACHOU O SEGUINTE PROCESSO:

EM, 30.04.2015:

TC-7361/2014

Interessado: FUNCONTAS

Assunto: Aplicação de Multa

Defiro a diligência requestada pelo Ministério
Público de Contas, no Processo TCE
7361/2014, (fls 06/08 do processo anexo
TC10734/2014) para determinar a remessa do
presente á Diretoria de Tecnologia e
Informação. Após as manifestações, retornem
os autos.

Gabinete do Conselheiro Fernando Ribeiro
Toledo, 04 de maio de 2015.

Iza Peixoto Toledo
Responsável pela Resenha

O CONSELHEIRO DO TRIBUNAL DE
CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS,
FERNANDO RIBEIRO TOLEDO,
RELATOU EM SESSÃO PLENÁRIA DO
DIA 30.04.2015 OS SEGUINTE ATOS:

PROCESSO TC-7018/2013

CONTRATO. DESCUMPRIMENTO DO
CALENDÁRIO DE OBRIGAÇÕES.
DEFESA TEMPESTIVA. NÃO
ACOLHIMENTO. APLICAÇÃO DA
MULTA.

Trata-se da análise do Processo TCE/AL Nº
7018/2013 / Processo anexo TCE/AL Nº
16635/2013, oriundo do FUNCONTAS
MEMO nº 601/2013, que anotou o
descumprimento do Calendário das
Obrigações dos Gestores Públicos perante o
TCE/AL, do Sr. ATEVALDO CABRAL
SILVA, inscrito no CPF sob o nº
723.910.304-87, Prefeito do Município de
Ouro Branco/AL, referente ao CONTRATO
COM A EMPRESA CEZÁRIOS MÓVEIS E
COMÉRCIO LTDA - EPP, consoante
determina a Instrução Normativa 002/2003.

Em ato contínuo, expediu-se ofício nº
1701/2013, endereçado ao Prefeito, para no
prazo improrrogável de 05 (cinco) dias, a
contar do recebimento da notificação,
apresentar defesa sobre os fatos narrados, em
atenção ao princípio da ampla defesa.

O Prefeito foi citado no dia 23.10.2013,
consoante AR anexado, a defesa foi
protocolizada nessa Corte de Contas no dia
08.11.2013.

Oportunizada a defesa, o Sr. Atevaldo Cabral
Silva, apenas encaminhou uma cópia do
Processo Administrativo PP 08/2012,
referente ao Pregão Presencial nº 08/2012,
sem qualquer justificativa pelo não envio.

O processo seguiu para o Ministério Público
de Contas/AL que emitiu o parecer nº
0275/2014/5ºPC/SM, e opinou pela aplicação
da multa. Ainda no parecer, sugeriu, a
Procuradora, que a documentação referente à
contratação fosse desentranhada e autuada em
processo autônomo para viabilizar a análise do
processo licitatório.

É o relatório.

Inicialmente, destaco que a resposta ofertada
pelo Gestor é intempestiva, pois o aviso de
recebimento atesta que no dia 23.10.2013
ocorreu a citação e a defesa fora protocolizada
apenas no dia 08.11.2013.

A justificativa não merece ser acolhida pois, o
gestor não trouxe argumentos aos autos para
justificar a entrega a destempo do referido
contrato, enviou ofício apenas para remetê-lo,
assim, não há como deixar de aplicar a sanção,
pelo descumprimento dos prazos estabelecidos
pela Resolução Normativa 002/2003.

Nesse padrão, indispensável anotar que,
caberia ao requerido demonstrar o fato
impeditivo e/ou extintivo do dever, do
Tribunal de Contas, de aplicar a multa ao
gestor recalcitrante.

De outra banda, destaco a importância de
desentranhar o indigitado procedimento,
consoante pontuou a Procuradora Stella Mero,
para que essa Corte de Contas faça a análise da
higidez do processo licitatório supracitado.

Nesses Termos, diante do PLENÁRIO DO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE
ALAGOAS, VOTO:

1) Pelo não acolhimento da defesa
apresentada, pois o município não apresentou
uma defesa consistente;

2) Pela aplicação da multa de 100 (cem)
UPFAL'S, equivalente a R\$ 2.059,00 (dois
mil e cinquenta e nove reais) o Sr.
ATEVALDO CABRAL SILVA, CPF Nº
723.910.304-87, Prefeito do Município de
Ouro Branco/AL, consoante estabelece Art.48,
inciso II, da Lei nº 5604/1994 (Lei Orgânica
do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas)
c/c o Art. 3º, inciso II, da Resolução
Normativa nº 001/2003; em ato contínuo
cientifique-se o gestor, citado acima, da
presente deliberação, para que recolha o valor,
no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do
trânsito em julgado do presente Acórdão.

3) Pela remessa dos autos ao FUNCONTAS,
para ciência e cumprimento da deliberação
contida no item ô2ô, e, posteriormente
promover a juntada do presente processo aos
autos da Prestação de Contas do respectivo
órgão;

4) Caso não haja pagamento no prazo fixado,
comunique à Procuradoria Geral do Estado de
Alagoas, para promover a Ação de Execução,
do título extrajudicial.

5) Seja desentranhada a documentação de fls.
03 a 254 do processo anexo TCE/AL nº
16635/2013, para que seja autuada em
processo autônomo, visando a análise do
procedimento licitatório. Ato contínuo,
determino a expedição de certidão,
pormenorizada, dando conta dos documentos
desentranhados, a ser anexada no processo
anexo.

ACORDÃO Nº 147/2015

Vistos, relatados e discutidos estes autos,
ACÓRDAM os Conselheiros do Pleno deste
Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, sob
a Presidência do Conselheiro Otávio Lessa,
em aplicar multa o Sr. ATEVALDO CABRAL
SILVA, nos termos do voto do Relator.

Sala das Sessões do PLENÁRIO DO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE
ALAGOAS, em Maceió/AL, 30 de abril de
2015.

Conselheiro Relator FERNANDO RIBEIRO
TOLEDO

Conselheiro Presidente OTAVIO LESSA DE
GERALDO SANTOS

Tomaram parte da votação:

Conselheiro Decano LUIZ EUSTAQUIO
TOLEDO

Conselheiro CICERO AMELIO DA SILVA

Conselheira MARIA CLEIDE COSTA

BESERRA

Conselheira ROSA MARIA RIBEIRO DE
ALBUQUERQUE

Conselheiro ANSELMO ROBERTO DE
ALMEIDA BRITO

Procurador do Ministério Público de Contas

RAFAEL RODRIGUES DE ALCANTARA

Auditor ANA RAQUEL RIBEIRO SAMPAIO

ó Fui presente

PROCESSO TC-13453/2014

SICAP. DESCUMPRIMENTO DO
CALENDÁRIO DE OBRIGAÇÕES.
DEFESA TEMPESTIVA. NÃO
ACOLHIMENTO. APLICAÇÃO DA
MULTA.

Trata-se da análise do Processo TCE/AL Nº
13453/2014 / Processo anexo TCE/AL Nº
17209/2014, oriundo do FUNCONTAS,
MEMO nº 965/2014, que anotou o
descumprimento do Calendário das
Obrigações dos Gestores Públicos perante o
TCE/AL, da Gestora do Fundo Municipal de
Saúde de Passo de Camaragibe/AL, a Sra.
JANNAYNA DE HOLANDA MALTA
MAIA, inscrita no CPF sob o nº
028.110.214-77, referente a 1ª Remessa do
SICAP dos meses de janeiro e fevereiro do
ano de 2014, consoante determina a Instrução
Normativa 02/2010.

Em ato contínuo, expediu-se ofício nº
1783/2014, endereçado a Gestora do Fundo
Municipal de Saúde de Passo de
Camaragibe/AL, para no prazo improrrogável
de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da
notificação, apresentar defesa sobre os fatos
narrados, em atenção ao princípio da ampla
defesa.

A gestora foi citada no dia 16.12.2014,
consoante AR anexado, a defesa foi
protocolizada nessa Corte de Contas no dia
22.12.2014.

Oportunizada a defesa, alegou que o atraso na
entrega ocorreu por fatores alheios à vontade
do Gestor, tendo em vista que o Departamento
Contábil encontrou entraves técnicos que
impediram o encerramento total do Balanço
Geral de 2013, ante a ausência de informações
patrimoniais relativas ao ano de 2012.

O processo seguiu para o Ministério Público
de Contas/AL que emitiu o parecer nº
610/2015/1ºPC/RS, e opinou pela aplicação da
multa.

É o relatório.

Inicialmente, destaco que a resposta ofertada
pela Gestora do Fundo Municipal de Saúde de
Passo de Camaragibe/AL é TEMPESTIVA,
pois o aviso de recebimento atesta que no dia

16.12.2014, terça-feira, ocorreu a citação,
assim, excluído o dia do início do prazo,
consoante estabelece o art. 108 do Regimento
Interno, o prazo se encerrou no dia 21 do mês
de dezembro, domingo. Contudo não há
expediente no referido dia, a defesa foi
protocolizada no dia 22.12.2014, primeiro dia
útil subsequente.

Justificou o atraso na entrega da 1ª Remessa
SICAP, pela ausência de informações
patrimoniais relativas ao ano de 2012, gerando
entraves técnicos, insanáveis, em sua
contabilidade. Continua para atribuir
responsabilidade a Ex-Prefeita.

Poderia até acolher a defesa, caso apontasse
argumento plausível para a entrega a
destempo, contudo, não há como deixar de
aplicar a sanção, ante a ausência de elementos
que façam supor que a Remessa SICAP não
foi efetivada pela falta de organização do
município deixada pela gestão anterior.

Nesse padrão, indispensável anotar que,
caberia à requerida demonstrar o fato
impeditivo e/ou extintivo do dever, do
Tribunal de Contas, de aplicar a multa ao
gestor recalcitrante, no entanto não o fez.

Nesses Termos, diante do PLENÁRIO DO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE
ALAGOAS, VOTO:

1) Pelo não acolhimento da defesa
apresentada, pois o município não apresentou
uma defesa consistente;

2) Pela aplicação da multa de 100 (cem)
UPFAL'S, equivalente a R\$ 2.059,00 (dois
mil e cinquenta e nove reais) à Sra.
JANNAYNA DE HOLANDA MALTA
MAIA, CPF Nº 028.110.214-77, Gestora do
Fundo Municipal de Saúde de Passo de
Camaragibe/AL, consoante estabelece Art.48,
inciso II, da Lei nº 5604/1994 (Lei Orgânica
do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas)
c/c o Art. 3º, inciso II, da Resolução
Normativa nº 001/2003; em ato contínuo
cientifique-se o gestor, citado acima, da
presente deliberação, para que recolha o valor,
no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do
trânsito em julgado do presente Acórdão.

3) Pela remessa dos autos ao Funcontas, para
ciência e cumprimento da deliberação contida
no item ô2ô, e, posteriormente promover a
juntada do presente processo aos autos da
Prestação de Contas do respectivo órgão;

4) Caso não haja pagamento no prazo fixado,
comunique à Procuradoria Geral do Estado de
Alagoas, para promover a Ação de Execução,
do título extrajudicial.

ACORDÃO Nº 149/2015

Vistos, relatados e discutidos estes autos,
ACÓRDAM os Conselheiros do Pleno deste
Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, em
aplicar multa a Sra. JANNAYNA DE
HOLANDA MALTA MAIA, nos termos do
voto do Relator.

Sala das Sessões do PLENÁRIO DO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE
ALAGOAS, em Maceió/AL, 30 de abril de
2015.

Conselheiro Relator FERNANDO RIBEIRO
TOLEDO

Conselheiro Presidente OTAVIO LESSA DE
GERALDO SANTOS

Tomaram parte da votação:

Conselheiro Decano LUIZ EUSTAQUIO
TOLEDO

Conselheiro CICERO AMELIO DA SILVA

Conselheira MARIA CLEIDE COSTA
BESERRA

Conselheira ROSA MARIA RIBEIRO DE ALBUQUERQUE
Conselheiro ANSELMO ROBERTO DE ALMEIDA BRITO
Procurador do Ministério Público de Contas RAFAEL RODRIGUES DE ALCANTARA
Auditor ANA RAQUEL RIBEIRO SAMPAIO
ó Fui presente

PROCESSO TC-2183/2013

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL. DESCUMPRIMENTO DO CALENDÁRIO DE OBRIGAÇÕES. DEFESA INSUBSISTENTE. NÃO ACOLHIMENTO. APLICAÇÃO DA MULTA.

Trata-se da análise do Processo TCE/AL nº 2183/2013 / TCE/AL 7868/2014, oriundo do FUNCONTAS, MEMO nº 095/2013, que anotou o descumprimento da Resolução Normativa TCE/AL nº 02/2003, do Sr. LUIZ CARLOS COSTA, inscrito no CPF de nº 045.212.774-20, Prefeito do Município de Delmiro Gouveia/AL, referente ao não envio no prazo regulamentar do contrato firmado, pela edilidade, com a Empresa RGD Indústria e Comércio LTDA- EPP.

Em ato contínuo, expediu-se ofício nº 845/2014, endereçado ao Gestor do referido Município, para no prazo improrrogável de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da notificação, apresentar defesa sobre os fatos narrados, em atenção ao princípio da ampla defesa.

Na defesa ofertada, alega o Gestor que o Setor de Contratos do município procedeu uma busca e não foi localizado nenhum arquivo referente à contratação realizada com a empresa acima referenciada.

O processo seguiu para o Ministério Público de Contas/AL, que emitiu o parecer nº 2267/2014/3ºPC/EP, e opinou pela aplicação da multa.

É o relatório.

Inicialmente, destaco que a resposta ofertada pelo Prefeito do Município de Delmiro Gouveia/AL é TEMPESTIVA, pois o aviso de recebimento atesta que no dia 09.06.2014, segunda-feira, ocorreu a citação, assim, excluído o dia do início do prazo, consoante estabelece o art. 108 do Regimento Interno, o prazo se encerrou no dia 14 do mês de junho, sábado. Contudo não há expediente no referido dia, a defesa foi protocolizada no dia 16.06.2014, primeiro dia útil subsequente.

Justificou o atraso alegando apenas que não foi localizado nenhum arquivo do contrato firmado com RGD Indústria e Comércio LTDA.

A defesa não trouxe elementos hábeis para justificar o atraso na remessa da documentação, nem tampouco trouxe a lume argumentos para elidir a aplicação da sanção.

Nesse padrão, indispensável anotar que, caberia à requerida demonstrar o fato impeditivo e/ou extintivo do dever, do Tribunal de Contas, de aplicar a multa ao gestor recalcitrante, no entanto, não o fez.

Nesses Termos, diante do PLENÁRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, VOTO:

1) Pelo não acolhimento da defesa apresentada, pois inconsistente;

2) Pela aplicação da multa de 100 (cem) UPFAL'S, equivalente a R\$ 2.059,00 (dois mil e cinquenta e nove reais) ao Sr. LUIZ CARLOS COSTA, CPF Nº 045.212.774-20,

Prefeito do Município de Delmiro Gouveia/AL, consoante estabelece Art.48, inciso II, da Lei nº 5604/1994 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas) c/c o Art. 3º, inciso II, da Resolução Normativa nº 001/2003; em ato contínuo cientifique-se o gestor, citado acima, da presente deliberação, para que recolha o valor, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do trânsito em julgado do presente Acórdão.

3) Pela remessa dos autos ao Funcontas, para ciência e cumprimento da deliberação contida no item 02º, e, posteriormente promover a juntada do presente processo aos autos da Prestação de Contas do respectivo órgão;

4) Caso não haja pagamento no prazo fixado, comunique à Procuradoria Geral do Estado de Alagoas, para promover a Ação de Execução, do título extrajudicial.

ACORDÃO Nº 148/2015

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACÓRDAM os Conselheiros do Pleno deste Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, em aplicar multa ao Sr. LUIZ CARLOS COSTA, nos termos do voto do Relator.

Sala das Sessões do PLENÁRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, em Maceió/AL, 30 de abril de 2015.

Conselheiro Relator FERNANDO RIBEIRO TOLEDO

Conselheiro Presidente OTAVIO LESSA DE GERALDO SANTOS

Tomaram parte da votação:

Conselheiro Decano LUIZ EUSTAQUIO TOLEDO

Conselheiro CICERO AMELIO DA SILVA
Conselheira MARIA CLEIDE COSTA BESERRA

Conselheira ROSA MARIA RIBEIRO DE ALBUQUERQUE

Conselheiro ANSELMO ROBERTO DE ALMEIDA BRITO

Procurador do Ministério Público de Contas RAFAEL RODRIGUES DE ALCANTARA
Auditor ANA RAQUEL RIBEIRO SAMPAIO
ó Fui presente

Gabinete do Conselheiro Fernando Ribeiro Toledo, 04 de maio de 2015.

Iza Peixoto Toledo
Responsável pela Resenha

ATOS E DESPACHOS DO DIRETOR GERAL

O DIRETOR GERAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, DANIEL RAYMUNDO DE MENDONÇA BERNARDES, DESPACHOU OS SEGUINTE PROCESSOS, EM DATA DE:

27.04.2015:

TC-01.007/2012-Severina Pimentel Paula (aposent. Voluntária)

TC-01.008/2012-Sônia Maria Souza Cavalcanti (aposent. Voluntária)

TC-01.141/2012-Maria de Fátima de Moraes Cavalcante (aposent. Voluntária)

TC-07.959/2011-Maria Alix Nobre Azevedo (aposent. Voluntária)

TC-09.794/2011-Ana Lucia Acioli Vieira (aposent. Voluntária)

TC-09.750/2011-Vera Lúcia da Silva Cardoso (aposent. Voluntária)

TC-09.738/2011-Umberlina Maria Correia Santos (aposent. Voluntária)

TC-09.722/2011-Avani Alexandre Soares (aposent. Voluntária)

TC-08.636/2011-Gilvanete de Oliveira (aposent. Voluntária)

TC-08.390/2011-Luhenilda Maria Bittencourt (aposent. Voluntária)

TC-08.368/2011-Maria Zaide Tenório de Carvalho (aposent. Voluntária)

TC-07.967/2011-Maria Salete de Amori Ferreira (aposent. Voluntária)

TC-10.719/2010-Maria Eunice Santos de Almeida (aposent. voluntária)

TC-10.665/2010-Fábio Marcos de Oliveira Peixoto (aposent. voluntária)

TC-09.335/2010-Maria de Fátima Santos de Lima (aposent. voluntária)

TC-01.855/2010-Isabel Gomes de Siqueira (aposent. voluntária)

TC-14.780/2009-Gilberto Raimundo da Silva (aposent. voluntária)

TC-14.779/2009-Luiza Pereira da Silva (aposent. voluntária)

TC-13.578/2010-Rubem Ramos Rocha (aposent. voluntária)

TC-16.534/2012-Ademir Manoel Alves (aposent. voluntária)

TC-04.365/2012-Maria Georgina Tenorio Quintiliano (aposent. voluntária)

TC-14.923/2012-Sebastiana Maria da Silva Batista (aposent. voluntária)

TC-16.609/2012-Maria Tania Barbosa Azarias (aposent. voluntária)

TC-00.658/2011-Cicera Pereira da Silva (aposent. voluntária)

TC-07.958/2011-Sonia Maria Gomes Vieira (aposent. voluntária)

TC-14.781/2009-Auderita Alves Santos (aposent. voluntária)

TC-14.785/2009-Antonia Barbosa da Silva (aposent. voluntária)

TC-10.615/2011-Maria de Fátima Freire (aposent. Voluntária)

TC-10.616/2011-Maria da Gloria Seixas Santos (aposent. Voluntária)

TC-00.477/2010-Alba Gomes da Silva (aposent. Voluntária)

TC-00.499/2010-Terezinha Marques de Oliveira Luz (aposent. Voluntária)

TC-00.501/2010-Jose Maria Alves da Silva (aposent. Voluntária)

TC-05.005/2010-Alaide Nunes da Silva (aposent. Voluntária)

TC-10.696/2010-Maria Neide Alves Gama de Oliveira (aposent. Voluntária)

TC-08.401/2011-Marcia Feitosa Nunes Gomes (aposent. Voluntária)

TC-01.163/2012-Sebastiana dos Santos Leite (aposent. Invalidez)

TC-01.189/2012-Maria José Melo dos Santos (aposent. Invalidez)

TC-12.882/2012-Maria Hortência da Silva Lima (aposent. Invalidez)

TC-10.041/2011-Edercildes Silva Barros (Pensão)

TC-10.406/2011-Maria Luiza de Albuquerque (Pensão)

TC-07.830/2010-Cícera Cláudia dos Santos Oliveira (Pensão)

TC-07.854/2010-Ilma Ferreira de Castro (Pensão)

TC-08.926/2010-Josenilda Lopes Ferreira (Pensão)

TC-10.664/2010-Pedro Victor da Silva Várzea (Pensão)

TC-02.257/2009-Maria das Graças Cunha Lima Nascimento (Pensão)

TC-05.577/2009-Anian Izabel de Oliveira (Pensão)

TC-03.818/2008-Olga Maria Alves Barros Ferreira (Pensão)

TC-03.861/2008-Olga Freitas de Oliveira (Pensão)

TC-09.961/2011-Rita de Cássia Silva Machado (Pensão)

TC-02.280/2009-Zuila Gomes de Araújo Correia (Pensão)

TC-12.303/2009-Thalysson David dos Santos Silva (Pensão)

Após apreciado pelo Pleno desta Corte de Contas, encaminhe-se o presente processo ao AL-Previdência.

TC-00.870/2015-Sandra Maria De Jesus Barros (solic.)

Ao Gabinete da Presidência para a emissão do ato de aposentadoria.

TC-04.551/2015-diretoria administrativa TC/AL. (solic.)

TC-04.558/2015-Aeroturismo Agência De Viagens Ltda. (solic.)

À Diretoria Financeira para providências.

TC-04.559/2015-Amaro Gilvan De Carvalho (solic.)

À DFAFOM para se pronunciar.

TC-04.134/2015-Malandrinho Entretenimento Online Ltda-ME (solic.)

À Diretoria de Comunicação para instruir o processo.

TC-04.560/2015-Luiz Carlos Dos Santos (solic.)

TC-04.503/2015-Mônica Valeria Miranda Araújo (solic.)

TC-04.521/2015-Carolina Mello De Mendonça Costa (solic.)

TC-04.570/2015-Maria De Fátima Correia Santos Tenório (solic.)

À Diretoria de Recursos Humanos para instruir o processo.

TC-14.500/2014-Vilton Dos Anjos Rocha Nepomuceno (solic.)

TC-02.518/2013-Claudionel Ferreira Dos Santos (solic.)

TC-11.003/2013-Helder Teixeira Cassiano (solic.)

TC-18.657/2013-Harrison Vilela Costa (solic.)

À Diretoria de Recursos Humanos para registro e providências complementares.

TC-14.824/2014-Dalva Rodrigues Dias (solic.)

TC-04.393/2015-Secretaria De Estado Da Fazenda - SEFAZ (solic.)

TC-08.623/2013-Manoel Messias Teixeira Santos (solic.)

TC-03.885/2015-Assessoria Militar Do Tribunal De Contas De Alagoas (solic.)

TC-14.286/2014-Livia Santana Sílvia (solic.)

TC-02.991/2015-Wanillo Galvão Barros Filho (solic.)

TC-08.122/2013-Sônia Maria Gomes De Oliveira (solic.)

TC-08.180/2013-Elba Maria Cavalcanti Ferreira (solic.)

TC-03.670/2013-Rosival Gomes Costa (solic.)

TC-04.607/2015-DFAFOE (solic.)

TC-04.609/2015-DFAFOE (solic.)

TC-04.610/2015-DFAFOE (solic.)

TC-04.611/2015-DFAFOE (solic.)

TC-04.608/2015-DFAFOE (solic.)

TC-04.522/2015-DFASEMF (solic.)

TC-16.836/2013-Maria De Fátima Ramires Lima Maurício (solic.)

TC-16.506/2012-Jorge Correia Da Silva (solic.)

TC-04.594/2015-Gabinete Civil do Governador (solic.)

Ao Gabinete da Presidência para conhecimento e providências que julgar cabíveis.

TC-04.602/2015-Serviços Gerais (solic.)

TC-04.603/2015-Serviços Gerais (solic.)

Encaminhe-se o presente processo à Diretoria Administrativa para instrução.

TC-04.536/2015-Procuradoria da República em Alagoas (solic.)

Encaminhe-se o presente processo à DFAFOM para providências cabíveis.

TC-03.390/2015-FMX Sports (solic.)

À Diretoria de Planejamento e Orçamento para cabíveis providências, conforme despacho fls. 27.

TC-04.593/2015-Adoniram Simeão de Melo Silva (comunic.)

À Diretoria de Recursos Humanos para conhecimento e providências

cabíveis.
TC-04.597/2015-Empresa Diogo Henrique dos Reis Brito-EPP (solic.) À Diretoria Financeira para emissão da nota de empenho.
TC-04.594/2015-José Raimundo de Albuquerque Tavares. (solic.) Ao Gabinete da Presidência para conhecimento e providências que julgar cabíveis.
TC-04.618/2015-Lourinaldo Teixeira de Moura. (solic.) À Diretoria de Recursos Humanos para instruir o processo.
TC-04.159/2014-Monica Valeria Miranda Ramalho (solic.)
TC-18.078/2012-Thays Bahia Prazeres (solic.)
TC-11.292/2013-Rosineide Maria Ramos (solic.)
À Diretoria de Recursos Humanos para adoção das providências cabíveis, conforme despacho do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Presidente Otávio Lessa de Geraldo Santos.
TC-00.661/2015-Manoel Neris de Brito (solic.)
TC-02.090/2015-Leone da Silva (solic.)
À Diretoria de Recursos Humanos para registro, evoluindo à Diretoria de Movimentação de Pessoal (DIMOP), em seguida seguem os autos ao Ministério Público de Contas para elaboração de acórdão.
TC-04.266/2015-Gabinete do Conselheiro Cicero Amêlio da Silva (solic.)
TC-04.499/2015-Caixa Econômica Federal (solic.)
À Diretoria de Engenharia para se pronunciar.
TC-04.004/2015-Tribuna Independente (solic.)
TC-02.475/2015-Sector de Compra do TCE/AL À Diretoria Financeira para providências.
TC-04.406/2015-À Procuradoria Jurídica para se pronunciar.
TC-04.379/2015-Diretoria Geral do TCE/AL (solic.)
À Diretoria Administrativa para se pronunciar
TC-02.313/2015-Diretoria Geral do TCE/AL (solic.) À Diretoria de Engenharia para atender ao solicitado no Parecer PJTCE/AL nº 125/2015, fls. 28, 29 e 20.
TC-03.930/2015-Assembleia Legislativa de Alagoas (solic.)
Juntada ao processo cópia memorando nº 249/2015-DG e comprovante de recebimento nessa Diretoria em 27.03.2015, retorne o feito à Diretoria de Recursos Humanos.
TC-04.507/2015-I & D Comércio e Projetos Agrícolas (solic.)
À Diretoria Administrativa para instruir o processo.
TC-04.506/2015-Diretoria de Tecnologia e Informática (comunicação)
À Diretoria Administrativa para providências.
TC-04.509/2015-Diretoria Administrativa do TCE/AL (comunicação) Juntada ao processo cópia do Contrato nº 003/2011, encaminhe-se este à Procuradoria Jurídica para se pronunciar.
TC-04.513/2015-José Serra de Medeiros (comunicação)
À Procuradoria Jurídica para anexar ao TC-9179/2013.
TC-04.048/2015-Assessoria Militar do TCE/AL (solic.)
Ao Gabinete da Presidência para se pronunciar.
TC-03.297/2015-Procuradoria da República em Alagoas (solic.) À Procuradoria Jurídica para atender a solicitação conforme informação constante nas fls. 04.
TC-11.944/2012-Nercílio Felix da Rocha (solic.)
TC-17.514/2012-Givanildo Fernandes Ferreira da Silva (solic.)
À Procuradoria Jurídica para conhecimento e providências que julgar cabíveis.

28.04.2015:

TC-03.382/2015-Tribunal de Contas do

Estado de Alagoas (contrato) Encaminhe-se o presente Processo ao Setor de Arquivo.
TC-17.269/2013-Diretoria Geral do TCEAL (solic.) À Diretoria Financeira, para adoção das providências cabíveis.
TC-04.647/2015-Diretoria Administrativa do TCEAL (solic.) À Diretoria Administrativa, para instruir o presente processo.
TC-04.586/2015-Amália Vasco Feijó (solic.) Encaminhe-se o presente processo à DIMOP, para atendimento ao solicitado.
TC-04.217/2015-Diretoria Geral do TCEAL (solic.) Encaminhe-se o presente Processo ao Gabinete da Presidência, para que proceda a anexação deste ao TC-2742/2015.
TC-03.990/2015-Diretoria de Comunicação do TCEAL (solic.) À Diretoria de Comunicação, para conhecimento e adoção de providências.
TC-09.389/2013-Raquel Lima Almeida (solic.)
TC-13.590/2012-Thania Chistalina de Cunha Soriano (solic.)
TC-08.306/2013-Rita Helena Pimentel Medeiros (solic.)
TC-02.379/2013-Cristiane Floering Moreira da Costa (solic.)
TC-04.099/2014-Eloi Damasceno Lima (solic.)
À Diretoria de Recursos Humanos, para adoção das providências cabíveis, conforme despacho do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Presidente Otávio Lessa de G. Santos.
TC-04.734/2015-Elenilza de Carvalho Silva (solic.) À Diretoria de Recursos Humanos para instruir o processo.
TC-04.662/2015-Coordenação do Plenário do TCEAL (solic.) Encaminhe-se o presente processo ao Gabinete da Presidência, para conhecimento e providências que julgar cabíveis.
TC-04.123/2015-Diretoria Administrativa do TCEAL (solic.) À Diretoria Financeira, para emitir nota de empenho.
TC-04.547/2015-Controladoria Geral da União no Estado de Alagoas (solic.) À DAFOM, para se pronunciar.
TC-04.324/2015-Maria de Lourdes Oliveira Murta (solic.) Ao Setor Médico, para se pronunciar.
TC-04.136/2015-Dayse Veloso Lordisleem (solic.) Encaminhe-se o presente Processo à Diretoria de Recursos Humanos, para atendimento ao solicitado e posterior anexação deste ao TC-8408/2013.
TC-04.711/2015-Carmem Valéria Mendes Malta (solic.) À Diretoria de Recursos Humanos, para instruir o presente processo.
TC-04.659/2015-Norma Martins Costa (solic.)
TC-02.752/2015-Maria José da Silva (solic.) À Diretoria de Recursos Humanos, para adoção das providências cabíveis.
TC-4760/2015-Diretoria Administrativa À Diretoria Financeira para providências cabíveis.

29.04.2015:

TC-01.364/2014-Ana de Fátima Lins Omena (solic.) Encaminhe-se o presente processo ao Gabinete da Presidência, para conhecimento e providências que julgar cabíveis.
TC-04.766/2015-José Rinaldo Souza Guimarães (solic.)
TC-04.768/2015-José Bittencourt Vireiros Filho (solic.)
À Diretoria de Recursos Humanos para anexar ao TC-14.981/2012 e proceder o arquivamento do processo.
TC-03.885/2015-Assessoria Militar do TCEAL (solic.)
TC-02.421/2015-Hunberto Severino dos Santos (solic.)
TC-02.991/2015-Wanillo Galvão Barros Filho (solic.)
À Diretoria de Recursos Humanos conforme despacho do presidente.

TC-04.775/2015-Claudia Sampaio Passos (solic.) À Diretoria de Recursos Humanos para instruir o processo.
TC-04.596/2015-Diretoria Administrativa do TCEAL (solic.)
TC-04.524/2015-Gabinete da Conselheira Rosa Maria Ribeiro de Albuquerque (solic.) À Diretoria Financeira para providências.
TC-04.690/2015-Marco Antônio de Araújo Fireman (solic.) Ao FUNCONTAS para anexar ao TC 7696/2012.
TC-04.691/2015-Marco Antônio de Araújo Fireman (solic.) Ao FUNCONTAS para anexar ao TC 7697/2012.
TC-04.748/2015-Prefeitura de Pão de Açúcar (solic.) Ao Gabinete da Presidência para conhecimentos e providências que julgar cabíveis.
TC-04.774/2015-Diretoria Geral do TCEAL (solic.) À Diretoria de engenharia para se pronunciar.
TC-04.770/2015-Maria Eliene Brandão de Albuquerque (solic.) Ao Setor Médico para se pronunciar.
TC-04.752/2015-Cerimonial do TCEAL (solic.) À Diretoria Administrativa para instruir o processo.
TC-04.846/2015-Diretoria de Tecnologia e Informática (solic.) À Diretoria Financeira, para verificar a existência de Dotação Orçamentária.

30.04.2015:

TC-13.316/2014-Maria Aparecida Alves Prates (solic.)
TC-04.643/2015-Claudia Tenorio Lucena Maranhão (solic.)
TC-08.122/2013-Sonia Maria Gomes de Oliveira (solic.)
TC-08.180/2013-Elba Maria Cavalcanti Ferreira (solic.)
TC-08.623/2013-Manoel Messias Teixeira Santos (solic.)
TC-16.836/2013-Maria de Fátima Ramires Lima Maurício (solic.)
TC-08.359/2013-Maria Cicera da Conceição (solic.)
TC-14.155/2014-Maria Jose Ferreira Cavalcante (solic.)
TC-09.416/2013-AL Previdência (solic.)
TC-02.269/2015-Maria Rosidete França de Melo (solic.)
TC-10.997/2013-Raquel Lima de Almeida (solic.)
TC-14.587/2013-Martha Accioly Lopes Ferreira (solic.)
TC-16.506/2012-Jorge Correia da Silva (solic.)
TC-03.670/2013-Rosival Gomes Costa (solic.)
TC-03.736/2013-Jose Aurelio da Silva (solic.)
TC-02.027/2015-Roberto Lúcio Palmeira Rodrigues (solic.)
TC-00.443/2013-Givanildo Fernandes Ferreira da Silva (solic.)
À Diretoria de Recursos Humanos para providências.
TC-04.449/2015-Caixa Econômica Federal (solic.) À Diretoria Administrativa para indicar o nome da rua e os números das casas que servem de estacionamento para veículos desta Corte de Contas, bem como, solicitar junto ao Cartório de Imóveis, certidões de inteiro teor dos imóveis em tela.
TC-04.538/2015-Procuradoria Da República Em Alagoas (solic.)
Depreende-se da leitura do despacho anterior que este processo foi equivocadamente encaminhado para esta Diretoria. Assim, tendo em vista a celeridade processual, encaminhem-se os presentes autos à DAFOM conforme consta no despacho de fls. 03.
TC-02.313/2015-Diretoria Geral TCE/AL (convênio)
À Diretoria Financeira para informar a existência de dotação orçamentária para a

celebração do Convênio, evoluindo ao Gabinete da Presidência, para adoção das medidas constantes no 3º parágrafo da fl. 33.
TC-02.504/2015-Luiz Eustaquio Toledo (solic.)
Ao Gabinete da Presidência para conhecimento e providências que julgar cabíveis.
TC-09.578/2012-Ivaldo Farias De Aguiar (solic.)
Depreende-se da leitura do despacho anterior que este processo foi equivocadamente encaminhado para esta Diretoria. Assim, tendo em vista a celeridade processual, encaminhem-se os presentes autos à Diretoria de Recursos Humanos conforme consta no despacho de fls. 09.
TC-00.652/2011-Maria Cristina de Almeida Vieira (solic.)
TC-06.539/2012-José Sergio Ferreira de Lima (requerimento)
TC-01.533/2011-Heliane Lobo de Araújo (solic.)
TC-05.155/2012-Antônio dos Santos (solic.)
TC-09.261/2012-Marco Antonio Pereira Santos (solic.)
TC-10.815/2012-Hunberto Severino dos Santos (solic.)
TC-05.666/2012-Romildo Canuto Cabraiba dos Santos (solic.)
TC-11.720/2012-Maria José Barbosa de Oliveira (solic.)
TC-15.108/2012-Robson Sampaio dos Santos (solic.)
TC-00.099/2012-Valdemir Paulo da Silva (solic.)
TC-16.948/2012-Jonas Paes de Lira Filho (solic.)
TC-12.165/2014-Teresa Cristina Menezes de Oliveira (solic.)
TC-06.988/2014-Maria Angelica Miranda de Barros (solic.)
TC-04.124/2014-Liliane Costa (solic.)
TC-03.661/2014-Gilson Lucas de Oliveira (solic.)
TC-04.123/2014-Eliane dos Santos Silva (solic.)
TC-04.575/2014-Marília Rocha Tavares (solic.)
TC-04.208/2014-Severino Rosa da Silva (solic.)
TC-05.351/2014-Roseane de Moraes Barros Calheiros (solic.)
TC-06.415/2014-Maria Salete Santiago de Oliveira (solic.)
TC-03.202/2014-Mitzi de Almeida Lins Normande (solic.)
TC-03.571/2013-José Sergio Martins Costa (solic.)
TC-02.305/2014-Simone Barbosa Moreira Acioli (solic.)
TC-04.150/2014-Julita Leite de Oliveira (solic.)
TC-08.254/2014-Genival Raimundo dos Santos (solic.)
TC-03.671/2013-Joel de Souza Lins (solic.)
TC-04.931/2013-Maria Aparecida Nascimento Barros (solic.)
TC-07.040/2013-Angela Maria Vieira Barbosa (solic.)
TC-14.367/2013-Darnise Elida Lacet Fireman de Araújo (solic.)
TC-04.097/2013-Joaz Leopoldo da Silva (solic.)
TC-13.878/2013-José Cícero da Silva I (solic.)
TC-17.476/2013-Arlene Zeferino do Carmo Magalhães (solic.)
TC-17.221/2013-Ilde Braga Guimarães Coelho (solic.)
TC-03.209/2013-Marcello Jorge de Castro Azevedo Romeiro (solic.)
TC-08.632/2013-Lilian Costa Pereira (solic.)
TC-17.477/2013-Marileide dos Santos (solic.)
TC-14.590/2013-Martha Accioly Lopes Ferreira (solic.)
TC-09.806/2012-Margarete da Silva (solic.)

TC-16.232/2013-Stela Maria Lins Bittencourt (solic.)
TC-13.558/2013-Quiteria Paez Ferro (solic.)
TC-10.333/2013-Marilene Madeiros E Santos (solic.)
TC-13.072/2013-Maria Gorete Lopes Soares da Silva (solic.)
TC-09.229/2013-Jane Aldana Andrade Silva (solic.)
TC-08.649/2013-Rosival Gomes Costa (solic.)
Ao Gabinete da Presidência para conhecimento e providências que julgar cabíveis.
TC-07.590/2013-Charles Anthony Maeynard Oliveira Costa (solic.) Ao Gabinete da Presidência para conhecimento e providências que entender necessárias.

Maceió-AL, 04 de maio de 2015.

Daniel Raymundo de Mendonça Bernardes
Diretor-Geral

Taciana de Souza Santos
Responsável pela Resenha

O DIRETOR GERAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto na Portaria 398/87, publicada no Diário Oficial do Estado de 16 de outubro de 1987.

PORTARIA Nº 021/2015

Resolve:
Conceder 60 (sessenta) dias de licença para tratamento de saúde ao servidor ANTÔNIO PAULO FERRO, ocupante do cargo de Técnico de Contas, Classe B, Nível 42, do quadro efetivo deste Tribunal de Contas, a partir de 06/04/2015 a 04/06/2015, conforme o que decidiu o Laudo Médico da Junta Médica do Tribunal de Contas e consta no processo TC-03.855/2015.

Diretoria-Geral do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, em Maceió, 04 de maio de 2015.

Daniel Raymundo de Mendonça Bernardes
Diretor-Geral

Taciana de Souza Santos
Responsável pela Resenha

ATOS E DESPACHOS DO GABINETE DOS AUDITORES

Processo(s) despachado(s) em 30/04/2015

Processo TC: 9003/2009
Interessado: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE - SEE
Assunto: CONTRATO
De ordem, encaminhem-se os autos, com Parecer da Auditoria nº.038/2015, ao Gabinete do Conselheiro Anselmo Brito.
Remeta-se à: GABINETE CONSELHEIRO ANSELMO ROBERTO DE ALMEIDA BRITO

Processo TC: 2021/2013
Interessado: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS/PODER JUDICIÁRIO
Assunto: CONTRATAÇÃO/AJUSTES /INSTRUMENTOS CONGÊNERES
De ordem, encaminhem-se os autos, com Parecer da Auditoria nº. 040/2015, para o Gabinete do Conselheiro Anselmo Brito.
Remeta-se à: GABINETE CONSELHEIRO ANSELMO ROBERTO DE ALMEIDA BRITO

ATOS E DESPACHOS DA COORDENAÇÃO DO PLENÁRIO

A COORDENAÇÃO DO PLENÁRIO DO TCE/AL TORNA PÚBLICO, PARA CIÊNCIA DOS INTERESSADOS, QUE NA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 7 DE MAIO DE 2015 , NO PLENÁRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, SITUADO NO SEU EDIFÍCIO-SEDE, ÀS 10 HORAS (TEMPORARIAMENTE), SERÃO JULGADOS OS SEGUINTE PROCESSOS:

Processo TC: 9478/2014
Assunto: REPRESENTAÇÃO
Interessado: MINISTERIO PUBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS
Gestor:
Relator: CONS. ROSA MARIA RIBEIRO DE ALBUQUERQUE

Processo TC: 14043/2013

Assunto: REPRESENTAÇÃO
Interessado: CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE ALAGOAS-CAU/AL
Gestor:
Relator: CONS. ROSA MARIA RIBEIRO DE ALBUQUERQUE

Processo TC: 729/2014
Assunto: RELATÓRIO
Interessado: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE
Gestor:
Relator: CONS. ROSA MARIA RIBEIRO DE ALBUQUERQUE

Processo TC: 15118/2012
Assunto: RELATÓRIO
Interessado: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE
Gestor: REPRESENTAÇÃO/DENUNCIA
Relator: CONS. ANSELMO ROBERTO DE ALMEIDA BRITO

Processo TC: 4592/2015
Assunto: REPRESENTAÇÃO
Interessado: MINISTERIO PUBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS
Gestor: REPRESENTAÇÃO/DENUNCIA
Relator: CONS. ANSELMO ROBERTO DE ALMEIDA BRITO

Processo TC: 12541/2003
Assunto: RESPOSTA /OFICIO
Interessado: GABINETE MILITAR DO GOVERNADOR
Gestor: JADIR FERREIRA CUNHA
Relator: CONS. ANSELMO ROBERTO DE ALMEIDA BRITO

Processo TC: 8028/2014
Assunto: ATA DE REGISTRO DE PREÇO
Interessado: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS/PODER JUDICIÁRIO
Gestor: JOSÉ CARLOS MALTA MARQUES
Contratante: PODER JUDICIÁRIO DE ALAGOAS
Contratado: COMPAUT COMÉRCIO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS LTDA-ME
Relator: CONS. LUIZ EUSTÁQUIO TOLÊDO

Processo TC: 8925/2012
Assunto: APLICAÇÃO DE MULTA

Interessado: FUNCONTAS-TC/AL
Gestor: CLEOMARCIO JOSE LEITE
Relator: CONS. FERNANDO RIBEIRO TOLEDO

Processo TC: 8926/2012
Assunto: APLICAÇÃO DE MULTA
Interessado: FUNCONTAS-TC/AL
Gestor: JOSE ALBERTO BARBOSA DOS SANTOS
Relator: CONS. FERNANDO RIBEIRO TOLEDO

Processo TC: 13324/2014
Assunto: APLICAÇÃO DE MULTA
Interessado: FUNCONTAS-TC/AL
Gestor: ANA GENILDA COSTA COUTO
Relator: CONS. FERNANDO RIBEIRO TOLEDO

Processo TC: 16707/2013
Assunto: CONVÊNIOS/ACORDOS /INSTRUMENTOS CONGÊNERES
Interessado: SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO - SETUR
Contratante: SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO - SETUR
Contratado: SR. EDUARDO REYNALDO COUTINHO
Relator: CONS. MARIA CLEIDE COSTA BESERRA

Processo TC: 2196/2014
Assunto: ATA DE REGISTRO DE PREÇO
Interessado: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS/PODER JUDICIÁRIO
Gestor: SR. JOSÉ CARLOS MALTA MARQUES
Contratante: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS
Contratado: TROIANA EQUIPAMENTOS LTDA. ME
Relator: CONS. MARIA CLEIDE COSTA BESERRA

Coordenação do Serviço de Atas do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, em Maceió, 04 de maio de 2015
Lúcia Maria Santos Batista
Coordenadora do Serviço de Atas
Responsável pela resenha